

# Primavera Vermelha

Nº 5 - Outono de 2022

## RELIGIÃO E POLÍTICA EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL



BR

- 3 ALIENAÇÃO E RELIGIÃO (APRESENTAÇÃO)  
*Artur Bispo dos Santos Neto*
- 8 A RELIGIÃO E O NOVO MATERIALISMO EM II TESES  
*Antonio Macário de Moura*
- 14 TESES AD FEUERBACH  
*Karl Marx*
- 15 A FUNÇÃO SOCIAL DO PAR COLONIZAÇÃO/CRISTIANISMO NO SISTEMA DO CAPITAL  
*Lorraine Marie Farias de Araujo*
- 23 ATUALIDADE DE “O FUTURO DE UMA ILUSÃO DE SIGMUND FREUD”  
*Mauro Luiz Barbosa Marques*
- 27 O FUTURO DE UMA ILUSÃO (TRECHOS)  
*Sigmund Freud*
- 34 O COMUNISMO DO CRISTIANISMO PRIMITIVO E OS PONTOS CONVERGENTES E DIVERGENTES COM O SOCIALISMO CIENTÍFICO  
*Alex Brasil*
- 41 OS DEMÔNIOS DESCEM DO NORTE. O QUE ESTÁ POR TRÁS DO NEOCONSERVADORISMO CRISTÃO?  
*Marcos Oliveira*
- 46 A INFLUÊNCIA DAS IGREJAS NEOPENTECOSTAIS NO BRASIL  
*Mônica Regina N. dos Santos*
- 54 O SOCIALISMO E A RELIGIÃO  
*Vladimir Ilyich Lênin*
- 57 A ATITUDE DO PARTIDO OPERÁRIO DIANTE DA RELIGIÃO  
*Vladimir Ilyich Lênin*

*Primavera Socialista* é uma revista de reflexão, debate e crítica marxista. Essa edição foi organizada pelas organizações Emancipação Socialista e Ofensiva Socialista. Agradecemos a Antonio Macário - não participa de nenhuma das organizações- pela contribuição com o texto “*A Religião e o Novo Materialismo em II Teses*”. Também agradecemos a Bruno Santos (Bolinho) de Alagoas pela contribuição com a imagem da capa. Os textos são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Contato pelas redes sociais: Emancipação Socialista.

# | (APRESENTAÇÃO) ALIENAÇÃO E RELIGIÃO

Artur Bispo dos Santos Neto

**É** fundamental tratar da religião recorrendo a categoria da totalidade como um complexo de complexos forjado de múltiplas totalidades parciais, em que cada uma sofre alteração na processualidade histórica. Isso quer dizer que a totalidade não é uma categoria fechada e acabada, mas forma de ser e determinação da existência. A elucidação da totalidade passa necessariamente pela observação da imediatividade e da mediação, sem recorrência a mediação inexistente possibilidade de elucidação das contradições e contraposições que forjam a totalidade.

O conjunto de artigos e textos que forma o número da Revista Primavera tem este fio condutor, em que a categoria do trabalho permite entender os diferentes complexos que forjam a totalidade social, mas cada complexo da totalidade tem a sua particularidade e transcende o movimento de objetivação e exteriorização que perpassa o trabalho como categoria fundante do mundo dos homens.

A apreensão da realidade social carece da mediação de um instrumental teórico para operar sua elucidação. A consciência que se apropria do mundo não é o mundo, mas um reflexo que brota do mundo e que tem como preceito elucidar o emaranhado de problemas que emergem dessa imediatividade. É preciso entender que existem várias formas de responder as questões que perpassam a vida cotidiana. G. Lukács (1966) considera a existência de quatro formas diferenciadas de apreender a realidade: reflexo religioso, reflexo estético, reflexo filosófico

e reflexo científico. Cada forma de reflexo tem sua peculiaridade, em que subjetividade e objetividade interagem de maneiras específicas e diferenciadas. No reflexo religioso e estético, o elemento da subjetividade assume corolário regente da apropriação do mundo e o preceito antropomorfizador desempenha função predominante; enquanto nos reflexos filosófico e científico, a objetividade e o preceito desantropomorfizador exercem papéis essenciais. Com isso, o filósofo húngaro oferece um lugar para a reflexo religioso, como compreensão do mundo e como concepção de mundo, distinto do científico e filosófico. É preciso compreender que o reflexo e o mundo são distintos, o reflexo é somente uma forma de compreensão do mundo, não constitui-se como idêntico ao mundo.

O homem lançado na sua imediatividade geralmente recebe da sociedade o reflexo religioso como mediação fundamental para codificar e descodificar o mundo, não sendo oferecido a ele outras formas de reflexos para apropriar-se lucidamente e fortuitamente das contradições socioeconômicas, por isso é necessário que os revolucionários repensem suas táticas e estratégias acerca das relações estabelecidas com as massas que recebem somente o reflexo religioso não somente como chave para interpretação do mundo, mas como única concepção de mundo possível. Numa tentativa de dialogar com o petista Jacobi, Goethe arremata: “A ti te tem ‘castigado Deus com a metafísica [...]’; a mim, em troca me tem beneficiado com a física”

---

Artur Bispo dos Santos Neto é professor na UFAL (Universidade Federal de Alagoas) e militante do Coletivo Ofensiva Socialista.

(GOETHE apud BENJAMIN, 1996, p. 155). Em outros termos, Goethe estava dizendo para Jacobi, Deus te castigou com a religião, enquanto me presenteou com a estética e a ciência. A religião, a filosofia, a estética e a ciência transcendem à condição de reflexos do mundo e constituem-se como concepção de mundo, ou seja, assumem corolários diretamente relacionados ao mundo prático. A religião é portadora de uma moral que precisa ser investigada atentamente numa sociedade de classes pelo uso que as classes dominantes fazem dela na perspectiva de justificar a apropriação do excedente produzido pelos trabalhadores. Nesse aspecto, é plenamente compreensível a consonância de Karl Marx com L. Feuerbach quando afirma a religião como suspiro da criatura oprimido e como “ópio do povo”.

A apreensão dessa assertiva passa pela compreensão da categoria da alienação/estranhamento (*Entäusserung*, *Entfremdung*) em Marx, pois a referida categoria constitui-se como central para entender o fenômeno da religião no pensamento marxiano. A alienação (*Entäusserung*), enquanto atividade, objetivação, exteriorização faz parte da constituição histórica e ontológica do ser humano, já a alienação como estranhamento (*Entfremdung*) perpassa a sociedade de classes e se aprofunda com os processos de reificação constituídos pelo sistema do capital.

A alienação que contamina a religião se aprofunda com a intensificação da ausência de correspondência entre o reflexo religioso e a realidade; esse processo de afastamento corrobora na constituição do movimento de abstração da realidade, passando a obliterar reiteradamente a ordem das coisas do mundo, concebendo o mundo de forma invertida e estereotipada. Desse modo, a verdadeira fonte dos males que domina os seres humanos assume forma metafísica, sendo projetada para o terreno das forças cósmicas, em que uma entidade diabólica passa a ser responsável pelas contradições que pairam no mundo. E num contexto de crise estrutural do sistema do capital se aprofunda ainda mais as leituras estereotipadas do mundo, obliterando a causa das contradições sociais.

Marx apresentou uma crítica da religião em sua



juventude que ratifica o posicionamento de L. Feuerbach; no entanto, ele supera Feuerbach quando salienta de maneira categórica a necessidade de passar da crítica do céu para a crítica da terra, salientando a necessidade de buscar o fundamento das contradições terrenas que levam os homens ao transcendente. E mais, ressalta a a necessidade de passar da arma da crítica para a crítica das armas.

Além de apontar como essencial buscar a elucidação das contradições do mundo terreno, ele destaca a necessidade da transformação radical das estruturas sociais nas Teses sobre Feuerbach, fortuitamente analisada no artigo de Antonio Macário Moura. Os acontecimentos de 1848 e a impossibilidade de publicação de “A ideologia alemã”, leva Marx a abandoná-la à “crítica roedora dos ratos”, ou seja, a supera a crítica ao mundo metafísico de Hegel e

dos neohegelianos de esquerda para aprofundar seus estudos na perspectiva de elucidar de forma revolucionária a anatomia da sociedade burguesa.

Ao investigar a ossatura do sistema do capital, Marx percebeu que o referido sistema tem analogia como o mundo religioso e sua natureza fantasmal. Mas agora se trata de uma realidade completamente distinta, enquanto o mundo religioso tinha sua fundamentação no transcendente, o caráter místico do capital emana do mundo produzido pelas mãos humanas, é trabalho morto que se levanta contra o trabalho vivo. Ele parece misterioso e fantasmal, porque oblitera sua verdadeira essencialidade; por isso que é preciso elucidar o fetichismo da mercadoria. O termo fetichismo possui seu campo semântico relacionado primeiramente ao mundo das religiões totêmicas e animistas da infância da humanidade, o termo adotado por Marx está relacionado à produção essencialmente capitalista, em que os produtos das relações sociais compõem como se fossem dotados de um substrato natural e sobrenatural. Ele observa que os movimentos da economia capitalista ganham corolários metafísicos e teológicos, de maneira análoga à religião (MARX, 2013).

No primeiro capítulo de O capital, Marx decodificou a linguagem do mundo da mercadoria como mediação para lucidar a peculiaridade do processo de mistificação que configura o capital, que parece autônomo e causa sui; como se fosse capaz de autorreproduzir-se sem carecer da exploração do trabalho vivo. Para apontar o fundamento ontológico do sistema do capital (a mais-valia), Marx

primeiramente apresenta a teoria do valor trabalho, em que o trabalho abstrato se constitui como categoria essencial para elucidar os processos de mistificação e fetichização que constituem o mundo das mercadorias, o dinheiro, o capital etc. A natureza fetichista da mercadoria emana da forma fetichizada do trabalho, ou seja, do trabalho abstrato; em que o tempo de trabalho é elemento determinante da relação de troca das mercadorias entre si. É a quantidade de tempo de trabalho necessário que permite que uma mercadoria enxergue sua “bela alma” na outra mercadoria e seja permutada. A relação de igualdade ou equivalência procede do tempo que se gasta para produzir cada mercadoria.

A partir da teoria da alienação expressa no trabalho abstrato, Marx consegue chegar à teoria do fetichismo da mercadoria e a teoria da reificação. No entanto, a teoria da alienação transcende a teoria do fetichismo da mercadoria e da reificação, sendo que estas formas encontram sua mais plena manifestação no interior da sociedade burguesa, enquanto a alienação é uma teoria que perpassa a história da humanidade. A alienação religiosa é somente uma forma de alienação, não sendo manifestação da totalidade da alienação.

A concepção marxiana de fetichismo supõe uma teoria da alienação, mas fetichismo e alienação não são idênticos. Embora o conceito de fetichismo esteja ligado à teoria da alienação marxiana, essas categorias não são similares. E Marx não reduz a alienação à esfera religiosa, sua preocupação fundamental é desvelar a alienação que perpassa o mundo dos homens no interior da sociedade burguesa.

A relação dos homens entre si comparece relação entre coisas. O termo para dizer isso é reificação (analisada posteriormente por G. Lukács em História e consciência de classe), palavra que provém do latim res (coisa) e pode ser compreendido como processo de coisificação. A reificação é somente uma expressão da alienação experimentada no interior da sociedade burguesa. A relação da alienação religiosa com o mundo da mercadoria e com o sistema do capital é analisada nos artigos que compõe esta coletânea escritos por Mônica Regina, Lorraine Marie, Marcos Oliveira e Antonio Macário Moura.

A análise marxiana do fetichismo da mercadoria, aplicado ao processo de produção, permite entender como o fetichismo e a reificação reverberam no interior do movimento carismático e pentecostal. O verdadeiro deus que comanda o teatro dessas novas igrejas e vertentes é o capital. Numa sociedade em que o capital controla como uma diagonal de alto a baixo todas as relações sociais não teriam como as religiões cristãs se isentarem na relação de subordinação aos imperativos do deus mercado, isso já estava posto na gênese do processo de acumulação primitiva

**“ O VERDADEIRO DEUS QUE COMANDA O TEATRO DESSAS NOVAS IGREJAS E VERTENTES É O CAPITAL. NUMA SOCIEDADE EM QUE O CAPITAL CONTROLA COMO UMA DIAGONAL DE ALTO A BAIXO TODAS AS RELAÇÕES SOCIAIS NÃO TERIAM COMO AS RELIGIÕES CRISTÃS SE ISENTAREM NA RELAÇÃO DE SUBORDINAÇÃO AOS IMPERATIVOS DO DEUS MERCADO ”**

de capitais e ganha novos corolários num contexto de crise estrutural como salienta Lorraine Marie, Mônica Regina e Marcos Oliveira. Este consegue ainda demonstrar como determinadas igrejas se configuram como espécies de transnacionais da fé, seguindo declaradamente o receituário do capital financeiro e os imperativos do imperialismo norte-americano.

A alienação se configura como uma categoria mais rica de determinações que o fetichismo e a reificação que perpassa a sociedade burguesa, pois envolve determinantes que transcendem o movimento imanente do fetichismo e da reificação, isso quer dizer que a alienação perpassa todas as esferas da vida social, inscrevendo-se ubiquamente no processo de afastamento do indivíduo em relação à natureza, a si mesmo, ao outro homem e à sua espécie (MARX, 1993). A alienação é uma espécie de ação em que os indivíduos, grupos, instituições e sociedade não se reconhecem em sua produção e reprodução social, em que se opera um distanciamento do produtor em relação à produção criada socialmente. Apesar de a alienação não constituir uma exclusividade do modo de produção capitalista, podendo ser encontrada nas distintas formações sociais assentadas na propriedade privada, Marx concentrou sua atenção na perspectiva de elucidar a anatomia da sociedade burguesa. A alienação que realmente lhe interessava era a alienação do homem na sociedade capitalista.

Isso implica que a temática da alienação religiosa não possui uma elaboração acabada na teoria marxiana. A saída proposta por F. Engels e Vladimir Lênin afirmando a religião como uma questão privada resolve o problema de forma parcial no interior da sociedade burguesa, quando reduz isso a questão a necessidade de separação das questões religiosas da questão estatal, como os revolucionários não são defensores do Estado e da ordem burguesa, parece que a questão religiosa lançada para esfera privada não está solucionada.

E não está solucionada porque a religião é um reflexo da realidade que tem sua peculiaridade que precisa ser devidamente tratada e não pode ser reduzida a simples reflexo do mundo invertido, no

sentido de compreender a ideologia como espécie de falsa consciência. A religião tem a ver com a ideologia nos termos colocado por G. Lukács (2013), ou seja, como conjunto de ideias que desempenham uma função social. As religiões não podem ser eliminadas por decreto, simplesmente as considerando como falsa consciência ou ilusão, elas permanecem vivas porque cumprem determinadas funções sociais e somente quando as necessidades sociais que as fundamentam desaparecerem é que elas poderão desaparecer, com salienta Lênin num texto apresentados nesta coletânea.

Isso implica que os revolucionários carecem de lucidez no tratamento da questão religiosa, porque precisam entender o universo objetivo e subjetivo em que os trabalhadores estão inseridos e os problemas que envolvem a espécie humana como um todo. Os revolucionários F. Engels, Rosa Luxemburgo, Vladimir Lênin souberam lidar com essas questões para não perderem capacidade tática e estratégica de formação e organização dos operários e camponeses.

É fundamental salientar que Marx, Engels, Lênin e Rosa, em nenhum instante, afirmaram a necessidade de um manifesto ateu (como os anarquistas) ou materialista para participar do movimento revolucionário, porque a história demonstrou a participação de cristãos em diversos movimentos revolucionários na Europa, na América Latina e na África. A tolerância religiosa é parte constitutiva do pluralismo socialista. O socialismo transcende a liberdade abstrata e a igualdade abstrata burguesa. Ao contrário do capital que se constitui como uma espécie de deus único e verdadeiro, que submete toda a humanidade aos seus imperativos e procura tiranicamente subordinar a humanidade aos seus preceitos, não aceitando nenhuma diversidade e pluralidade, porque precisa dominar ubiquamente o trabalho.

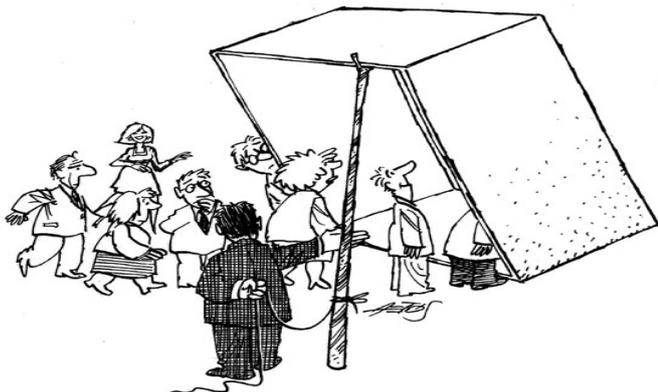
É preciso entender a crítica marxiana no interior da sociedade de classes, da especificidade da negação da religião como contraposição à emancipação humana, ao desenvolvimento das potencialidades humanas, como expressão do obscurantismo, da superstição, da idolatria, do

fetichismo, ou seja, da religião como narcótico ou droga que serve para justificar a dominação de classe e manter os explorados subservientes e acomodados, embotando o desenvolvimento da consciência crítica e revolucionária, da religião que se ajoelha perante o capital como faz as igrejas pentecostais em sua maioria. Nesse contexto, os revolucionários de hoje possuem uma linha de continuidade com o cristianismo primitivo, como salienta Alex Brasil em seu artigo “O comunismo do cristianismo primitivo e os pontos convergentes e divergentes com o socialismo científico”.

Fazendo a devida reparação, é preciso considerar que nem toda religião é sinônimo de alienação, fetichismo e reificação, como salienta a maioria dos artigos e autores desta coletânea. Haja vista que esta coletânea é composta de artigos de militantes que tratam do fenômeno religioso e textos Karl Marx (Teses sobre Feuerbach) e V. I. Lênine (O socialismo e a religião, A atitude do partido operário diante da religião). Nem toda religião é defesa da propriedade privada dos meios de produção, ocultamento das contradições e afastamento do mundo verdadeiro. Existem religiões e denominações cristãs que não são alienações e estranhamentos do mundo e têm compromisso com a verdade. Isso implica reconhecer que nem toda religião é “ópio do povo”, ou está condenada a servir como “ópio do povo”. Alex Brasil destaca que o cristianismo primitivo, a revolta camponesa alemã e a teologia da libertação combatiam a sociedade forjada em privilégios, na desigualdade social, na propriedade privada, contrapondo-se radicalmente à escravidão, servidão e pobreza. Isso não quer dizer que a religião se apresentasse como mediação capaz de apanhar as contradições da realidade social em sua complexidade como a teoria marxiana, a análise realizada por Alex Brasil da “Comunidade de Caminho” vai nessa direção.

No contexto de ascendência do imperialismo, as filosofias decadentes da burguesia (existencialismo e fenomenologia) concentraram suas tintas no individualismo possessivo, no subjetivismo, na contraposição à verdade e à razão.

O irracionalismo continua servindo para elevar o nível de alienação dos seres humanos, mediante a apologia da superioridade racial, da discriminação e do preconceito. F. Nietzsche, por exemplo, emprestou sua pena à crítica da moralidade cristã e todas as formas de moralidade para afirmar a transvalorização de todos os valores e a supremacia do homem germânico. O referido filósofo criticou a moralidade cristã pelo seu vínculo orgânico com os escravos e os pobres, e operou uma defesa radical de valores que serviram de fundamento ao nazismo. Heidegger, por sua vez, tomou a problemática da morte como



condição ontológica fundamental do ser-aí (Dasein), reduzindo a alienação (existência inautêntica) a mera falta de consideração essencial da finitude que perpassa o ser no mundo.

A impossibilidade de realizar seu projeto de desconstrução da metafísica levou-se ao beco sem saída: o ser para morte (Sein zum Tode) não passa do ser esvaziado de potencialidades revolucionárias, acomodado e subserviente aos preceitos do nazismo e ao culto da guerra total.

Por isso que essas filosofias se plasmam como negação completa da alteridade. A sua absolutização do nada (niilismo) revela completa subserviência ao sistema do capital e tentativa desesperada de bloquear a alternativa socialista para a humanidade. O pacto fáustico dessas filosofias com o diabo do nazifascismo e com o sistema do capital serve para explicar porque fazem tanto sucesso nos centros universitários e encontram ainda respaldo no coração da classe média desiludida.

Essa seara denota que o campo da metafísica religiosa não pode ser superado por decreto, é preciso considerar a necessidade de um tratamento mais pormenorizado da eticidade na perspectiva da emancipação humana, pois o capital é completamente avesso a eticidade. Da mesma maneira, é preciso tratar da problemática da morte destituída do envoltório de estranhamento que a perpassa na sociedade que trata os seres humanos como objetos e coisas, em que a vida humana não vale absolutamente nada diante do processo de reprodução do capital.

É necessário um enfrentamento da problemática da existência humana considerando a natureza factível e efêmera do sistema do capital que se apresenta com eterno, natural e imutável, esquecendo que tudo que existe está condenado a perecer. Longe da imutabilidade afirmada pelo sistema do capital e naturalização das relações sociais apreçoada pela burguesia, é preciso transcender o caráter místico das coisas pela esgrima do pensamento revolucionário.

Longe de desprezar a subjetividade e os problemas espirituais, a teoria marxista estabelece as bases para a devida apropriação das questões tratadas pela religião sem constitui-se numa nova

espécie religião como o stalinismo, maoísmo e trotskismo. A relação dialética entre subjetividade e objetividade deve ser devidamente tratada, como aponta Marx nas Teses sobre Feuerbach e analisa Antonio Macário Moura nesta coletânea. É preciso superar o debate escolástico acerca da religião, não se trata de saber quem tem o melhor argumento e a melhor justificativa acerca da existência de Deus ou negação da existência de Deus, mas da intervenção efetiva na realidade perpassada pela luta de classes. Escreve Benjamin (2005, p. 2) na quarta tese:

A luta de classes, que um historiador educado por Marx jamais perde de vista, é uma luta pelas coisas brutas e materiais, sem as quais não existem as refinadas e espirituais. Mas na luta de classes essas coisas espirituais não podem ser representadas como despojos atribuídos ao vencedor. Elas se manifestam nessa luta sob a forma da confiança, da coragem, do humor, da astúcia, da firmeza, e agem de longe, do fundo dos tempos. Elas questionarão sempre cada vitória dos dominadores. Assim como as flores dirigem sua corola para o sol, o passado, graças a um misterioso heliotropismo, tenta dirigir-se para o sol que se levanta no céu da história. O materialismo histórico deve ficar atento a essa transformação, a mais imperceptível de todas.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BENJAMIN, W. Dos ensayos sobre Goethe. Trad. Graciela Calderón y Griselda Mársico. Barcelona: Gedisa, 1996.

\_\_\_\_\_. Teses Sobre o Conceito da História. In: LÖWY, Michael. Alarme de Incêndio: uma Leitura das Teses Sobre o Conceito de História. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

LUKÁCS, G. Estética. La peculiaridad de lo estético. 1. Cuestiones preliminares y de principio. Trad. Manuel Sacristán. Barcelona: Grijalbo, 1966.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Tradução: Rubens Aderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos de 1844. Trad. Maria Antonia Pacheco. Lisboa: Avante, 1993.

# KARL MARX AD FEUERBACH: A RELIGIÃO E O NOVO MATERIALISMO EM 11 TESES

Antonio Macário de Moura

## PRIMEIRAS PALAVRAS

O propósito deste texto é sistematizar uma breve reflexão acerca do enraizamento social, da força política de líderes e partidos religiosos alinhados ao reacionarismo, presente em todos os poderes da decadente Nova República brasileira, gangrenada pelo ultraliberalismo neste interregno de pouco mais de três décadas (1988-2022) de autocracia burguesa institucional – democracia na linguagem do status quo dominante – à luz das onze Teses de K. Marx (1845) que deslindou as insuficiências de fundo no materialismo do filósofo L. Feuerbach, em particular n’A Essência do Cristianismo estabelecendo, em contraposição, os pilares do novo materialismo.

Ir à fonte filosófica marxista nos permite encadear comentários a partir de analogias entre o estágio atual do capitalismo em processo de decrepitude – crise socioambiental planetária e governos teocráticos reacionários dão prova – e o capitalismo que na juventude Marx viu, viveu, desvendou sua dialética interna, empreendeu combate teórico-prático contra sua forma de sociabilidade emoldurada pela organização e exploração da força de trabalho, produtora de pobreza e pauperismo como base da imensa produção de riqueza, assim como do Estado, do direito, da alienação político-religiosa que dimana do regime de propriedade privada capitalista.

Por outro lado, a produção contínua de riqueza e conhecimento técnico-científico (capital), constitui

os requisitos básicos necessários ao novo passo civilizatório, o socialismo, que o revolucionário alemão mirava e em prol do qual se engajou praticamente durante toda a sua vida. Nestas primeiras palavras optamos por seguir Marx, no que ele pontuou antes de escrever as Teses ad Feuerbach XI, da abordagem crítica de Bruno Bauer n’A Questão Judaica (1843) sobre a religião, emancipação política, emancipação humana e o Estado na primeira metade do sec. XIX.

Na Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel, introdução de 1843, K. Marx afirma: “Na Alemanha a crítica da religião está essencialmente concluída, e a crítica da religião é o pressuposto de toda a crítica.” No mesmo ano de 1843, na resenha d’A Questão Judaica, da lavra do filósofo B. Bauer, Marx esboçou um conjunto de teses revolucionárias acerca da religião, emancipação política, emancipação humana e o Estado, debate suscitado pelo próprio Bauer ao se posicionar frente a luta dos judeus alemães por direitos de cidadania, sendo que na Alemanha “ninguém” estava “politicamente emancipado”, sublinha o neo-hegeliano de esquerda ex-companheiro de Marx.

Adverte Bauer: “Como alemães devíeis trabalhar pela emancipação política da Alemanha, como homens, pela emancipação humana”. Por acaso é a igualdade “aos súditos cristãos” que exigem os judeus? Indaga. Em sendo é porque “reconhecem a legitimidade do Estado cristão, reconhecem”,



portanto, “o regime de sujeição geral”. “Por que, então”, desagrada aos judeus alemães “o jugo especial, se lhes agrada o jugo geral”? Ante tal contradição, por que o alemão não judeu se interessaria pela “emancipação civil e política” do judeu alemão “se este não se interessa pela emancipação daquele?”

Bauer entende que a emancipação reivindicada pelo judeu alemão exige “que o Estado cristão abandone seu preconceito religioso”. “Por acaso ele, (o judeu), abandona o seu”? “Tem o direito de exigir dos outros que abduquem de sua religião”? Ora, “O Estado cristão só conhece privilégios.” Logo ser judeu implica privilégio, o quer dizer gozar de “direitos que os cristãos carecem”. “Porque aspira direitos que não possui e que os cristãos desfrutam”? Como o Estado não pode, sob pena de abandonar “sua essência”, emancipar o judeu, também o “judeu não pode, sem abrir mão de sua essência, ser emancipado”, infere Bauer.

Marx reconhece que, além de “colocar em termos novos” Bauer acerta contas “com a crítica das formulações e soluções anteriores do problema” da emancipação política dos judeus alemães. Contudo vai além quando indaga: “qual é a natureza do judeu a quem se trata de emancipar, e a do Estado, que há de emancipá-lo”? Sobre isso B. Bauer nada diz, voltado que tem sua atenção para a “crítica da religião hebraica”, ou a análise da “antítese religiosa entre o judaísmo e o cristianismo” pela qual “esclarece a essência do Estado cristão”. Considerando que “Formular um problema é resolvê-lo”, sentencia Marx, “A crítica a questão judaica é a resposta” a formulação baueriana que se resume em “Antes de poder emancipar os outros, precisamos emancipar-nos.”

A “rígida antítese” entre o judeu e o cristão, esmiuçada por Bauer, é a antítese “religiosa”. Uma antítese “se resolve”, diz Marx “tornando-a impossível”. Logo em sendo uma antítese religiosa, torná-la impossível passa por abolir “a religião”. De modo que “Tão logo o judeu e o cristão reconheçam que suas [...] religiões nada mais são do que fases diferentes do desenvolvimento do espírito humano, diferentes peles de serpente com que cambiou a

história, sendo o homem a serpente que muda de pele em cada uma destas fases, já não se enfrentarão mais num plano religioso, mas somente no plano crítico, científico, num plano humano”.

Acerca da religião como característica cambiante do “espírito humano”, é preciso ter em mente que para “A filosofia” que “não é exterior ao mundo [...], O espírito que constrói os sistemas filosóficos nos cérebros dos filósofos é o mesmo que constrói as estradas de ferro com as mãos dos operários”. Conclui-se pensando com Marx que, “Os filósofos não nascem da terra como os cogumelos”. Pelo contrário “São fruto de sua época, do seu povo.”

Retomando a linha de raciocínio, é “no plano crítico, científico”, isto é “num plano humano”, enfatiza Marx, que “A crítica tem de indagar-se de que espécie de emancipação se trata; quais as condições implícitas da emancipação que se postula”. Eis a questão central e decisiva sobre a qual Bauer nada diz. Da mesma forma o “erro” do neo-hegeliano de esquerda“ reside em concentrar sua crítica somente no ‘Estado cristão’, ao invés de ampliá-la para o Estado em geral”. Não investigar, continua Marx, “a relação entre emancipação política e a emancipação humana”. Por fim, Bauer apresenta “condições” que além de confusas, são “isentas de espírito crítico entre emancipação política e emancipação humana em geral”.

Marx não faz tábula rasa da religião que na sua concepção é “a realização fantástica da criatura humana, porque a criatura humana não possui realidade verdadeira”. Contudo sendo “A miséria religiosa [...] a miséria real” sendo ela, por outro lado, “o protesto contra a miséria real [...]”, “A crítica da religião” tem de enganar “o homem, para que ele pense, aja, crie a sua realidade como homem desenganado que alcançou a razão, para que ele se mova ao redor de si mesmo e do seu sol verdadeiro.” Essa difícil tarefa começa por “estabelecer a verdade desse nosso mundo”. Isto é “[...] desmascarar a autoalienação em suas formas profanas”.

Nunca na milenar história do capital, foi tão urgente e decisivo para a humanidade “estabelecer a verdade desse nosso mundo”. Isto é, “Desmascarar a autoalienação em suas formas profanas” visto que, vale repetir, os sinais de decrepitude e barbárie em que cambiou o sistema capitalista desde que Marx indicou a arma da prática-crítica no combate ao sistema no plano imediato, seguro que estava de não ser “possível libertar os homens enquanto estes forem incapazes de obter alimentação e bebida, habitação e vestimenta, em qualidade e quantidade adequadas”.

A “incapacidade” dos “homens” a que se refere Marx, de prover do básico “adequado” sua existência material, estabelecendo assim as condições que possibilitem sua libertação, decorriam da forma

de propriedade baseada no trabalho escravo ou na servidão da gleba, além do rígido domínio político e teológico-político, características da Antiguidade greco-romana e medieval. No caso da servidão, o lento e penoso – para os pobres – desmoronamento do Feudalismo engendrou a Revolução Industrial tracionada pelo trabalho livre assalariado, substituto do escravo e do servo, evidência de que “A ‘libertação’ é um ato histórico e não um ato de pensamento.” A libertação [...] é ocasionada pelas condições da indústria, do comércio, da agricultura, do intercâmbio...”

Nos dias correntes posto o crescimento exponencial do número de seres humanos desterrados, sem “alimentação e bebida, habitação e vestimenta”, bem como sem trabalho, saúde, educação, segurança, a veloz destruição do meio-ambiente decorre, em parte, do padrão técnico-científico auferido, ao tempo que este é condição propícia, tal como no tempo de Marx, para a libertação humana, sendo a instauração do Socialismo o salto civilizatório necessário e decisivo.

A esquerda revolucionária não ignora e nem tampouco despreza a religião, até porque continua sendo “a realização fantástica” de milhões de seres humanos – não só brasileiros – atirados nas mais abjetas condições de existência e nas masmorras que o capitalismo periférico, dependente e submisso ao imperialismo lhes reservou. Sabe do seu enraizamento social e da força política. Mas sabe também que as religiões são “diferentes pelas de serpente com que cambiou a história, sendo o homem a serpente”.

Nesse diapasão as lideranças e associações da sociedade civil, agremiações partidárias, aparato judiciário, segurança pública, forças armadas religiosas reacionárias confessas e professas, que se aboletaram no poder de Estado sob liderança do biltre presidente Jair. M. Bolsonaro, revela no que politicamente se transformou as diversas denominações cristãs no Brasil nessas mais de três décadas de autocracia burguesa institucional, (1988-2022), com seu tirânico projeto econômico ultraliberal, apoiado e ferozmente defendido pelas milionárias instituições pentecostais e neopentecostais, alas tradicionais da Igreja Católica antidemocráticas, nos governos e parlamentos controlados pelas bancadas “do boi, da bala e da bíblia” e a legião de “carcaças negacionistas” que ora infesta a sociedade civil.

O crescimento numérico dessas organizações de extrema direita, com sua “teologia da prosperidade”, moralismo reacionário, livre e largamente comercializado em cultos presenciais, rádios e todas as mídias – há exceções, evidentemente, porém no limbo – na vida real alimenta e fortalece o individualismo, a autoilusão que vem da crença do povo – principalmente das classes pobre e

miserável – numa suposta ventura e méritos doados por deus ao indivíduo de empreender e angariar bens, independente das condições de vida, formação técnica-intelectual e a situação socioeconômica geral, basta que seja resignado e cumpra os compromissos com a Igreja.

Com a mesma finalidade, de forma mais abrangente, melhor organizado e preparado teoricamente, financiado em parte pelo erário, pela extrema direita estadunidense, grandes grupos de empresas nativas em parcerias com transnacionais, a doutrinação conservadora e reacionária da individualidade de que necessita o capitalismo ultraliberal, iniciada nas igrejas, é complementada por ONGS, fundações, institutos, oscipes. A doutrina da meritocracia, do empreendedorismo, da resignação e da resiliência foi tão disseminada por empresas, denominações religiosas, e a profusão de “aparelhos privados de hegemonia burguesa que ora foi incorporado como referencial prático-ideológica do projeto “Novo Ensino Médio” em processo de implantação nacional.

Lideranças e partidos políticos, “aparelhos privados de hegemonia burguesa” religiosos com o charlatanismo teológico-político criminoso que praticam, é a resposta da classe dominante brasileira sócio-dependente do imperialismo, a onda liberal progressista da Igreja Católica – Teologia da Libertação – nascida no Concílio Vaticano II levada aos trabalhadores e às camadas pauperizadas a partir dos anos 1960, via Comunidades Eclesiais de base (CEBS) que combateu heroicamente às sanguinárias ditaduras militares no Brasil e América do Sul. A força e liderança do ex-presidente Lula e do Partido dos Trabalhadores que ora reassumem seu protagonismo, muito deve ao deslocamento político referido que cravou os direitos sociais na Carta Cidadã de 1988, numa dura disputa com católicos, evangélicos reacionários pró-ditadura, financiados pelo imperialismo.

Não é fortuito, portanto, que os parques direitos de cidadania vêm sendo sistematicamente eliminados na prática e riscados da Carta Magna desde os anos 1990 por exigência e imposição do projeto ultraliberal, causa primeira dos míseros salários, semi-escravização de um enorme contingente de trabalhadores, desemprego, fome, prisão em massa, massacre psicofísico de adolescentes, jovens pobres na cidade e no campo, destruição ambiental, desnacionalização da economia, todos esses os crimes e mais alguns, com firme apoio desse religioso e sanguinário segmento social.

Exatamente por isso, a teoria-prática ou a prática-teórica da esquerda revolucionária têm de voltar-se, prioritariamente, contra o sistema de propriedade, o aparato jurídico, o Estado e a política vigente que

oprime, encarcera e mata, visto que “só é possível conquistar a liberdade real no mundo real e pelo emprego de meios reais”. O processo de expropriação da burguesia e re-apropriação social dos pilares da economia, como primeiro passo, redefine o aparato jurídico e seu papel, depura a política do politicismo manipulatório, re-estrutura de baixo a cima o Estado. De forma que convicções e práticas religiosas serão empurradas para o âmbito privado, minando pela raiz o poder econômico político que detém o empresariamento da teologia, podendo mesmo vir a pique, se assim os trabalhadores o fizerem. Não há alternativa à barbárie eminente.

Por fim, vale para a esquerda revolucionária as palavras de Epicuro: “O ímpio não é o que despreza os deuses da multidão, mas o que adere à idéia que multidão tem dos deuses”.

### O PENSAR ABERTO QUE VAI À RAIZ

O acima tangenciado da crítica de Marx à concepção de Bruno Bauer, da religião, da emancipação política, emancipação humana e Estado ajuda a entender porque em 1845, na – Tese ad Feuerbach I – ele afirma: “O principal defeito de todo materialismo existente até agora (o de Feuerbach incluído)” é que “a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma do objeto ou da contemplação, mas não como atividade humana sensível, como prática; não subjetivamente”. Contudo, n’A Essência do Cristianismo, L. Feuerbach “quer objetos sensíveis [...] diferenciados dos objetos do pensamento”, ainda assim não concebe “a própria atividade humana como atividade objetiva”, motivo pelo qual “apenas o comportamento teórico” é tido por “autenticamente humano”.

Não é casual, portanto, que “a prática é apreendida e fixada apenas em sua forma manifesta judaica, suja”: “[...] não entende, por isso, o significado da atividade ‘revolucionária’, ‘prático-crítica’”. A concepção negativa da atividade prática, “judaica, suja”, que Marx identifica n’A Essência do Cristianismo forma-se e se fixa culturalmente na Antiguidade grega e só começa a mudar a partir do século XVI – aurora da fase capitalista do capital. De sorte que a filosofia feurbachiana ao não se voltar para “o lado ativo”, permitiu ao idealismo – oposição ao materialismo – desenvolvê-la abstratamente porque nada conhece da “atividade real, sensível como tal”.

Não é exagero afirmar que – desde os gregos – poucos filósofos, como Marx, apostaram, defenderam tão firmemente a razão, sua ilimitada capacidade

de apreender o mundo tal como é, independente de como se apresenta, haja vista que pensar pela raiz, ou pela “atividade sensível” tal como o revolucionário alemão procedeu, “A questão de saber se ao pensamento humano cabe alguma verdade objetiva – Tese ad Fierbach II – não é uma questão da teoria, mas uma questão prática”. A prática, portanto, é o critério da “verdade, isto é, a realidade e o poder, a natureza ceterior (externa) do seu pensamento”.

Numa palavra. A razão inquirir a realidade e a realidade responde inquirindo-a. Eis porque “a disputa acerca da realidade ou não realidade do pensamento – que é isolado da prática – é uma questão puramente escolástica”. Isto é, não leva a lugar algum. Não há espaço para idealismo, romantismo ou especulação na filosofia marxiana. Pelo contrário. Refuta de saída a “teoria do conhecimento” cujo predomínio na filosofia dos “últimos séculos levou a intelectualidade a esquecer que a missão social dela” em Kant (1724-1804), “[...] sua finalidade principal” era “fundamentar e assegurar o direito à hegemonia científica das ciências naturais desenvolvidas desde o Renascimento”.

Ainda segundo G. Lukács, o legítimo fundador da teoria do conhecimento foi “o cardeal Belarmino” (1542-1621). Junto à lógica e a metodologia que infestam as Ciências Humanas nos últimos séculos ela, a teoria do conhecimento, por desconfiar, relativizar e até mesmo negar a razão presta grande contribuição para a produção e reprodução do “falso socialmente necessário”, que se impõe como obstáculo irracionalista a apropriação e desenvolvimento do materialismo, mormente a ontologia do ser social marxiano.

Quem não já ouviu, “o educador tem de ser educado” – Tese ad Feuerbach III. O aforismo – popularizado por Paulo Freire, no diapasão filosófico de Marx (?), dizem estudiosos – contrapõe a “doutrina materialista sobre a modificação das circunstâncias e da educação que esquece que as circunstâncias são modificadas pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado”. O que leva tal doutrina dividir “a sociedade em duas partes – a primeira das quais está colocada acima da sociedade”. Que não pare dúvida. “A coincidência entre a alteração das circunstâncias e a atividade ou a auto modificação humanas só pode ser apreendida e racionalmente entendida como prática revolucionária.”

Ao partir da “autoalienação religiosa”, a duplicidade do mundo, um religioso ideal, harmônico e perfeito, o outro



mundano, real, imperfeito e perverso, – Tese ad Feuerbach IV –, o primeiro mundo (real) é dissolvido no segundo (ideal). Ou seja, “o mundo religioso” é dissolvido no seu fundamento profano. Contudo o mistério a desvendar, diz Marx, é como o “fundamento mundano”, a difícil vida real, se destacou “de si mesma” e construiu idealmente “para si um reino autônomo nas nuvens”. Sobre isso Feuerbach nada diz, até porque esse enigma só pode ser esclarecido a partir de baixo. Isto é, da “existência (auto esfacelada), do contradizer-a-si-mesmos desse fundamento mundano”, que não estava na mira do materialismo feuerbachiano.

Não conseguindo colher da sua diuturna e sofrida atividade social-prática uma existência digna na terra, o homem projeta no céu uma vida plena de humanidade. Logo uma das tarefas do pensar prático revolucionário de esquerda é por às claras a “auto-esfacelada” existência humana que divide o homem entre o paraíso celeste, e o inferno terreno, que ele ativamente constrói. É esse “auto-esfacelamento” que “tem de ser compreendido em sua contradição, quanto revolucionado na prática.”

Assim sendo o esgarçar societário que levou milhões de católicos reacionários históricos, juntos a outros tantos que dele migraram para o pentecostalismo e o neo-pentecostalismo – em pouco mais de três décadas de autocracia burguesa institucional (1988-2022) –, que galgou o poder com seu criminoso ultraliberalismo ameaçando as instituições republicanas, rechaçando as liberdades individuais, coletivas liberais democráticas, exaltando ditadores e ditaduras em nome de deus, acelerou o processo de semi-escravização do trabalho, míseros salários, crescimento exponencial do desemprego, da pobreza, da fome, etc.

São as causas, as raízes, o agente de classe beneficiário e responsável por essa tragédia humana, que têm de ser trazidas à superfície e combatidas na prática. Não existe forma mais eficaz de enquadrar o poder judiciário, o Estado, a política e a autoalienação religiosa que aí estão na administração pública e comando político. É como sugere Marx, “[...] depois que a terrena família é revelada como o mistério da sagrada família, é a primeira que tem, então de ser teórica e praticamente eliminada”.

A esquerda revolucionária até compreende que ante o retrocesso posto, lideranças e partidos políticos de oposição à esquerda no arco do capitalismo brasileiro dependente, subdesenvolvido e submisso ao imperialismo, se dedique a dialogar com líderes religiosos e igrejas, faça a correria que vêm fazendo em busca dos votos dos fiéis para garantir seu retorno ao governo e, com ele, a “picanha e a cerveja” às mesas dos pobres, pretos e periféricos, como ventila o marketing. O que não é pouco e urgente, frisemos,

considerando que o osso da sopa está cada vez mais caro, a remuneração do trabalho em declínio e o número de milionários brasileiros em crescimento, entre outros devido à mortífera pandemia da covid-19.

De modo geral a esquerda revolucionária defende o assistencialismo, como providência humanitária emergencial. Rechaça-o, contudo, como projeto de sociedade. Deplora a conduta da oposição no arco do capitalismo ultraliberal – que ora pleiteia sua volta ao poder – de nas últimas três décadas ter abdicado de sua obrigação teórico-prático-crítica de esclarecer à classe trabalhadora, a massa pobre e pauperizada de que se pretende representante, a engrenagem e o funcionamento interno da economia brasileira no contexto do capital mundializado.

A condenável conduta é coerente com sua história, haja vista que nunca a esquerda em questão ambicionou, pensou sequer, ir para além do assistencialismo e das formalidades democráticas nos parâmetros estabelecidos pela classe dominante nativa, a forma autocrática de como ela exerce o poder, impõe e garante sua dominação interna, hoje mais dependente e submissa ao imperialismo como “nunca na história desse país”

Assim, ante as inúmeras e corriqueiras – apesar de esparsas – reações explosivas da massa assalariada, pobre e depauperada contra as deploráveis condições de vida a que estamos submetidos, o controle, por vezes terrorista, do Estado, a oposição na esquerda, em vez de dedicar esforços em refazer e estreitar os laços entre movimentos sociais existentes, a partir da força que cada um é (em si), para juntos somar e dirigir ações “prático-críticas”, contra a tirania do modelo econômico, coerente com sua história a oposição nos limites da ordem autocrática burguesa institucional, deixa em segundo plano o viés disruptivo que dimana das explosões de ódio das massas no campo e na cidade, e toma-as como mero potencial eleitoral a ser explorado (politicismo). Não à toa as “análises” e discursos de líderes e partidos nessa esquerda que aí está, restringe-se, a denunciar a tragédia, como faz a direita via mídia da casa grande – como se inocente fosse – para confundir a opinião pública, que muito lhe interessa, em particular dos votantes.

O apego e a defesa da esquerda revolucionária de uma prática-teórico-crítica do sistema a ser desenvolvida e massivamente divulgada parte do pressuposto marxiano de que a teoria, apesar de não poder “substituir a crítica das armas, também ela se transforma em poder material assim que se apodera das massas”. É isso que a filosofia d’A Essência do Cristianismo não entende, motivo pelo qual, descontente “com o pensamento abstrato” – Tese ad Feuerbach V – quer ela “a contemplação, mas não compreende o sensível como atividade prática, humano-sensível revolucionária”.

Salvo engano de nossa parte, desde Aristóteles (364-322 a.C) que identificou no indivíduo humano singular seu fundamento e dimensão coletiva ao concebê-lo “como ser social”, ninguém como Marx defendeu tão firmemente tal premissa. Senão vejamos. Após referir-se a dissolução que a filosofia feuerbachiana opera da “essência religiosa na essência humana” – Tese ad Feuerbach VI – o revolucionário alemão atenta para o fato de que, “[...] a essência não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado”. “Em sua realidade, é ela o conjunto das relações sociais”.

Ao não penetrar a “essência real”, a filosofia feuerbachiana incorre em duas insuficiências: a) “fazer abstração do curso da história, fixando o sentimento religioso para si mesmo; b) pressupor o indivíduo humano abstrato – isolado”. Não percebe por isso diz Marx, que a “essência só pode ser apreendida como ‘gênero’, como generalidade interna, muda, que une muitos indivíduos de modo natural”. Não vendo “por isso” – Tese ad Feuerbach VII – “que o próprio ‘sentimento religioso’ é um produto social e que o indivíduo abstrato que ele analisa pertence a uma determinada forma de sociedade. Antes de determinar, o indivíduo religioso e isolado é determinado pela forma societária a que pertence, de cuja construção ele participa. Como a “vida social” – Tese ad Feuerbach VIII – “é essencialmente prática “Todos os mistérios que conduzem a teoria ao misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão dessa prática”. A filosofia materialista feuerbachiana, vale repetir, só atentou para a atividade sensível prática-revolucionária como “suja, judaica” desprezível, portanto.

Por conta dos limites acima indicados “O máximo a que chega o materialismo contemplativo – Tese ad Feuerbach IX – isto é, o materialismo que não concebe o sensível como atividade prática, é a contemplação dos indivíduos singulares e da sociedade burguesa”. Dito isso, Marx enfatiza para demarcar a diferença – Tese ad Feuerbach X – “O ponto de vista do velho materialismo é a sociedade burguesa; o ponto de vista do novo materialismo é a sociedade humana ou a humanidade socializada”. Para atingir tal objetivo – Tese ad Feuerbach XI – ao “novo materialismo” importa “transformar o mundo” uma vez que “Os filósofos apenas o interpretaram de diferentes maneiras.”

Voltando ao ponto de partida dessas linhas, à

guisa de conclusão, n’A Questão Judaica de 1843, Marx não apenas desvelou umas tantas insuficiências da filosofia de Bruno Bauer acerca da emancipação política, emancipação humana, religião e Estado, como também pôs de manifesto que Bauer não compreendia que os conflitos e o tratamento dispensado a questão religiosa, corresponde a particularidade socioeconômica e política de cada nação. Na Alemanha tradicional, nos tempos dos neo-hegelianos e de Marx, era seriíssimo o problema de cunho civilizatório. Ou seja, era o pensamento liberal democrático correspondente a revolução Industrial em confronto declarado e aberto com o Antigo Regime.

Nos Estados Unidos, potência capitalista emergente fora do continente europeu, a questão religiosa não era, por assim dizer, uma questão em pauta; na França revolucionária burguesa, o direito do cidadão de ser religioso, a separação da religião do Estado já politicamente emancipado estavam institucionalizados sem que o judeu ou católico abrisse mão de suas crenças, e o Estado prescindir de seu caráter religioso, político e de classe.

Por fim e para além das diferenças entre “o velho materialismo” de Bruno Bauer e Ludwig Feuerbach e consortes, discípulos rebeldes de Hegel, “o novo materialismo” marxiano, que nas linhas acima procuramos evidenciar permite-nos concordar que se para Hegel a filosofia, qual coruja de minerva, só alça vôo ao entardecer, para Marx a filosofia é o galo gaulês que anuncia um novo amanhecer.

## BIBLIOGRAFIA

- CASIMIRO, F. H. Calheiros. A NOVA DIREITA. Aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. SP Ed. Expressão – 2018.
- LUKÁCS, G. Prolegômenos para uma ontologia do ser social. SP. Boitempo Editorial – 2010.
- MARX, K. Contribuição à Crítica do Direito de Hegel: Introdução SP. Ed. Expressão Popular – 2010.
- \_\_\_\_\_. A Questão Judaica 2ª Ed. SP. Ed. Moraes – 1991.
- \_\_\_\_\_ & ENGELS, F. Sobre Arte e Literatura, Global Ed. Coleção de bases, 4ª edição Teoria nº 16.
- \_\_\_\_\_, A Ideologia Alemã. SP Boitempo Editorial – 2007.

# TESES AD FEUERBACH

Karl Marx

**1ª Tese:** O principal defeito de todo o materialismo existente até agora (o de Feuerbach incluído) é que o objeto [*Gegenstand*], a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma do objeto [*Objekt*] ou da *contemplação*, mas não como *atividade humana sensível*, como prática; não subjetivamente. Daí o lado ativo, em oposição ao materialismo, [ter sido] abstratamente desenvolvido pelo idealismo – que, naturalmente, não conhece a atividade real, sensível, como tal. Feuerbach quer objetos sensíveis [*sinnliche Objekte*], efetivamente diferenciados dos objetos do pensamento: mas ele não apreende a própria atividade humana como atividade objetiva [*gegenstandliche Tätigkeit*], razão pela qual ele enxerga, na *A essência do cristianismo*, apenas o comportamento teórico como o autenticamente humano, enquanto a prática é apreendida e fixada apenas em sua forma de manifestação judaica, suja. Ele não entende, por isso, o significado da atividade “revolucionária”, “prático-crítica”.

**2ª Tese:** A questão de saber se ao pensamento humano cabe alguma verdade objetiva [*gegenstandliche Wahrheit*] não é uma questão da teoria, mas uma questão prática. É na prática que o homem tem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a natureza ceterior [*Diesseitigkeit*] de seu pensamento. A disputa acerca da realidade ou não realidade do pensamento – que é isolado da prática – é uma questão puramente *escolástica*.

**3ª Tese:** A doutrina materialista sobre a modificação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são modificadas pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado. Ela tem, por isso, de dividir a sociedade em duas partes – a primeira das quais está colocada acima da sociedade. A coincidência entre a alteração das circunstâncias e a atividade ou automodificação humanas só pode ser apreendida e racionalmente entendida como *prática revolucionária*.

**4ª Tese:** Feuerbach parte do fato da autoalienação [*Selbstentfremdung*] religiosa, da duplicação do mundo [*Welt*] num mundo religioso e num mundo mundano [*weltliche*]. Seu trabalho consiste em dissolver o mundo religioso em seu fundamento mundano. Mas que o fundamento mundano se destaque de si mesmo e construa para si um reino autônomo nas nuvens pode ser esclarecido apenas

a partir do autoesfacelamento e do contradizer-a-si-mesmo desse fundamento mundano. Ele mesmo, portanto, tem de ser tanto compreendido em sua contradição quanto revolucionado na prática. Assim, por exemplo, depois que a terrena família é revelada como o mistério da sagrada família, é a primeira que tem, então, de ser teórica e praticamente eliminada.

**5ª Tese:** Feuerbach, não satisfeito com o *pensamento abstrato*, quer a *contemplação* [*Anschauung*]; mas ele não compreende o sensível [*die Sinnlichkeit*] como atividade *prática*, humano-sensível.

**6ª Tese:** Feuerbach dissolve a essência religiosa na essência *humana*. Mas a essência humana não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado. Em sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais. Feuerbach, que não penetra na crítica dessa essência real, é forçado, por isso:

1. A fazer abstração do curso da história, fixando o sentimento religioso para si mesmo, e a pressupor um indivíduo humano abstrato – *isolado*.
2. Por isso, a essência só pode ser apreendida como “gênero”, como generalidade interna, muda, que une muitos indivíduos de *modo natural*.

**7ª Tese:** Feuerbach não vê, por isso, que o próprio ‘sentimento religioso’ é um produto social e que o indivíduo abstrato que ele analisa pertence a uma determinada forma de sociedade.

**8ª Tese:** Toda vida social é essencialmente *prática*. Todos os mistérios que conduzem a teoria ao misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão dessa prática.

**9ª Tese:** O máximo a que chega o materialismo contemplativo, isto é, o materialismo que não concebe o sensível como atividade prática, é a contemplação dos indivíduos singulares e da sociedade burguesa.

**10ª Tese:** O ponto de vista do velho materialismo é a sociedade burguesa; o ponto de vista do novo é a sociedade humana, ou a humanidade socializada.

**11ª Tese:** Os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo.

# A FUNÇÃO SOCIAL DO PAR COLONIZAÇÃO/CRISTIANISMO NO SISTEMA DO CAPITAL

Lorraine Marie Farias de Araujo

*“Pintaram de branco o pé da árvore mas a força da casca não cessa de gritar”[...] — Aimé Césaire, E os cães deixaram de ladrar, 1975.*

## INTRODUÇÃO

Nesse texto nos importa discorrer acerca da função social do par colonização/cristianismo no sistema do capital, para tanto utilizaremos dos apontamentos marxianos nos capítulos 24 e 25, livro I, d'O Capital, bem como de autores que tratam especificamente sobre o processo colonizatório, a saber, Fanon (2008), Césaire (2006), entre outros. Nos capítulos supracitados, Marx delinea o fundamento da colonização e a função que o cristianismo exerce para a expansão do sistema do capital ao mundo<sup>(1)</sup>. Partimos de que a colonização foi um processo de transformação do mundo em propriedade privada do burguês. A colonização ocorre ao mesmo tempo em que a acumulação primitiva do capital, esse processo, empreendido desde o século XVI na Europa, passa a ser mundializado com a colonização. Para possibilitar a colonização do mundo e o posterior estabelecimento do modo de produção especificamente capitalista, o cristianismo foi o suporte ideológico do processo de racialização e demonização dos povos autóctones. Utilizamos também da tese de Santos Neto (2020) sobre a mundialização do capital, em que comprova que esta foi nodal para o posterior estabelecimento do capitalismo, ou seja, a mundialização não é um

processo que ocorre somente nos marcos do capital financeiro, mas sim é condição para que o sistema do capital possa atingir esse estágio.

Ademais, Marx demonstra as artimanhas do burguês em se apropriar do mundo e das pessoas encontradas nele, para explorá-las até a última gota de sangue. Portanto, a acumulação primitiva do capital na Europa só pôde se completar com o processo de colonização em que a burguesia drenou a riqueza do mundo para o continente europeu. Esse processo acarreta numa série de consequências aos povos encontrados além-mar, tais povos são racializados pela burguesia, ou seja, ao chegarem em terras totalmente desconhecidas e se depararem com novas formas de vida e propriedade diametralmente opostas ao modo de vida burguês (em ascensão), tais povos foram designados selvagens, o burguês branco seria o ser humano ideal, aquele posto posteriormente na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), o homem universal, em contraposição a todas as outras pessoas da face da terra, que seriam um quase humano, no caso das mulheres submanizadas, e dos povos racializados completamente desumanizados.

Todorov (1993) empreende uma análise sobre o eu e o outro em que os racializados seriam o outro, o selvagem não-humano, tal justificativa aliada ao cristianismo foi nodal para empreender a carnificina sobre esses povos e perpetrar, até os tempos hodiernos, o genocídio sobre essas pessoas. Assim, o texto está dividido em duas seções: na primeira intitulada,

---

Lorraine Marie Farias de Araujo é Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social — Universidade Federal de Alagoas / PPGSS — UFAL

1. Acumulação primitiva, colonização e cristianismo, trataremos sobre a generalização da propriedade privada ao mundo, ou seja, a propagação da imagem semelhança do mundo burguês a todas as partes do globo terrestre; na segunda seção denominada, 2. Cristianismo, racialização e “mito do selvagem” abordaremos as consequências da tentativa de assimilacionismo cristão tratado por Césaire (2006), em que resta aos povos racializados, o racismo em todos os âmbitos de sua vida, especialmente o racismo religioso como reflexo da demonização sobre a pessoa negra (racializada).

### **ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DO CAPITAL, COLONIZAÇÃO E CRISTIANISMO**

No capítulo 24, livro I, d'O Capital, Marx revela a história sórdida da constituição da burguesia, processo em que esta classe de exploradores, expropriadores, larápios, estupradores, entre outros adjetivos pejorativos, se constitui enquanto classe dominante do modo de produção especificamente capitalista, no século XVIII. Tal marcha não ocorre ao acaso, os burgueses não são homens espertos que fizeram ouro do nada, para chegar onde estão e permanecer sendo a classe econômica, política, ideológica, cultural e esteticamente dominante, os capitalistas em ascensão realizaram uma série de atrocidades.

Essa acumulação primitiva desempenha na economia política aproximadamente o mesmo papel do pecado original na teologia. [...] E desse pecado original data a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora a muito tenham deixado de trabalhar (MARX, 2017, p. 785).

A primeira questão que apontamos consiste na necessidade que a classe de capitalistas possui em ter pessoas para explorar, somente a exploração dum ser humano por outro permite a acumulação de riquezas. Para constituir os seres humanos exploráveis do capitalismo, os burgueses perpetraram a barbárie generalizada contra os servos e camponeses, a fim de transformar tanto eles próprios como suas terras em propriedade privada, afinal, nenhuma pessoa que possui os meios de produção iria servir a outrem por livre e espontânea vontade. A história da burguesia, portanto, é pautada em expropriação. Marx denuncia as leis de cercamento do século XVI ao XVIII, onde os camponeses eram expulsos de suas terras para serem obrigados a vender sua força de trabalho às

manufaturas, além disso, também houve os processos de clareamento das terras comunais, em que pessoas eram expulsas e assassinadas em massa de suas terras para dar lugar às pastagens de ovelhas.

Esse processo permitiu que a burguesia se apropriasse tanto das terras desse incipiente proletariado, como também de sua força de trabalho. Tal enleio se dá na transição entre feudalismo e capitalismo, assim, a classe burguesa em ascensão deveria transformar todos os servos em seus proletários disciplinados às novas regras do jogo: o trabalho assalariado. O “assassínio para roubar” ou a “forma de roubo parlamentar” foram as formas nada idílicas utilizadas pela burguesia para se estabelecer como classe dominante. Toda a forma de vida feudal estava sendo destruída sob a mais brutal violência para que posteriormente essa classe surgisse triunfante.

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo (ibid., p. 787).

A base da acumulação primitiva do capital se deu por meio das expropriações violentas de terras, anteriormente comunais, e a imposição de leis que obrigassem o incipiente proletariado a se ajustar a nova disciplina necessária ao trabalho assalariado. A burguesia, por meio de “leis grotescas e terroristas”, forçou os expropriados a trabalhar através da subjugação violenta. Marx discorre, no capítulo mencionado, sobre as leis sanguinárias estabelecidas para obrigar o trabalhador a se submeter aos trabalhos mais degradantes, para não ser considerado vagabundo. Sob açoites, marcação de ferro em brasa e as mais variadas formas de tortura, inclusive com as crianças proletárias, a burguesia pôde revolucionar o modo de produção feudal, transformar a terra num bem vendável para ser acumulado nas mãos de poucos e acumular capital. Esta é a história que a burguesia tenta esconder, tanto o seu caráter revolucionário, para encobrir a possibilidade revolucionária latente de hoje, como também seu caráter usurpatório sobre vidas e meios de produção.

Além da exploração de seus próprios contrerâneos europeus, mortos ou transformados em apêndices da máquina, chama atenção nos escritos

marxianos o processo colonizatório, a qual o próprio Marx afirma haver um par com o cristianismo ao denominá-lo como “sistema colonial cristão”.

Sobre o sistema colonial cristão, afirma W. Howitt, um homem que faz do cristianismo uma especialidade: “As barbaridades e as iníquas crueldades perpetradas pelas assim chamadas raças cristãs, em todas as regiões do mundo e contra todos os povos que conseguiram subjugar, não encontram paralelo em nenhuma era da história universal e em nenhuma raça, por mais selvagem ou inculta, por mais desapiadada ou inescrupulosa que fosse” (ibid., p. 821, *italico nosso*).

A acumulação primitiva do capital dá origem a colonização, em que a “violência mais brutal” sobre os povos autóctones, é empregada através desse método de expansão do capital. Para se desenvolver plenamente enquanto modo de produção capitalista, o capital precisava ser generalizado ao mundo (SANTOS NETO, 2020). A mundialização do capital, empreendida por meio da colonização cristã, permitiu o amadurecimento do comércio e da navegação, assim como da própria classe de capitalistas. A ferramenta colonizatória, portanto, a subjugação do mundo aos moldes do capital foi essencial para a burguesia vir-a-ser classe dominante, bem como para o florescimento do capital industrial.

Hoje em dia, a supremacia industrial traz consigo a supremacia comercial. No período manufatureiro propriamente dito, ao contrário, é a supremacia comercial que gera o predomínio industrial. Daí o papel preponderante que o sistema colonial desempenhava nessa época. Ele era o “deus estranho” que se colocou sobre o altar, ao lado dos velhos ídolos da Europa, e que, um belo dia, lançou-os por terra num só golpe. Tal sistema proclamou a produção de mais-valor como finalidade última e única da humanidade (MARX, 2017, p. 824).

A crítica marxiana ao cristianismo é voraz. Ele utiliza uma estética literária refinada e irônica para realizar uma analogia entre o deus cristão e o deus capital, aqueles que a tudo subjagam e submetem, aqueles que visam estabelecer um mundo à sua imagem e semelhança e o fazem. O “pecado original” do capital sacrificou no seu altar a vida dos servos e camponeses feudais na Europa, também

alimentou/alimenta o seu deus cristão com sangue do genocídio dos povos autóctones, considerado por Todorov (1993), o maior genocídio da história da humanidade. O cristianismo, religião que serviu historicamente à classe dominante, apesar de algumas exceções dissidentes, no sistema do capital, aliado ao processo colonizatório, serve para impor ideologicamente ao mundo a extração de mais-valor como finalidade última da humanidade, tal como afirma a letra marxiana. Expropriação e exploração dão à tônica do nascedouro da sociedade regida pelo capital e se intensificam devido à incontrolabilidade (MÉSZÁROS, 2002) desse sistema, que assim como um vampiro, cada vez suga mais as produtoras e produtores de toda a riqueza existente. O capital industrial, enquanto a personificação da subsunção real do trabalho vivo ao trabalho morto consagra a burguesia como classe dominante. Após uma história forjada em sangue e barbárie, a burguesia se mantém exploradora até os tempos hodiernos.

A questão da propriedade também é essencial para a compreensão do processo colonizatório. “A propriedade privada, como antítese da propriedade social, coletiva, só existe, onde os meios de produção e as condições externas do trabalho pertencem às pessoas privadas” (MARX, 2017, p. 830). Primeiro a burguesia extirpou a propriedade comunal na Europa, depois derruiu a propriedade social no além-mar. A letra marxiana ao tratar da colonização explicita sua função social naquele momento histórico, a saber, transformar o mundo inteiro numa propriedade privada do burguês. Considerando a mundialização do capital como nodal ao seu desenvolvimento, a burguesia teria que ser classe dominante em todas as partes do globo terrestre para que o capital pudesse se estabelecer como modo de produção capitalista, assim, Marx, ao desvendar a anatomia do capital, demonstra que a imposição da propriedade privada é essencial ao sistema do capital. Somente com a propriedade privada dos meios de produção e com a total expropriação dos servos e camponeses é que se poderia formar o proletariado europeu, assim como, apenas com a colonização do mundo

**“ O CRISTIANISMO É UTILIZADO NESSE PROCESSO COMO UMA ARMA IDEOLÓGICA DE EXPANSÃO DOS INTERESSES DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA, A SUA FUNÇÃO SOCIAL, PORTANTO, NOS MOLDES DO CAPITAL, É PERMITIR QUE O MUNDO TORNE-SE IMAGEM SEMELHANÇA DO MUNDO BURGUÊS EM ASCENSÃO ”**

e a disseminação da propriedade privada a todas as partes, é que se poderia transformar em proletários aqueles que estavam além-mar e que viviam de forma diametralmente oposta aos europeus. O cristianismo é utilizado nesse processo como uma arma ideológica de expansão dos interesses da acumulação capitalista, a sua função social, portanto, nos moldes do capital, é permitir que o mundo torne-se imagem semelhança do mundo burguês em ascensão. Vejamos as considerações de Todorov sobre Cristóvão Colombo, que possui em seu nome a personificação do cristo colonizador.<sup>(2)</sup>

[...] a necessidade de dinheiro e a vontade impor o verdadeiro deus não se excluem. Os dois estão até unidos por uma relação de subordinação: um é meio, e o outro, fim. Na verdade, Colombo tem um projeto mais preciso do que a exaltação do Evangelho no universo, e tanto a existência quanto a permanência desse projeto revelam sua mentalidade. Qual um Dom Quixote atrasado de vários séculos em relação ao seu tempo, Colombo queria partir em cruzada e liberar Jerusalém! Só que a ideia é extravagante em sua época e como, por outro lado, não há dinheiro, ninguém quer escutá-lo. Como um homem desprovido e que gostaria de lançar uma cruzada podia realizar seu sonho, no século XV? É tão simples quanto o ovo de Colombo: basta descobrir a América e descobrir nela os fundos...(TODOROV, 1993, p. 10)

A inegável ligação entre colonização e cristianismo está posta nas cartas de Colombo à metrópole, onde por diversas vezes as palavras “ouro” e “deus” faziam parte da mesma frase. “Que Nosso Senhor me ajude, em Sua misericórdia, a descobrir este ouro”(Diário, 23/12/1492 apud. *ibid.*, p. 8); “Nosso Senhor bem sabe que eu não suporto todas estas penas para acumular tesouros nem para descobri-los para mim; pois, quanto a mim, bem sei que tudo que se faz neste mundo é em vão, se não tiver sido feito para honra e serviço de Deus (Las Casas, Historia, I, 146 apud *ibid.*, p. 9); “Quando lhe traziam ouro, ou objetos preciosos, ele entrava em seu oratório, ajoelhava-se como as circunstâncias exigiam, e dizia: ‘Agradecemos a Nosso Senhor que nos tornou dignos de descobrir tantos bens’” (*ibid.*, p. 11-12). A sede do colonizador por acumular se justificava através dos desígnios divinos, se conseguia ouro ou qualquer outro bem era porque foi escolhido pelo deus cristão, para espalhar seu santo nome ao planeta terra. O par colonização/cristianismo, portanto, foi o pilar

necessário para a estupenda acumulação de capital.

O sistema colonial amadureceu o comércio e a navegação como plantas num hibernáculo. As “sociedades Monopolia” foram alavancas poderosas da concentração de capital. Às manufaturas em ascensão, as colônias garantiam um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio de mercado. Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformavam em capital (MARX, 2017, p. 823).

Ao invadir o mundo, os capitalistas levaram consigo a arma ideológica cristã para colonizar e catequizar, nesse sentido, catequizar o mundo seria a forma de disciplinar os povos autóctones ao modo de vida burguês. A catequização do mundo significou a demonização do modo de vida que não correspondia ao mundo burguês. As consequências do sistema colonial cristão, se refletem no processo de racialização e demonização dos racializados. Fanon (2008) constrói sua análise sobre tal processo em que demonstra que o negro, racializado ou colonizado configura-se como a figura do mal, como o demônio na terra. Tal ensejo serviu para aumentar os lucros da burguesia e permitir o genocídio dos povos racializados.

Colonização e cristianismo, portanto, restaram em racialização, racialização em racismo, e racismo em genocídio, esta é a equação burguesa para mundializar o capital e “fabricar proletários nas colônias”. O processo de racialização serviu para que as pessoas encontradas fora da Europa fossem escravizadas, dizimadas. Por isso, constatamos que a burguesia só pode tomar esse posto enquanto traficante de pessoas escravizadas (WILLIAMS, 1975), o burguês ou o mesmo que “ladrão de pessoas” só pertence à classe dominante moderna por acumular sob a escravização colonial. Nesse ínterim, o cristianismo deu o suporte necessário à exploração



dos povos autóctones. A fé cristã foi utilizada como a fé na acumulação capitalista.

Por fim, acumulação primitiva do capital, colonização e cristianismo foram os pilares para a constituição do mundo burguês e explorador a qual estamos submetidos hoje. Assim, resta-nos nas próximas linhas nos determos sobre as consequências desse processo aos povos racializados, ou seja, como até hoje o genocídio se perpetra de forma corriqueira, em que a polícia mata negros, em que as terras indígenas são invadidas e tais fatos são jogados para debaixo do tapete, afinal, supostamente não seriam humanos. A construção do mito do selvagem propõe a desumanização aos racializados. Todos os âmbitos da vida são atingidos, as expressões religiosas, culturais e estéticas são demonizadas para que todas as pessoas sigam a disciplina e resignação cristãs, típicas do mundo burguês em ascensão.

### **CRISTIANISMO, RACIALIZAÇÃO E MITO DO SELVAGEM**

Ao analisarmos os fundamentos do processo colonizatório chegamos ao ponto essencial de suas consequências aos povos colonizados/racializados. As artimanhas burguesas com vistas a acumulação foram/são utilizadas da forma mais cruel possível através de mecanismos como a racialização. Seguindo os trilhos de Almeida (2018), raça e racismo tem seu fundamento histórico na era moderna, ou seja, somente na era burguesa é que o constructo do racismo nasce e ganha forma. Tal autor defende a tese de que o racismo é estrutural, portanto, o racismo não é uma falha social que pode ser corrigida no seio do sistema do capital, mas um complexo que pertence a sua própria estrutura. “A tese central é de que o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade” (ALMEIDA, 2018, p. 15). Temos pleno acordo com tal afirmativa e vamos além: o racismo é proveniente do processo de racialização criado pela burguesia de modo a desumanizar os povos autóctones para dizimá-los.

A burguesia é a classe responsável por criar o racismo e acoplá-lo à estrutura do sistema do capital como um mecanismo de intensificação da exploração sobre os povos autóctones durante o processo de colonização. Como explicitamos anteriormente, a colonização está irmanada ao cristianismo como arma de expansão do sistema do capital ao mundo. O processo de racialização surge, nesse sentido, como a transformação de todas e todos aqueles encontrados além-mar em raças inferiores, enquanto o burguês branco europeu seria uma espécie de não-raça, o representante ideal do gênero humano, denominado por Almeida (2018) através do termo branquitude. A burguesa branquitude, para especificar bem o

caráter de classe contido nesse termo, seria o ser humano ideal, aquele posto na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789). Somente o homem burguês branco e proprietário privado é considerado humano para o sistema do capital, há uma dicotomização, uma cisão entre supostas raças de seres humanos, criada pela burguesia para poder dizimar os supostos seres humanos inferiores. Assim, a burguesia racializa povos, cria o racismo e traz consigo esse mecanismo perverso até os nossos dias.

O cristianismo é utilizado como arma ideológica burguesa para adequar o modo de vida dos povos racializados à disciplina exigida para a fabricação de proletários a serem explorados. O que resta aos racializados é a negação de sua humanidade, a desumanidade imposta é sistemática. O processo de colonização perpetrou uma desonesta equação através da tentativa de implantar o assimilacionismo da religião cristã sobre os povos autóctones, tal expressão se dá na falsa concepção de que o paganismo seria igual à selvageria e o cristianismo seria a verdadeira civilização, [...] “a grande responsabilidade nesta área é o pedantismo cristão por propor equações desonestas: cristianismo=civilização, paganismo=selvageria, das quais só poderiam resultar abomináveis consequências colonialistas e racistas, cujas vítimas deveriam ser os índios, os amarelos e os negros” (CÉSAIRE, 2006, p. 14, tradução nossa).

Por isso, a racialização não se reduz somente a questão negra, diversos povos foram racializados para serem explorados e dizimados. No caso do Brasil, temos, principalmente, indígenas e negros, como aqueles que sofrem as consequências nefastas do processo de racialização. A população indígena foi dizimada desde a colonização. Com vistas a usurpar suas terras, a empresa colonizadora realizou o genocídio sobre estes povos, e atualmente representam apenas 0,47% da população brasileira.<sup>(3)</sup>

O povo negro também sofre o genocídio, inscrito no encarceramento em massa<sup>(4)</sup>, na precarização do trabalho, nas balas da polícia numa suposta “guerra às drogas” que, na verdade, é uma tergiversação à guerra aos pobres, onde as periferias e favelas são

**“ POR ISSO, A RACIALIZAÇÃO NÃO SE REDUZ SOMENTE A QUESTÃO NEGRA, DIVERSOS POVOS FORAM RACIALIZADOS PARA SEREM EXPLORADOS E DIZIMADOS. NO CASO DO BRASIL, TEMOS, PRINCIPALMENTE, INDÍGENAS E NEGROS, COMO AQUELES QUE SOFREM AS CONSEQUÊNCIAS NEFASTAS DO PROCESSO DE RACIALIZAÇÃO ”**

tratadas como o “quarto de despejo” da cidade, parafraseando a grande Carolina Maria de Jesus (1960). Todas essas manifestações do racismo têm raízes na desumanização empreendida sobre esses povos desde a colonização. A desumanização racista faz “a carne mais barata do mercado ser a carne negra”.<sup>(5)</sup>

O processo de desumanização racista denota consequências degradantes aos povos racializados. Tais pessoas são tratadas como espécies de “selvagens” sob o manto do cristianismo que demoniza todas as manifestações religiosas, culturais e estéticas das pessoas racializadas. Fanon (2008) constrói uma crítica cabal ao cristianismo e às consequências da imposição cristã aos povos colonizados e racializados. O negro (ou racializado) é tomado como um selvagem, a figura do mal, o demônio, o pecado.

É preciso ir com calma, e é dramático ter que expor pouco a pouco mecanismos que se apresentam em sua totalidade. Seremos capazes de compreender esta proposição? Na Europa, o Mal é representado pelo negro. É preciso ir com calma, sabemos disso, mas é difícil. O carrasco é o homem negro, Satã é negro, falamos de trevas, estamos pretos quando estamos sujos — aplique-se isso à sujeira física ou à sujeira moral. Causaria espanto se nos déssemos ao trabalho de reuni-las, tamanho é o número das expressões que fazem do negro o pecado. Na Europa, o negro representa, seja concreta ou simbolicamente, o lado mau da personalidade. Enquanto não tivermos compreendido essa proposição, estaremos condenados a falar em vão sobre o “problema negro”. O negro, o obscuro, a sombra, as trevas, a noite, os labirintos da terra, as profundezas abissais, denegrir a reputação de alguém; e, do outro lado: o olhar claro da inocência, a pomba branca da paz, a luz feérica, paradisíaca, uma magnífica criança loira, quanta paz nessa expressão, quanta alegria e, acima de tudo, quanta esperança! Nada comparável com a magnífica criança negra: literalmente, é algo insólito. Apesar de tudo, não terei de visitar as histórias dos anjos negros. Na Europa, ou seja, nos países civilizados e civilizadores, o negro simboliza o pecado (FANON, 2008, p. 124, *italico do autor*).

A figura do racializado como selvagem é retratada pelo colonizador Colombo em suas cartas à metrópole: “E como são homens bestiais e que pensam que o mundo inteiro é uma ilha, e que nem sabem o que é um continente, e não possuem nem cartas nem documentos antigos, e só encontram prazer em comer e estar com as mulheres, disseram que era uma ilha...” (Bernaldez transcrevendo o diário da segunda viagem apud TODOROV, 1993, p. 22, *italico nosso*). O modo de vida dos povos autóctones é considerado bestial, selvagem, por não possuírem a sede pela acumulação de riquezas da era capitalista em gênese. Voltamos à propriedade privada como cerne do processo de colonização e racialização: por possuírem a propriedade coletiva sobre a terra e todos os bens que lhe ofereciam, por não visarem a acumulação e exploração dum ser humano por outro, os povos autóctones foram considerados selvagens pelos colonizadores.

O autor supracitado afirma que, na colonização, os “selvagens” foram tratados de duas formas, ora como uma folha em branco, para assimilar o modo de vida burguês e cristão, ora como animais irracionais selvagens para justificar sua dizimação, quando não aceitavam a imposição da catequização. Ademais, até mesmo a linguagem dos indígenas era supostamente tida como similar à língua dos colonizadores, quando perceberam que se tratava duma nova forma de linguagem, completamente distinta das línguas conhecidas pelos europeus, Colombo afirma que deveriam ensinar os indígenas a falar.

Colombo não reconhece a diversidade das línguas, e, por isso, quando se vê diante de uma língua estrangeira, só há dois comportamentos possíveis, e complementares: reconhecer que é uma língua, e recusar-se a aceitar que seja diferente, ou então reconhecer a diferença e recusar-se a admitir que seja uma língua... Os índios que encontra logo no início, a 12 de outubro de 1492, provocam uma reação do segundo tipo, ao vê-los, promete: “Se Deus assim o quiser, no momento da partida levarei seis deles a Vossas Altezas para que aprendam a falar” (estes termos chocaram tanto os vários tradutores franceses de Colombo que todos corrigiram: “para que aprendam nossa língua”) (ibid., p. 30).

Os colonizadores cristãos buscavam imprimir toda a disciplina da vida burguesa incrustada no cristianismo aos povos autóctones para explorá-los, estes não aceitaram tal processo sem revolta e luta.

Por isso, diferencia-se absolutamente a função social do cristianismo em relação às religiões de matrizes africanas ou indígenas, enquanto o primeiro, serviu/serve como ferramenta de expansão do capital, as segundas são mecanismos de resistência à empreitada perversa exercida pela burguesia para disciplinar os novos explorados. Temos a dimensão da diferença entre essas formas de religião através da obra *Os Jacobinos Negros* (JAMES, 2000), pois mulheres e homens negros, em 1791, no Haiti, construíram a primeira revolução dos povos racializados com a utilização da ferramenta da religião vudu. Esta possuía diversas mulheres como sacerdotisas e, em seus templos, revolucionárias e revolucionários se organizavam para combater a burguesia em ascensão.

No momento em que a burguesia se estabelece como classe dominante e proclama os Direitos do Homem e do Cidadão (1789), a colônia continuava a manter pessoas escravizadas, demonstrando a farsa da liberdade, igualdade e fraternidade supostamente defendidas pela burguesia, estas só existentes no campo formal, na realidade, a escravidão colonial perdurou até que fosse mais lucrativo à metrópole. A revolução negra haitiana nos permite vislumbrar os motivos da demonização da religião, cultura e estética negra (racializada), pois se consubstancia numa ética completamente distinta da ética individualista burguesa. Através de manifestações como candomblé, samba, jazz, capoeira, entre outras, negras e negros se organizavam/organizam coletivamente (MOURA, 1983) e constroem a resistência à imposição burguesa do cristianismo.

A demonização sobre as pessoas negras possui algumas especificidades quando se trata da mulher negra. No romance *Eu, Tituba: bruxa negra de Salem*, escrito pela brilhante Maryse Condé (2020), conseguimos apreender as consequências do par colonização/cristianismo especialmente à vida das mulheres negras e escravizadas. Além de pesar sobre suas cabeças séculos de dominação patriarcal, as mulheres racializadas ainda estão submetidas à desumanização racista. Na literatura encontramos semelhança à vida de tais mulheres em que o capital se forja sob o estupro sistemático das mulheres negras (DAVIS, 2016) e a sua constante exploração por toda a família burguesa.

A demonização de tais mulheres está presente em toda a obra, onde as mulheres escravizadas são chamadas bruxas e mandadas à forca por utilizarem plantas para se curar, ou quando se recusam a viver sob os moldes do cristianismo. A nossa personagem principal, Tituba, vê a mãe sendo enforcada quando criança e também vai à forca numa trágica sina destinada às mulheres racializadas e escravizadas. Ela e sua mãe passam por diversos estupros e explorações ao longo da vida. Em sua escrita, Condé

nos leva a compreender a realidade da mulher negra escravizada, as consequências que a mulher racializada sofre desde as raízes da escravidão colonial e as formas de resistência utilizadas por essas mulheres lutadoras, que se consubstanciam na vida real em mulheres escravizadas que lutaram nos quilombos a exemplo de Dandara, Aqualtune e Luiza Mahin (PARKS et al., 2021).

Todo esse enleio nos leva hoje a compreender como o racismo se incrusta na vida dos povos racializados, bem como localizar temporal e historicamente a origem da desgraça na vida desses povos. Tal origem se encontra na colonização irmanada ao cristianismo como armas de expansão do capital de modo a disciplinar mulheres e homens de todas as partes do globo terrestre ao trabalho assalariado. Portanto, a desumanização e demonização sobre os povos racializados é resultado do racismo, enquanto mecanismo burguês utilizado para empreender o genocídio que se perpetra até os nossos dias. As mulheres hoje não mais vão para a forca, mas terreiros de candomblé ainda são destruídos e incendiados, como aconteceu em 1912<sup>(6)</sup> e também em 2022<sup>(7)</sup>. O racismo religioso é uma expressão cruel da tentativa de catequização e disciplinamento dos povos racializados ao modo de vida burguês cristão. A luta continua.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos ao longo do texto a história sórdida da burguesia e as consequências que os povos racializados sofrem com a expansão do sistema do capital por meio do par colonização/cristianismo. Ao localizar temporalmente a acumulação primitiva do capital como o cerne de toda a desgraça racista que vivemos na sociedade burguesa, desvendamos nosso verdadeiro inimigo que permanece sendo o mesmo desde os mais longínquos tempos: a burguesia. Esta inimiga miserável promoveu a colonização para acumular capital e utilizou o cristianismo como arma ideológica de disciplinamento sobre os povos autóctones. Tudo isso para desumanizá-los e explorá-los, tendo como resultado a imputação duma suposta

**“ DIFERENCIA-SE ABSOLUTAMENTE A FUNÇÃO SOCIAL DO CRISTIANISMO EM RELAÇÃO ÀS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS OU INDÍGENAS, ENQUANTO O PRIMEIRO, SERVIU/SERVE COMO FERRAMENTA DE EXPANSÃO DO CAPITAL, AS SEGUNDAS SÃO MECANISMOS DE RESISTÊNCIA À EMPREITADA PERVERSA EXERCIDA PELA BURGUESIA PARA DISCIPLINAR OS NOVOS EXPLORADOS ”**

selvageria a esses povos que acarreta demonização sobre sua religião, cultura e estética e promovendo o genocídio que perdura até os tempos hodiernos.

Não são poucas as desgraças promovidas pela classe burguesa e pelo sistema do capital. Tais fatos provam a indivorciabilidade entre racismo e sistema do capital e nos apontam o caminho revolucionário como solução à lástima da vida dos povos racializados, como da classe trabalhadora na totalidade. Que fique evidente que toda a classe trabalhadora é explorada pela burguesia, os trabalhadores brancos não vivem num mar de rosas, mas especificamos os racializados de modo a desmistificar a natureza burguesa do racismo e demonstrar que a sua destruição só pode acontecer com a transformação radical da sociabilidade burguesa.

Não há meio-termo, quando compreendemos que a riqueza acumulada pelos capitalistas desde o século XVI é forjada na escravidão de pessoas que foram subdivididas em raças propositalmente para serem desumanizadas, exploradas e dizimadas. O capital é a nossa morte, então que o matemos, transformando radicalmente a sociedade. Somente a revolução socialista conseguirá deter a barbárie da sociedade que gesta e desenvolve o racismo e transforma pessoas em mercadorias. A emancipação humana só acontecerá com um ponto final ao sistema do capital e a construção do socialismo.

## NOTAS

(1) Sobre o tratamento dado aos escravos, uma boa compilação encontra-se em Charles Comte, *Traité de la législation* (3. ed., Bruxelas, 1837). É preciso estudar essa questão em detalhe, para ver o que o burguês faz de si mesmo e do trabalhador lá onde tem plena liberdade para moldar o mundo segundo sua própria imagem (MARX, 2017, p. 821, n. 241).

(2) E Colombo tinha conservado nele mesmo dois traços dignos de figurar até em seu nome: o evangelizador e o colonizador; e tinha razão (TODOROV, 1993, p. 26).

(3) GARCIA, Maria Fernanda. Massacrada, população indígena representa menos de 0,5% do país. Observatório do Terceiro Setor. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/36lMiDv>. Acesso em 27 jan. 2022.

(4) A cada 3 presos, dois são negros, conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(5) Alusão à música “A carne”, composta por Seu Jorge / Ulises Capelleti / Marcelo Fontes Do Nascimento S. Possui como uma de suas principais intérpretes, a imortal Elza Soares.

(6) Para a compreensão de tal fato histórico sugerimos

o documentário 1912 — O Quebra de Xangô, dirigido por Siloé Amorim no ano de 2006.

(7) GONZAGA, Vanessa. Terreiro é incendiado no litoral sul de Pernambuco: “Querem apagar nossa história”. Brasil de Fato. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3Ijcw6X>. Acesso em 27 jan. 2022.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

CÉSAIRE, Aimé. E os cães deixaram de ladrar. Diabril, 1975.

\_\_\_\_\_. Discurso sobre el colonialismo. Ediciones Akal, S. A., 2006.

CONDÉ, Maryse. Eu, Tituba: bruxa negra de Salem. 7 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

GARCIA, Maria Fernanda. Massacrada, população indígena representa menos de 0,5% do país. Observatório do Terceiro Setor. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3wcASNm>. Acesso em 27 jan. 2021.

GONZAGA, Vanessa. Terreiro é incendiado no litoral sul de Pernambuco: “Querem apagar nossa história”. Brasil de Fato. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3u5DUA3>. Acesso em 27 jan. 2022.

JAMES, C. L. R. Os jacobinos negros. São Paulo: Boitempo. 2000.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo - Diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. 2. ed. Livro I. São Paulo: Boitempo. 2017.

MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOURA, Clóvis. São Paulo: o povo em movimento. in: SINGER, Paul. Brant, Vinicius Caldeira. org. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.

PARKS, Leticia. ASSIS, Odete. CACAU, Carolina (orgs.). Mulheres negras e marxismo. São Paulo: Associação Operário Olavo Hansen, 2021.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. Mundialização do capital: imperialismo e subimperialismo. Goiânia-GO: Editora Phillos, 2020.

TODOROV, Tzvetan. A conquista da América: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes. 1993.

WILLIAMS, Eric. Capitalismo e escravidão. Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1975.

# ATUALIDADE DE “O FUTURO DE UMA ILUSÃO” DE SIGMUND FREUD

Mauro Luiz Barbosa Marques

Sigmund Freud (1856-1939) nasceu no que hoje é a República Tcheca, mas àquela época compunha o Império Austríaco, dissolvido após a 1ª Guerra. Ainda criança foi com a família para Viena, onde residiria até quase o fim da vida, quando precisou buscar exílio visando sobreviver à ditadura nazista. Apesar de sua descendência pobre, formou-se em medicina no ano de 1882 e logo se dedicou à clínica médica, especializando-se em psiquiatria e tornando-se um renomado neurologista. No seu trabalho, deparou-se com pacientes afetados por “problemas nervosos”, o que o fez refletir sobre certas questões e o motivou a realizar um estágio com o neurologista francês Jean-Martin Charcot, defensor do tratamento de casos de sintomas de doença mental através do uso de hipnose.

Entre 1893 e 1896, Freud se aproximou do respeitado médico Josef Breuer, que descobriu que era possível reduzir os sintomas da doença mental apenas pedindo aos pacientes que descrevessem suas fantasias e alucinações. Trabalhando juntos, desenvolveram e popularizam tal técnica de liberação de afetos e emoções ligados aos eventos traumáticos do passado através da lembrança e comentário das cenas vivenciadas, que culminariam no desaparecimento do sintoma. Era o método catártico. Tais práticas e teorias difundiram-se por inúmeras áreas do saber e, em 1900, consideramos o nascimento da chamada Psicanálise, a partir da publicação da obra “A Interpretação dos Sonhos”.

Assim sendo, desde o início do século passado,

o chamado “pai da psicanálise” escreveu sobre a temática religiosa, entre tantas outras, e seus desdobramentos no indivíduo e nas coletividades humanas em diversas obras. Por este motivo, trechos do livro “O futuro de uma ilusão” (1927) foram selecionados para contribuir na análise das religiões e suas influências sobre a humanidade nesta edição da revista **Primavera Vermelha**. Geralmente, a teoria freudiana é conhecida e destacada por conceitos criados ou ampliados por Freud, como o inconsciente, sexualidade da criança, pulsões ou o complexo de Édipo, entre outros. Entretanto, na sua vasta bibliografia, o tema religioso teve importante destaque, como demonstramos introdutoriamente na sequência.

Apesar de ter nascido em família judaica praticante, Freud nunca seguiu as tradições e os costumes religiosos sem deixar de se identificar como um homem judeu. A crítica à religiosidade, em amplo sentido, se mostrou radical e implacável na elaboração do autor, independente de suas raízes familiares.

Entretanto, em que medida é válido incluir um texto de Freud em uma revista marxista de teoria e debates? Nos parece muito pertinente e tentamos demonstrar isso. Inicialmente cabe destacar que, ao contrário de algumas críticas, as elaborações freudianas vão bem além do indivíduo e do inconsciente, embora partam destes parâmetros. O texto do quilate de ‘Totem e Tabu’ (1913), por exemplo, foi, ao lado de “A interpretação dos sonhos”, dos mais importantes

e considerados pelo autor sua contribuição para o que ele chamou de ‘psicologia dos povos’. Freud navegou sobre temáticas sociais e políticas nestas e em outras obras. Em ‘Psicologia das massas e análise do eu’ (1921), ele afirmou que a “psicologia individual também é ao mesmo tempo psicologia social nesse sentido ampliado” e que os “assuntos da investigação psicanalítica reivindicam o direito de serem apreciadas como fenômenos sociais”.

Em que pese estes aspectos, a aproximação entre psicanálise e marxismo é tema controverso até a atualidade. Não deixou de ser na Rússia Soviética dos primeiros anos, onde a psicanálise desenvolveu experiências e era respeitada, também ignorada ou alvo de desconfiança, até o fechamento estalinista no início dos anos 1930. Aliás, a partir de 1905, depois de grande dificuldade de aceitação entre os estudiosos da psicologia e nos meios acadêmicos, a clínica psicanalítica consolida-se e começa a influenciar o pensamento em diversas áreas do conhecimento em vários países. Mesmo na Rússia czarista, a psicanálise teve seu espaço e, no continente americano, os textos freudianos já são encontrados traduzidos ao redor de 1910.

Após a Revolução de Outubro, a psicanálise foi considerada por parcela dos bolcheviques como uma espécie de antídoto ao pensamento burguês. Justamente no período revolucionário, foi reconhecida como ciência pelo governo soviético antes de qualquer outro país. Houve experiências significativas a partir dos conceitos freudianos, como o Instituto de Formação, um Ambulatório e um Jardim de Infância experimental, que se tornaria conhecido como “Casa das Crianças” de Moscou. Tal experimento, descrito no texto de Georgina Maniakas, ‘A psicanálise nos primeiros tempos da Rússia Soviética’, demonstra a liberdade de aplicação e eventual crítica às teorias e práticas freudianas.<sup>(1)</sup>

Na sombra contrarrevolucionária dos anos 1930, a Sociedade Psicanalítica Russa foi dissolvida e a repressão estalinista ao movimento psicanalítico banuiu a prática da URSS, considerada oficialmente como uma “ciência burguesa”. Consequência de tal obscurantismo, Freud e suas obras foram censuradas, proibidas e incluídas no index da sinistra burocracia parasitária.

A liberdade de associação gradualmente foi proibida, e as correntes psicológicas, exceto a “oficial”, que era baseada em uma adaptação mecanicista

da psicologia pavloviana, foram silenciadas. Vale ressaltar ainda as medidas reacionárias da época como anulação da legislação sobre aborto e divórcio em prol do fortalecimento da suposta família tradicional. A homossexualidade passou a ser considerada uma “sexualidade pervertida e degradada”. Apenas no governo de Yeltsin, nos anos 1990, voltou a psicanálise a ter o direito de atuar no território russo.

Vale ressaltar que tal tendência já se observava antes, logo após a morte de Lenin e da expulsão de Trotsky, com o início da “caça às bruxas”, realizada por Stalin e sua camarilha contra toda a oposição às ideias de “socialismo em um só país”. Trotsky, aliás, é reconhecido pela simpatia a psicanálise e às ideias de Freud. No clássico texto de Trotsky ‘Literatura e Revolução’ (1924) há o elogio explícito à escola psicanalítica austríaca quando comparada aos estudos russos da época. Segundo Leon, nomes como Freud, Jung, Adler entre outros teriam dado “uma contribuição infinitamente maior à questão do papel desempenhado pelo elemento sexual na formação do caráter do indivíduo e da consciência social”.

Ainda sobre possíveis aproximações entre a obra freudiana e o marxismo cabe destacar Wilhelm Reich, expoente neste esforço. Sendo um pioneiro ao perceber na psicanálise instrumental teórico para junto ao materialismo dialético interpretar determinada ideologia ou psicologia coletiva em certo contexto social. A psicanálise teria tal capacidade a partir de seu método que, com meios científicos, procura descrever e explicar a vida psíquica. Assim, para Reich, conforme descrito em “Materialismo dialético e psicanálise” (1929), a teoria psicanalítica não poderia simplesmente substituir todo arsenal marxista de análise, mas seria uma espécie de “ciência auxiliar”, sob a forma de psicologia social.

Reich sugere que a psicanálise está ligada às relações de produção, sendo um produto da modernidade e uma reação às condições culturais e morais em que vive o homem social, uma reação às condições sexuais tal como resultam das ideologias religiosas. Enquanto o marxismo seria a tomada de consciência das leis econômicas, da exploração de uma maioria por uma minoria, a psicanálise foi a tomada de consciência da repressão sexual social. O autor vai além e afirma que a existência da sociedade capitalista simplesmente impede a psicanálise de ser verdadeira, visto que está calcada em valores burgueses, como o casamento, a educação e a moral sexual, que impedem a cura psicanalítica



“AS RELIGIÕES TAMBÉM SERIAM REFLEXO DA FIGURA PATERNA, PERSPECTIVA PRESENTE EM VÁRIAS OBRAS DE FREUD. O ADOLESCENTE QUE NÃO SUPERA A INFANTILIZAÇÃO, ASSIM COMO O ADULTO NÃO CONSEGUIRÁ SUPERAR, PERCEBE QUE PRECISARÁ SEMPRE DE PROTEÇÃO CONTRA O DESCONHECIDO. E DOS TRAÇOS DA FORÇA E DA ADMIRAÇÃO PATERNA SE CRIAM OS DEUSES. DESTES, TEM-SE MEDO, ADMIRAÇÃO, MAS CONFIAMOS PARA ELES NOSSA PROTEÇÃO”

radical. Diferindo conceitualmente do pai da psicanálise, para Reich, ao se adaptar à sociedade burguesa, a psicanálise estaria fadada à servidão social e à morte, sendo que o socialismo seria a possibilidade do desenvolvimento pleno da teoria e de tal prática clínica.

Por seu turno, ao escrever sobre o tema político/econômico, fica evidente o ceticismo de Freud quanto à possibilidade de evolução social apenas com a extinção da propriedade privada. A sua clássica especulação sobre tal tema esteve presente em “O mal-estar na civilização” (1930):

Os comunistas acreditam ter descoberto o caminho para nos livrar de nossos males. Segundo eles, o homem é inteiramente bom e bem disposto para com o seu próximo, mas a instituição da propriedade privada corrompeu-lhe a natureza. [...] Não estou interessado em nenhuma crítica econômica do sistema comunista; não posso investigar se a abolição da propriedade privada é conveniente ou vantajosa. Mas sou capaz de reconhecer que as premissas psicológicas em que o sistema se baseia são uma ilusão insustentável. Abolindo a propriedade privada, privamos o amor humano da agressão de um de seus instrumentos, decerto forte, embora, decerto também, não o mais forte; de maneira alguma, porém, alteramos as diferenças em poder e influência que são mal empregadas pela agressividade, nem tampouco alteramos nada em sua natureza.

Aqui, Sigmund alertava que a agressividade não foi criada pela propriedade, embora a reconheça como um de seus fatores. A violência reinou quase sem limites nos tempos primitivos, quando a propriedade ainda era muito escassa, reforçou Freud. De certa maneira, a ausência da propriedade

privada e da burguesia enquanto classe socialmente existente não impediu virulentos processos de perseguição nem a reversão das conquistas sociais da Revolução de Outubro – a qual ocorreria gradualmente durante o século passado - a partir da eliminação física ou política de uma camada expressiva de revolucionários naquele período histórico. Se Freud não argumentou pensando neste sentido no distante ano de 1930, acabou acertando ao afirmar que o fim da propriedade privada não bastaria para atingirmos um patamar político-social superior diferenciado.

Esta razoável digressão sobre as pontes possíveis entre psicanálise e marxismo, um tema controverso e amplamente debatido, aqui apenas introdutoriamente colocado, buscou justificar a presença de um texto clássico de Freud em uma revista de inspiração marxista, algo não tão corriqueiro na tradição da esquerda. Freud debruçou-se largamente sobre o tema das religiões e isso centralmente justifica a colocação de seus escritos para abordarmos o assunto. Em “O mal-estar na civilização”, a crítica ao papel das religiões na psicologia coletiva é assertiva e ácida, pois a técnica das crenças consistiria em “rebaixar o valor da vida e deformar delirantemente a imagem do mundo real, o que tem por pressuposto a intimidação da inteligência”.

A partir disso, as religiões achatariam o intelecto, estimulariam a infantilização psíquica, mas ao mesmo tempo poderiam, a partir da inserção em delírios coletivos de massa, poupar muitos crentes da neurose individual. Para Freud, isso estaria no terreno da busca pela felicidade e do prazer, aspectos que, ao fim e ao cabo, nem a religião poderia garantir plenamente.

Na obra “O futuro de uma ilusão”, parcialmente incluída nesta edição de **Primavera Vermelha**, a crítica à religião é ainda mais aprofundada. Na obra, o autor realiza uma forte relação entre as religiões e as construções culturais das sociedades. A cultura religiosa tinha, entre outros objetivos, domar a fera humana e também superar o ‘estado de natureza’. Seriam objetivos dos credos regular os relacionamentos e domar a própria natureza.

As religiões também seriam reflexo da figura paterna, perspectiva presente em várias obras de Freud. O adolescente que não supera a infantilização, assim como o adulto não conseguirá superar, percebe que precisará sempre de proteção contra o desconhecido. E dos traços da força e da admiração paterna se criam os deuses. Destes, tem-se medo, admiração, mas confiamos para eles nossa proteção.

Ainda, Freud tenta especular um interessante exercício de como seria uma sociedade regida por

mais valores racionais e menos coerção/educação religiosa castradora. O pai da psicanálise não esconde sua tese de que a opressão cultural, desde tenra idade, impondo valores religiosos seria uma limitação ao desenvolvimento saudável do intelecto, e neste trecho abaixo selecionado ainda faz uma preciosa relação entre política e os “impedimentos” castradores:

Enquanto os primeiros anos de vida do ser humano forem influenciados não só pelo impedimento de pensar sobre a sexualidade, mas também pelo impedimento de pensar sobre a religião e, derivado deste, o de pensar sobre a lealdade à monarquia, realmente não poderemos dizer como esse ser é de fato.

Abaixo, seguem os trechos selecionados de “O futuro de uma ilusão”. Optamos pela publicação das partes III, IV e IX por sintetizarem boa parte do debate do tema religioso na obra. Evidentemente compreendemos as reflexões aqui desenvolvidas

como uma simples introdução aos leitores que nos honram com sua atenção. A leitura de toda obra, facilmente disponível em meios virtuais, além de outras da vasta bibliografia freudiana desde já é uma sugestão.

O arcabouço freudiano combinado com outras ferramentas pode contribuir sensivelmente na elucidação de grandes temas da sociedade contemporânea. Nunca é demais lembrar como Marx bebeu na origem do marxismo da economia inglesa, por exemplo, escola liberal e burguesa em seus valores. Isso demonstra que os arsenais teóricos, analíticos de escolas variadas podem contribuir, com seus limites e méritos, na difícil arte de interpretar a realidade visando sua superação revolucionária.

Boa leitura a todos e todas.

#### **NOTAS**

Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/discurso/issue/view/11171>>

# | O FUTURO DE UMA ILUSÃO (TRECHOS)

Sigmund Freud

(...)

### III

**E**M QUE RESIDE o valor especial das ideias religiosas?

Falamos da hostilidade à cultura gerada pela pressão que esta exerce, pelas renúncias aos impulsos que exige. Caso imaginemos suas proibições abolidas, alguém pode, então, escolher para objeto sexual qualquer mulher que lhe agrade; pode matar seu rival, ou quem mais estiver em seu caminho, sem o menor escrúpulo; pode, também, tomar qualquer bem do outro sem lhe pedir permissão – que maravilha, que cadeia de satisfações não seria então a vida! Na verdade, logo surge a primeira dificuldade. Qualquer outro tem exatamente os mesmos desejos que eu, e não me tratará com mais consideração do que eu a ele. Dessa forma, apenas um indivíduo, no fundo, poderia se tornar irrestritamente feliz através da abolição das restrições culturais: um tirano, um ditador que tivesse se apossado de todos os meios de poder, e mesmo ele teria todas as razões para desejar que os outros respeitassem pelo menos um dos mandamentos da cultura: “Não matarás”.

Porém, como é ingrato, como é míope, sobretudo, aspirar a uma abolição da cultura! O que então resta é o estado de natureza, e esse é muito mais difícil de suportar. É verdade que a natureza não exige de nós quaisquer restrições dos impulsos; ela nos deixa fazer o que quisermos, mas tem a sua maneira especialmente eficiente de nos restringir; ela

nos mata de modo frio, cruel e sem consideração, segundo nos parece, e, talvez, justamente nas ocasiões de nossa satisfação. Precisamente em razão desses perigos com que a natureza nos ameaça foi que nos unimos e criamos a cultura, que, entre outras coisas, também deve possibilitar a nossa convivência. E a tarefa capital da cultura, sua verdadeira razão de ser, é nos defender contra a natureza.

É sabido que em muitos pontos ela já consegue fazê-lo agora razoavelmente em, e, ao que parece, o fará muito melhor no futuro.

Mas ninguém se entrega à ilusão de acreditar que a natureza já está dominada agora, e poucos ousam esperar que algum dia ela esteja inteiramente submetida ao homem. Aí estão os elementos, que parecem zombar de toda coerção humana; a terra, que treme, se fende e soterra tudo que é humano e obra do homem; a água, que, em rebelião, inunda e afoga tudo; a tempestade, que sopra tudo para longe; aí estão as doenças, que apenas há pouco tempo reconhecemos como sendo ataques de outros seres vivos; por fim, o doloroso enigma da morte, para o qual até agora não se descobriu nenhum remédio e provavelmente nunca se descubra. Com tais forças, a natureza se subleva contra nós, imponente, cruel e implacável, colocando-nos outra vez diante dos olhos a nossa fraqueza e o nosso desamparo, de que pensávamos ter escapado graças ao trabalho da cultura. Uma das poucas impressões agradáveis e edificantes que se pode ter da humanidade nos é dada quando, diante de uma catástrofe natural, ela esquece

---

Sigmund Freud (1856-1939), neurologista austríaco, criador da psicanálise e autor de vasta obra, cujos títulos mais conhecidos incluem *A interpretação dos sonhos* e *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*

as dissensões da cultura, todas as dificuldades e hostilidades internas, e se recorda da grande tarefa comum de sua conservação diante da prepotência da natureza.

Tal como para a humanidade em seu todo, também para o indivíduo a vida é difícil de suportar. Uma cota de privações lhe é imposta pela cultura de que faz parte; outra porção de sofrimento lhe é causada pelas demais pessoas, seja a despeito dos preceitos da cultura, seja em consequência das imperfeições dela. A isso se acrescentam os danos que a natureza indomada – ele a chama de “destino” – lhe provoca. As consequências dessa situação teriam de ser um estado constante de angustia da expectativa e uma severa ofensa do narcisismo natural. Já sabemos como o indivíduo reage aos danos que lhe são causados pela cultura e pelos outros: desenvolve uma medida correspondente de resistência contra as instituições dessa cultura, de hostilidade a ela. Mas de que maneira ele se defende da prepotência da natureza, do destino, que o ameaça como a todos os outros?

A cultura o dispensa dessa tarefa, cuidando dela para todos de igual maneira; quanto a isso, também é notável que quase todas as culturas façam a mesma coisa. E ela não se detém na execução da sua tarefa de defender os homens da natureza, mas trata de continuá-la por outros meios. A tarefa, aí, é múltipla: o orgulho gravemente ameaçado do homem exige consolo; o mundo e a vida devem ser despojados de seus pavores; e, ao mesmo tempo, a curiosidade humana, sem dúvida impulsionada pelos mais poderosos interesses práticos, também quer uma resposta.

Já se conseguiu muito com o primeiro passo. E esse consiste em humanizar a natureza. Forças e destinos impessoais são inacessíveis, permanecem eternamente estranhos. Porém, se nos elementos se agitam paixões tal como na própria alma; se mesmo a morte não é algo espontâneo, mas o ato de violência de uma vontade maléfica; se, na natureza, o homem está cercado em toda parte por entes iguais àqueles que conhece em sua própria sociedade, então ele respira aliviado, sente-se em casa em meio a coisas inquietantes e pode elaborar psicologicamente a sua angústia sem sentido. Talvez ele ainda esteja indefeso, mas não está mais desamparadamente paralisado; pode ao menos reagir, e talvez não esteja nem mesmo indefeso, pois pode servir-se contra esses violentos super-homens de fora dos mesmos expedientes de que se serve em sua sociedade: pode tentar lhes fazer súplicas, apaziguá-los, suborná-los, roubar-lhes uma parte de seu poder através de tal influência. Essa substituição de uma ciência da natureza pela psicologia não apenas proporciona alívio imediato, mas também mostra o caminho para um domínio

posterior da situação.

Pois essa situação não é nova; ela tem um modelo infantil, e é, na verdade, apenas a continuação de uma situação antiga, pois uma vez o homem já se encontrou em tal desamparo: quando criança pequena diante de seus pais, os quais tinha razão para temer – sobretudo o pai –, mas de cuja proteção contra os perigos que então conhecia também estava seguro. É natural, assim, comparar as duas situações. E, tal como na vida onírica, o desejo também não sai prejudicado. Um pressentimento de morte acomete aquele que dorme, quer levá-lo ao túmulo; o trabalho do sonho, porém, sabe escolher as condições em que mesmo esse temido acontecimento se transforma na realização de um desejo: aquele que sonha se vê num antigo túmulo etrusco, ao qual desceu, contente, para satisfazer seus interesses arqueológicos. De modo semelhante, o homem não transforma as forças da natureza simplesmente em seres humanos com os quais pode se relacionar como faz com seus iguais – algo que também não faria justiça à impressão avassaladora que tem delas –, mas lhes confere um caráter paterno, transforma-as em deuses, e nisso não apenas segue um modelo infantil, mas, segundo já tentei mostrar certa vez, um modelo filogenético.

Com o tempo, são feitas as primeiras observações de regularidades e de leis nos fenômenos naturais, e, com isso, as forças da natureza perdem seus traços humanos. Mas o desamparo dos homens permanece, e, com ele, os deuses e o anseio pelo pai. Os deuses conservam a sua tripla tarefa: afastar os pavores da natureza, reconciliar os homens com a crueldade do destino, em especial como ela se mostra na morte, e recompensá-los pelos sofrimentos e privações que a convivência na cultura lhes impõe.

Gradativamente, porém, desloca-se a ênfase entre essas tarefas. Percebe-se que os fenômenos naturais



se desenrolam por si mesmos segundo necessidades internas; os deuses, sem dúvida, são os senhores da natureza: dispuseram-na dessa maneira e agora podem deixá-la entregue a si mesma. Apenas ocasionalmente, com os chamados milagres, interferem em seu curso, como que para assegurar que não renunciaram em nada a sua esfera original de poder. No que se refere à distribuição dos destinos, fica a suspeita incômoda de que a desorientação e o desamparo do gênero humano não podem ser remediados.

É sobretudo aqui que os deuses fracassam; se eles próprios fazem o destino, então é preciso chamar suas determinações de inescrutáveis; ao mais dotado povo da Antiguidade ocorreu que a *moira*<sup>(1)</sup> está acima dos deuses e que mesmo eles têm seu destino. E quanto mais a natureza se torna independente, quanto mais os deuses dela se retiram, tanto mais seriamente todas as expectativas se concentram na terceira tarefa que a eles é atribuída, tanto mais o âmbito moral se transforma em seu verdadeiro domínio. A partir de então, torna-se tarefa divina compensar as falhas e os danos da cultura, atentar para os sofrimentos que os homens se infligem mutuamente na vida em comum e vigiar o cumprimento dos preceitos culturais aos quais eles obedecem tão mal. A esses próprios preceitos será atribuída origem divina, serão elevados acima da sociedade humana e estendidos à natureza e aos acontecimentos do mundo.

Cria-se assim um patrimônio de ideias, nascido da necessidade de tornar suportável o desamparo humano e construído com o material de lembranças relativas ao desamparo da própria infância e da infância do gênero humano. É claramente reconhecível que esse patrimônio protege os homens em dois sentidos: dos perigos da natureza e do destino, e dos danos causados pela própria sociedade humana. Exposto coerentemente, esse patrimônio diz: a vida neste mundo serve a um fim mais elevado, que, é verdade, não é fácil de adivinhar, mas que certamente significa um aperfeiçoamento do ser humano. É provável que o aspecto espiritual do homem, a alma, que no decorrer das épocas se separou tão lenta e relutantemente do corpo, deva ser o objeto dessa elevação e ascensão. Tudo que acontece neste mundo é a realização dos propósitos de uma inteligência superior que, mesmo por caminhos e descaminhos difíceis de entender, acaba por guiar tudo para o bem, ou seja, para a nossa satisfação. Acima de cada um de nós vela uma Providência bondosa, apenas aparentemente severa, que não permite que nos tornemos o juguete de forças naturais poderosas e implacáveis; a própria morte não é uma aniquilação, um retorno ao inanimado inorgânico, mas o começo de uma nova espécie de existência situada no caminho do desenvolvimento rumo a algo superior. E, voltadas no outro sentido, as mesmas leis morais que instituíram nossas

culturas também dominam todos os acontecimentos do mundo, só que são guardadas por uma instância julgadora suprema incomparavelmente mais poderosa e conseqüente. Todo o bem acaba por receber a sua recompensa, todo o mal a sua punição – se isso não acontece já nesta forma da vida, acontecerá nas existências posteriores que começam após a morte. Desse modo, todos os pavores, sofrimentos e rigores da vida estão destinados à extinção; a vida após a morte, que continua a nossa vida terrena assim como a parte invisível do espectro se une à visível, traz toda a completude de que talvez tenhamos sentido falta aqui. E a sabedoria superior que dirige essa evolução, a infinita bondade que nela se expressa, a justiça que nela é levada a cabo – tais são as qualidades dos seres divinos que também nos criaram e criaram a totalidade do mundo. Ou antes, do único ser divino no qual, em nossa cultura, se condensaram todos os deuses das épocas passadas. O primeiro povo a obter essa concentração de qualidades divinas não ficou pouco orgulhoso desse avanço. Ele deixou à mostra o núcleo paterno que desde sempre estava oculto atrás de cada figura divina; no fundo, foi um retorno aos inícios históricos da noção de Deus. Agora que Deus era um só, as relações com ele puderam recobrar a efusão e a intensidade das relações infantis com o pai. Contudo, quando se fez tanto pelo pai, também se queria ser recompensado: ser, pelo menos, o único filho amado, o povo eleito. Muito mais tarde, os piedosos Estados Unidos pretendem ser *God's own country*<sup>(2)</sup>, e, quanto a uma das formas dos homens venerarem a divindade, isso também é acertado.

As ideias religiosas que acabamos de resumir passaram obviamente por uma longa evolução; elas foram conservadas por culturas diversas em fases diversas. Escolhi apenas uma dessas fases de desenvolvimento, que corresponde aproximadamente à forma final em nossa cultura branca e cristã de hoje. É fácil de perceber que nem todas as partes desse todo se encaixam igualmente bem entre si, que nem todas as questões prementes são respondidas, que a discordância da experiência cotidiana apenas com esforço pode ser rechaçada.

Porém, tais como são, essas ideias – as religiosas, no mais amplo sentido – são valorizadas como a posse mais preciosa da cultura, como o que de mais valioso ela tem a oferecer aos seus membros – muito mais estimadas do que todas as artes de extrair da Terra os seus tesouros, prover a humanidade com alimentos ou prevenir doenças etc. Os homens acreditam não poder suportar a vida se não atribuírem a essas ideias o valor a elas reivindicado. As questões, agora, são: o que são essas ideias à luz da psicologia? Onde recebem a sua alta consideração?

E, prosseguindo timidamente, qual é o seu valor real?

## IV

UMA INVESTIGAÇÃO QUE avança imperturbada como um monólogo não é inteiramente inofensiva. Cede-se com muita facilidade à tentação de afastar pensamentos que querem interrompê-la e, em troca, fica-se com um sentimento de insegurança que, no fim, se quer emudecer por meio de uma firmeza excessiva. Imagino, portanto, um adversário que acompanha minhas explicações com desconfiança, e lhe cedo a palavra regularmente.

Ouç-o dizer: “O senhor empregou repetidamente expressões como ‘a cultura cria essas ideias religiosas’ e ‘a cultura as coloca à disposição de seus membros’, o que soa um tanto estranho; eu mesmo não saberia dizer a razão, mas não soa tão natural quanto afirmar que a cultura criou prescrições sobre a divisão dos produtos do trabalho ou sobre os direitos quanto a mulheres e filhos”.

Penso, porém, que é legítimo usar tais expressões. Procurei mostrar que as ideias religiosas resultaram da mesma necessidade que todas as demais conquistas da cultura, da necessidade de se defender da prepotência opressora da natureza. Somou-se a isso um segundo motivo, o ímpeto de corrigir as imperfeições da cultura, sentidas como algo penoso. Também é especialmente acertado afirmar que a cultura presenteia o indivíduo com tais ideias, pois ele as encontra, elas lhe são entregues acabadas e ele não seria capaz de achá-las sozinho. Ele toma posse da herança de muitas gerações, da qual se apropria como da tabuada, da geometria etc. Há, todavia, uma diferença, mas esta se encontra em outro ponto e por enquanto ainda não pode ser esclarecida.

O sentimento de estranheza que o senhor menciona pode estar relacionado com o fato de que costumam nos apresentar esse patrimônio de ideias religiosas como sendo uma revelação divina. Só que essa mesma revelação já é uma parte do sistema religioso e negligencia inteiramente o conhecido desenvolvimento histórico dessas ideias, bem como suas diferenças em diferentes épocas e culturas.

“Há um outro ponto que me parece mais importante. O senhor faz a humanização da natureza resultar da necessidade de acabar com a desorientação e o desamparo humanos frente às suas temidas forças, de se relacionar com elas e, por fim, de influenciá-las. Semelhante motivo, porém, parece supérfluo. O homem primitivo não tem mesmo qualquer escolha, não pode pensar de outro modo. É natural para ele, como algo inato,

projetar o seu ser no mundo, considerar todos os processos que observa como expressões de seres que, no fundo, são idênticos a ele. É o seu único método de compreensão. E de modo algum é evidente, mas antes uma notável coincidência, que ele tivesse de ser bem-sucedido em satisfazer uma de suas maiores necessidades ao se deixar levar de tal maneira por suas disposições naturais.”

Não acho isso tão estranho. O senhor acredita, então, que o pensamento humano não conhece motivos práticos, que é apenas a expressão de uma curiosidade desinteressada? Ora, isso é deveras improvável.

Acredito, pelo contrário, que o homem, mesmo quando personifica as forças da natureza, segue um modelo infantil. Ele aprendeu com as pessoas de seu primeiro ambiente que estabelecer uma relação com elas é o caminho para influenciá-las, e por isso, com a mesma intenção, trata posteriormente tudo o mais que encontra tal como tratou essas pessoas. Não contradigo, portanto, sua observação descritiva de que é realmente natural para o homem personificar tudo que quer compreender com o fim de posteriormente dominá-lo – a dominação psíquica como preparação para a dominação física –, mas eu acrescento o motivo e a gênese dessa particularidade do pensamento humano.

“E agora ainda um terceiro ponto. O senhor já se ocupou da origem da religião em outro momento, no livro *Totem e tabu*. Nele, porém, as coisas têm outro aspecto. Tudo é a relação pai-filho, Deus é o pai elevado, o anseio pelo pai é a raiz da necessidade religiosa. Desde então, parece que o senhor descobriu o fator da impotência e do desamparo humanos, ao qual geralmente se atribui o papel principal na formação das religiões, e agora o senhor transcreve em desamparo tudo aquilo que antes era complexo paterno. Posso lhe pedir esclarecimentos acerca dessa mudança?”

Com prazer; eu só estava esperando pelo convite. Se é que se trata realmente de uma mudança. Em *Totem e tabu*, eu não quis explicar a origem das religiões, mas apenas do totemismo. O senhor consegue compreender, a partir de qualquer um dos pontos de vista que conhece, que a primeira forma em que a divindade protetora se revelou ao homem foi a animal, que existia uma proibição de matar esse animal e comê-lo, e, no entanto, também o costume solene de matá-lo e comê-lo coletivamente uma vez por ano? É precisamente isso que



ocorre no totemismo. E dificilmente seria oportuno disputar se o totemismo deve ou não ser chamado de religião. Ele possui relações estreitas com as posteriores religiões de deuses; os animais totêmicos se transformam nos animais sagrados dos deuses. E as primeiras, porém mais profundas restrições morais – as proibições do assassinato e do incesto –, surgem no solo do totemismo. Aceitando ou não as conclusões de *Totem e tabu*, espero que o senhor conceda que o livro reúne em um todo consistente alguns fatos bastante notáveis e dispersos.

Por que o deus animal não bastou por mais tempo e foi substituído pelo humano é algo que mal foi tocado em *Totem e tabu*, e outros problemas da formação das religiões absolutamente não são mencionados. O senhor julga que essa restrição é o mesmo que uma negação? Meu trabalho é um bom exemplo de isolamento rigoroso da parte que a observação psicanalítica pode fazer para solucionar o problema religioso.

Se agora tento acrescentar aquilo que falta, aquilo que não está tão profundamente escondido, o senhor não deve me acusar de ser contraditório como antes me acusou de ser unilateral. Obviamente, é minha tarefa indicar os caminhos de ligação entre o que foi dito antes e o que foi apresentado agora, entre as motivações mais profundas e as manifestas, entre o complexo paterno e o desamparo e a necessidade de proteção do homem.

Não é difícil encontrar essas ligações. Elas consistem nas relações entre o desamparo da criança e o desamparo do adulto, que é continuação daquele, de modo que, como seria de se esperar, a motivação psicanalítica para a formação da religião se transforma na contribuição infantil à motivação manifesta dessa formação. Vamos nos colocar na vida psíquica da criança pequena. O senhor se recorda da escolha de objeto designada pela análise como escolha por apoio? A libido segue os caminhos das necessidades narcísicas e se fixa nos objetos que garantem sua satisfação. Desse modo, a mãe que satisfaz a fome se transforma no primeiro objeto de amor, e, certamente, também na primeira proteção contra todos os perigos indeterminados e ameaçadores do mundo exterior – na primeira proteção contra o medo, podemos dizer.

Nessa função, a mãe logo será substituída pelo pai, mais forte, que a conserva ao longo de toda a infância. A relação com o pai, porém, é acometida de uma ambivalência peculiar. Ele próprio era um perigo, talvez desde o tempo de sua relação com a mãe. Assim, ele não é menos temido quando se anseia por ele e o admira. Os sinais dessa ambivalência na relação com o pai estão profundamente gravados em todas as religiões, segundo também foi explicado em *Totem e tabu*.

Quando então o adolescente percebe que está

destinado a ser sempre uma criança, que jamais poderá prescindir de proteção contra poderes desconhecidos, empresta-lhes os traços da figura paterna, cria os deuses, dos quais tem medo, que procura agradar, e aos quais, no entanto, confia a sua proteção. Assim, o motivo do anseio pelo pai é idêntico à necessidade de proteção contra as consequências da impotência humana; a defesa contra o desamparo infantil empresta seus traços característicos à reação contra o desamparo que o adulto é forçado a reconhecer, reação que é precisamente a formação da religião.

Contudo, não é nossa intenção prosseguir investigando o desenvolvimento da noção de Deus; temos de tratar aqui do patrimônio acabado das ideias religiosas tal como a cultura o transmite ao indivíduo.

(...)

## IX

“O SENHOR SE PERMITE contradições difíceis de conciliar entre si.

Primeiro afirma que um escrito como o seu é completamente inofensivo.

Ninguém se deixará privar de sua fé religiosa através de semelhantes discussões. Visto, porém, que é a sua intenção abalar essa fé, como se descobre depois, pode-se perguntar: por que, afinal, o senhor o publicará? Em outro trecho, contudo, o senhor admite que as coisas podem se tornar perigosas, inclusive muito perigosas, se alguém souber que não se acredita mais em Deus. Até então a pessoa era submissa, e agora ela despreza a obediência aos preceitos culturais. Todo o seu argumento de que a motivação religiosa dos mandamentos culturais significa um perigo para a cultura repousa, afinal, sobre a suposição de que o crente pode ser transformado em descrente, o que é uma contradição total.

“Outra contradição surge quando o senhor admite, por um lado, que o homem não pode ser guiado pela inteligência, que é dominado por suas paixões e pelas exigências de seus impulsos, mas, por outro lado, o senhor propõe que as bases afetivas da obediência do homem à cultura sejam substituídas por bases racionais. Entenda isso quem puder. Parece-me que é uma coisa ou outra.

“Além disso, o senhor nada aprendeu da história? Essa tentativa de substituir a religião pela razão já foi feita uma vez, oficialmente e em grande estilo. O senhor se recorda da Revolução Francesa e de Robespierre, certo? Mas também do quanto o experimento foi efêmero e do seu lastimável malogro. Esse experimento está sendo repetido agora na Rússia, e não precisamos ficar curiosos quanto ao resultado.

O senhor não acha que podemos aceitar o fato de que o homem não pode viver sem religião?

“O senhor mesmo disse que a religião é mais do que uma neurose obsessiva. Não tratou, porém, desse outro lado dela. Para o senhor, basta fazer a analogia com a neurose. E, de uma neurose, os homens precisam ser libertados. O que se perde junto com isso não o preocupa.”

É provável que tenham surgido contradições aparentes porque tratei de coisas complicadas com muita pressa. Podemos consertar isso um pouco. Continuo sustentando que, em um aspecto, meu escrito é completamente inofensivo. Nenhum crente deixará sua fé vacilar em razão desses ou de argumentos semelhantes. Um crente possui determinadas ligações ternas com os conteúdos da religião. Há certamente um número incontável de outros que não são crentes no mesmo sentido. Obedecem aos preceitos culturais porque se deixam intimidar pelas ameaças da religião, temendo-a na medida em que são obrigados a considerá-la como uma parte da realidade que os restringe. Esses são os que rompem com ela tão logo possam renunciar à crença em seu valor de verdade, mas também nisso os argumentos não têm qualquer influência. Eles deixam de temer a religião quando percebem que outros também não a temem, e foi acerca deles que afirmei que ficarão sabendo do declínio da influência religiosa mesmo que eu não publique o meu escrito.

Acho, porém, que o senhor mesmo dá mais importância à outra contradição de que me acusa. Os homens são muito pouco acessíveis a motivos racionais, e estão inteiramente dominados pelos seus desejos impulsivos. Por que, então, privá-los de uma satisfação dos impulsos e pretender substituí-la por motivos racionais? Os homens são assim, sem dúvida; mas o senhor já se perguntou se eles têm de ser assim, se é a sua natureza mais íntima que os força a isso? Pode o antropólogo fornecer o índice craniano de um povo que tem o costume de deformar as cabecinhas de suas crianças desde cedo por meio de bandagens?

Pense no contraste desolador entre a inteligência radiante de uma criança saudável e a debilidade intelectual do adulto médio. Não seria possível que precisamente a educação religiosa seja culpada por boa parte dessa atrofia relativa? Acho que demoraria muito tempo até que uma criança não influenciada começasse a ter pensamentos sobre Deus e sobre coisas do outro mundo. Esses pensamentos talvez seguissem os mesmos caminhos que em seus antepassados; porém, não se espera por esse desenvolvimento, mas se apresentam as doutrinas religiosas a ela em um momento em que não lhe interessam e em que não tem capacidade para compreender o seu alcance. Retardamento do desenvolvimento sexual e

antecipação da influência religiosa – esses são os dois pontos principais no programa da pedagogia atual, não é verdade? De forma que, quando o pensamento da criança desperta, as doutrinas religiosas já se tornaram inatacáveis. Acaso o senhor acha que seja muito proveitoso para o fortalecimento da função do pensamento um campo tão significativo ser bloqueado pela ameaça dos castigos do Inferno? Não precisamos nos espantar muito acerca da debilidade intelectual de quem uma vez tenha se obrigado a aceitar todos os absurdos que as doutrinas religiosas lhe apresentaram, sem crítica e mesmo sem observar as contradições entre elas. Bem, mas não temos outro meio para dominar nossos impulsos senão a nossa inteligência.

Como se pode esperar que pessoas que se encontram dominadas por proibições de pensar alcancem o ideal psicológico, o primado da inteligência? O senhor também sabe que em geral se atribui às mulheres a chamada “imbecilidade fisiológica”, quer dizer, uma inteligência inferior à do homem. A questão em si é controversa, e sua interpretação é duvidosa, mas um argumento a favor da natureza secundária dessa atrofia intelectual diz que as mulheres padecem sob o rigor da proibição precoce de voltar seu pensamento para aquilo que mais as teria interessado, a saber, os problemas da vida sexual. Enquanto os primeiros anos de vida do ser humano forem influenciados não só pelo impedimento de pensar sobre a sexualidade, mas também pelo impedimento de pensar sobre a religião e, derivado deste, o de pensar sobre a lealdade à monarquia, realmente não poderemos dizer como esse ser é de fato. Mas quero moderar a minha veemência e admitir a possibilidade de que também eu persigo uma ilusão. Talvez o efeito da proibição religiosa de pensar não seja assim tão grave quanto suponho; talvez se descubra que a natureza humana não muda, mesmo que não se abuse da educação para obter a sujeição religiosa. Isso eu não sei, e o

**““ RETARDAMENTO DO DESENVOLVIMENTO SEXUAL E ANTECIPAÇÃO DA INFLUÊNCIA RELIGIOSA – ESSES SÃO OS DOIS PONTOS PRINCIPAIS NO PROGRAMA DA PEDAGOGIA ATUAL, NÃO É VERDADE? DE FORMA QUE, QUANDO O PENSAMENTO DA CRIANÇA DESPERTA, AS DOCTRINAS RELIGIOSAS JÁ SE TORNARAM INATACÁVEIS. ACASO O SENHOR ACHA QUE SEJA MUITO PROVEITOSO PARA O FORTALECIMENTO DA FUNÇÃO DO PENSAMENTO UM CAMPO TÃO SIGNIFICATIVO SER BLOQUEADO PELA AMEAÇA DOS CASTIGOS DO INFERNOS””**

senhor também não pode sabê-lo. Não apenas os grandes problemas desta vida parecem insolúveis por enquanto, mas também muitas questões menores são difíceis de decidir. Admita, porém, que temos direito a uma esperança futura, que talvez haja um tesouro a desenterrar que venha a enriquecer a cultura, de que vale a pena empreender a tentativa de uma educação irreligiosa. Caso não seja satisfatória, estou pronto a desistir da reforma e voltar ao juízo anterior, puramente descritivo: o homem é um ser de inteligência débil, dominado pelos seus desejos impulsivos.

Em outro ponto, concordo sem reservas com o senhor. É um começo insensato, sem dúvida, querer eliminar a religião violentamente e de um só golpe. Sobretudo porque isso não oferece perspectivas de êxito. O crente não se deixará privar de sua crença – não à força de argumentos e não à força de proibições. Caso se conseguisse isso com alguns, seria uma crueldade. Quem tomou soníferos por décadas obviamente não poderá dormir quando privado do remédio.

Que seja lícito comparar o efeito das consolações religiosas ao de um narcótico é algo que um acontecimento nos Estados Unidos ilustra muito bem. Lá querem agora – manifestamente sob a influência do domínio feminino – privar as pessoas de todos os narcóticos, estimulantes e entorpecentes, e, em compensação, saciá-las com o temor a Deus. Esse também é um experimento sobre cujo resultado não é preciso ficar curioso.

Contradigo-o, portanto, quando o senhor conclui que o homem absolutamente não pode prescindir do consolo da ilusão religiosa, que sem ela não lhe seria possível suportar o peso da vida, a cruel realidade.

De fato, não o homem a quem o senhor tenha instilado o doce – ou agridoce – veneno desde a infância. Mas e aquele que for criado sóbrio? Talvez aquele que não sofra da neurose também não precise de nenhuma intoxicação para anestesiá-la. O homem certamente se encontrará então em uma situação difícil: terá de reconhecer todo o seu desamparo, sua insignificância no mecanismo do mundo, não será

mais o centro da criação e o objeto do cuidado terno de uma Providência bondosa. Ele estará na mesma situação da criança que deixou a casa paterna, tão aquecida e confortável. Mas não é verdade que o destino do infantilismo é ser superado? O homem não pode permanecer criança para sempre; ele precisa sair finalmente para a “vida hostil”.

Pode-se chamar isso de “educação para a realidade”; ainda preciso lhe dizer que a única intenção deste meu escrito é chamar a atenção para a necessidade desse avanço?

O senhor teme, talvez, que o homem não resista à dura prova.

Bem, deixe-nos, em todo caso, ter esperanças. Já é alguma coisa quando alguém sabe que depende de suas próprias forças. Aprende-se, então, a usá-las corretamente. O homem não se encontra inteiramente sem ajuda; desde os tempos do Dilúvio, sua ciência o ensinou muitas coisas, e ela aumentará ainda mais o seu poder. E quanto às grandes inevitabilidades do destino, contra as quais não há remédio, aprenderá a suportá-las com resignação. Que lhe deve importar a miragem de um latifúndio na Lua, de cujas colheitas jamais alguém viu coisa alguma?

Na condição de pequeno lavrador honesto nesta Terra, ele saberá cuidar de sua gleba de maneira que ela o alimente. Por não colocar mais suas expectativas no além e concentrar todas as forças liberadas na vida terrena, provavelmente ele consiga que a vida se torne suportável para todos e que a cultura não oprima mais ninguém.

Então, com um de nossos companheiros de descrença, ele poderá dizer sem pesar:

*E o céu deixaremos  
Aos anjos e aos pardais.<sup>(3)</sup>  
(...)*

#### Notas

(1) Fatalidade, destino.

(2) O próprio país de Deus.

(3) Heinrich Heine: Alemanha, um conto de inverno, capítulo I.

# O COMUNISMO DO CRISTIANISMO PRIMITIVO E OS PONTOS CONVERGENTES E DIVERGENTES COM O SOCIALISMO CIENTÍFICO

Alex Brasil

## INTRODUÇÃO:

A discussão do marxismo sobre religião sempre se fez presente desde o início do socialismo científico. Entretanto, esse debate ficou reduzido à ideia de Karl Marx expressa na Introdução da **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel** de 1844 (*“A miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração e a alma de situações sem alma. A religião é o ópio do povo.”*) e reproduzida ao longo desses quase 180 anos.

Ainda que Marx não tenha dedicado muitas linhas ao fenômeno religioso, Friederich Engels (companheiro na fundação do socialismo científico) mesmo compartilhando das ideias materialistas e adversário irreconciliável da religião demonstrou um maior interesse e apresentou um estudo superior sobre o tema.

A influência de Engels, além de sua formação pietista (oriunda do luteranismo), vinha de um contexto histórico em que o cristianismo primitivo servia de inspiração para os primeiros comunistas operários alemães e para os comunistas revolucionários franceses, mesmo após as Revoluções burguesas de 1830. Essa inspiração religiosa, na verdade, gerava divergências que impediam um acordo entre Marx, Engels e os comunistas franceses em torno de uma revista comum em 1844. Também gerou a ruptura dos dois com o alemão Wilhelm Weitling (fundador

do comunismo utópico alemão) em 1846.

Em seu livro **A guerra dos camponeses**, de 1850, Engels demonstrou admiração sobre a revolta camponesa alemã do século XVI, liderada pelo teólogo Thomas Munzer, em que os camponeses e os plebeus constituíram um partido revolucionário, a ala radical da Reforma Protestante, com os anabatistas. Esses foram massacrados pela aristocracia alemã, animada pelo líder da Reforma Martin Lutero, em 1525. Os números vão de 100 a 300 mil camponeses mortos, incluindo toda a liderança anabatista e com Munzer torturado e degolado.

Na opinião de Engels, o Reino de Deus para Munzer era uma sociedade sem diferenças de classes, sem propriedade privada e autoridade estatal independente, ou seja, o imediato estabelecimento na terra do Reino de Deus. Engels escreveu as ideias de Munzer como “quase-comunistas” e “religiosas revolucionárias”. Anos depois, em outra ocasião, materialista e convicto Engels já tinha registrado sua opinião sobre o cristianismo primitivo: *“Se quereis ter uma ideia das primeiras comunidades cristãs, observai uma seção local da Associação Internacional dos Trabalhadores.”*

Já na **Contribuição Para a História do Cristianismo Primitivo (1895)**, Engels escreveu: *“A história do cristianismo primitivo oferece curiosos pontos de contato com o movimento operário moderno. Como esse, o cristianismo era, na origem, o movimento dos oprimidos: apareceu primeiro como a religião dos escravos e dos libertos, dos pobres e dos*

*homens privados de direitos, dos povos subjugados ou dispersos por Roma. Os dois, o cristianismo e o socialismo operário, pregam uma libertação próxima da servidão e da miséria; o cristianismo transpõe essa libertação para o Além, numa vida depois da morte, no céu; o socialismo coloca-a no mundo, numa transformação da sociedade. (...) De fato, a luta contra um mundo que inicialmente levou a melhor e a luta simultânea dos inovadores entre si são comuns aos dois: aos cristãos primitivos e aos socialistas. Os dois grandes movimentos não são feitos por chefes e profetas, ainda que os profetas não faltem, quer num quer no outro, são movimentos de massas”.*

O debate suscitado por Engels sobre religião e cristianismo primitivo influenciou a discussão no Partido Social Democrata Alemão (SPD) e na II Internacional, organizações das quais participou da fundação. Karl Kautsky, principal teórico de ambas as organizações, até os primeiros anos do século XX divergiu de Engels em alguns aspectos. Em **As Origens do Cristianismo (1908)** Kautsky, ainda que resgatasse o Jesus Cristo histórico e sua faceta revolucionária, se mostrou menos interessado no cristianismo primitivo, nos hereges cristãos e comunistas da Idade Média (citados anabatistas de Tomas Munzen), nos lolardos da Inglaterra (liderados pelo padre com ideias comunistas John Ball), nos hussitas (também na Alemanha) e mais interessado na função da Igreja Católica na sociedade capitalista moderna.

Já a polaca-alemã Rosa Luxemburgo (ateia convicta que se tornou adversária de Kautsky em diversas polêmicas internas no SPD e na II Internacional) desenvolveu em 1905 o ensaio “**A Igreja e o Socialismo**” no qual apontou a ideia de que os socialistas modernos são mais leais aos princípios originais da cristandade do que o clero conservador. Sua originalidade foi a de defender que se poderia lutar pelo socialismo em base aos valores que fundamentavam o cristianismo primitivo, talvez muito influenciada pela Revolução Russa de 1905.

O próprio Lênin combateu a religião como uma “névoa mística” com uma visão similar a de seu companheiro da Revolução de 1917, Leon Trótsky, (“*As ideias religiosas, como as demais, nascem no terreno das condições materiais da vida, ou seja, antes de tudo no terreno dos antagonismos de classe, somente pouco a pouco abrem o caminho, sobrevivem, devido ao conservadorismo, às*

*necessidades que as engendrou e não desaparecem senão em consequência de choques e sérias perturbações”*), tinha um posicionamento concreto sobre a questão. Em seu artigo “**Socialismo e religião**” (1905) defendeu que o ateísmo não deveria ser parte do programa do Partido porque a “*unidade na real luta revolucionária das classes oprimidas por um paraíso na terra é mais importante que a unidade na opinião proletária sobre o paraíso no céu*”. Assim, se colocava contra o posicionamento programático antirreligião, que sempre caracterizou o programa do anarquismo.

Somente esse entendimento do revolucionário russo já explica a postura dos bolcheviques em relação ao Domingo Sangrento em 1905 que, após a manifestação pacífica chamada pelo padre ortodoxo George Gapon, apoiada por lideranças e Lênin, representou dura repressão pela polícia czarista. Depois do episódio, Gapon exortou os revolucionários a derrubar o czar e ficou próximo aos bolcheviques, com Lênin tentando conquistá-lo mesmo professando ainda sua fé religiosa. Mais tarde descobriu-se que o padre ortodoxo trabalhava para a polícia secreta czarista, a Okhrana, o que não invalida a atitude política dos bolcheviques e de Lênin no episódio.

Enxergando também sem sectarismo a questão da religião, o marxista e filósofo italiano Antonio Gramsci, em **Cadernos do Cárcere**, defendeu que o cristianismo foi, sob certas condições históricas, “*uma forma necessária de desejo das massas populares, uma forma específica de racionalidade no mundo e na vida*”. E, décadas depois, o trotskista argentino Nahuel Moreno reivindicou como progressiva, revolucionária e de “tremenda moral” aquela construída pelo cristianismo dos primeiros séculos contra o Império Romano decadente. Uma moral que foi comparada à moral guerrilheira dos anos 70 e 80 do século passado, a única e próxima que o partido revolucionário deveria ter. (**A Moral e a Atividade Revolucionária - Moral Bolche ou Espontaneísta, 1969**).

Partilhando da opinião defendida por Rosa Luxemburgo (de que se pode lutar pelo socialismo em base aos valores que fundamentaram o cristianismo primitivo) e buscando se aproximar, sem nenhum sectarismo, de companheiros de luta que professam uma religião, este artigo fará uma pequena abordagem sobre o cristianismo dos primeiros tempos e que inspirou vários revolucionários



que possuíam um credo. Em particular, o artigo irá focar a Comunidade de Caminho, uma comunidade de seguidores do movimento de Jesus, assentada em Jerusalém, retratada no livro bíblico **Atos dos Apóstolos** do médico Lucas (que dataria dos anos 33 e 35 até os anos 60 dC) e, por fim, na superação do comunismo cristão primitivo pela Igreja, instituição de poder na sociedade de classes.

## **DE JESUS CRISTO À COMUNIDADE DE CAMINHO**

O simbolismo de um “Messias pobre”, como escreveu Lucas, perpassa não somente o evangelho escrito pelo médico, mas os outros três que foram escritos por Mateus, João e Marcos. Segundo o evangelho bíblico de Mateus, Jesus Cristo nasceu em uma manjedoura pobre, cercado de animais e pastores. Ele e seus pais (o carpinteiro Pedro e a dona de casa, Maria) seriam, em seguida, perseguidos por Herodes, o Grande - governante da Judeia dominada pelo Império Romano - escapando do infanticídio, no episódio que ficou conhecido como Massacre dos Inocentes.

Na vida adulta, Jesus escolheu a maioria dos seus doze discípulos (apóstolos) entre os humildes pescadores (Pedro; André; João; Tiago Maior; Tomé; Bartolomeu e Felipe). Cristo também andava entre os pobres e os marginalizados, provavelmente teve contatos com essênios e zelotes, que questionavam, cada um a sua maneira, à sociedade vigente. E, com frequência, atacava os ricos, como ocorreu quando expulsou os vendilhões do templo e criticava os fariseus, que se julgavam donos do saber religioso, como hipócritas.

Ao longo dos evangelhos, podemos observar passagens como o **Sermão da Montanha**, em que Cristo expôs: “*Felizes os pobres em espírito, porque deles é o Reino dos Céus*” ou “*Felizes os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados*” (Mateus, 4-5). Já na parábola **O Rico e o pobre**, o rico Epulão é condenado ao inferno e o pobre miserável Lázaro se salva (Lucas 16, 19-31). Também Jesus disse aos seus seguidores: “*é mais fácil um camelo entrar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar no Reino de Deus*” (Lucas, 18-24).

Segundo Kautsky, seu assassinato, executado por soldados romanos - sendo crucificado em uma cruz e cercado por dois marginais, com o apoio da elite religiosa judaica (os fariseus) e com a anuência do governador romano da Judeia Pôncio Pilatos - trouxe à tona a possibilidade de Pilatos ter acreditado que Jesus fosse um dos zelotes, revolucionários nacionalistas que se opunham à ocupação romana e que muitas vezes cometiam atos suicidas, assassinando representantes de Roma. Desta maneira, a crucificação, castigo reservado aos

rebeldes, reforçou esse imaginário.

Também, baseado no histórico de vida de Jesus Cristo, se sedimentou essa imagem para os primeiros cristãos que se alinharam com os pobres contra os ricos e os poderosos. A Casa do Caminho, fundada por Simão Pedro, materializou essa opção e foi a primeira comunidade cristã na história da humanidade.

Como escreveu Edeval Silveira, “*Os seguidores de Caminho, de uma forma ou de outra, eram diferenciados no meio social em que viviam. Por certo pressupunham uma nova ordem moral, um comportamento social ímpar, a comunhão de bens, enfim (...) Na postura seguida pelos seguidores do Caminho coloca-se inclusive de uma forma anti-legalista, pois foi objeto de perseguição nos seus albores*”.

O modelo de propriedade privada em Caminho foi subtraído, pois existia um referencial anti-propriedade, que veio desde o início, ora por parte dos novos adeptos, ora pelos antigos dirigentes do movimento. E diferentemente dos essênios (praticantes de uma seita que surgiu na Palestina entre os séculos II aC até I dC, que defendiam um comunismo primitivo, onde todos os bens eram de propriedade coletiva e que se voltaram para construir sua concepção de sociedade mais voltada para si mesmos, o comunismo da Comunidade de Caminho esteve mais envolvido na tentativa de superação do modelo de desigualdade social em que surgiu e por isso sofreu as consequências dessa postura.

Assim, dessa forma, Lucas escreveu sobre Caminho: “*Vinham assiduamente ouvir os apóstolos, à convivência [koinonia, é o mesmo que comunismo], à divisão do pão e às orações... Todos que tinham acreditado viviam unidos; compartilhavam tudo o que tinham, vendiam seus bens e propriedades e repartiam depois o dinheiro entre todos segundo as necessidades de cada um*” (**Atos dos Apóstolos, 2-42**).

E, novamente, Lucas: “*A multidão de fiéis tinha um só coração e uma só alma. Ninguém considerava como próprios os seus bens, mas que tudo era tido em comum... Entre eles nenhum sofria necessidade,*

**““ TAMBÉM, BASEADO NO HISTÓRICO DE VIDA DE JESUS CRISTO, SE SEDIMENTOU ESSA IMAGEM PARA OS PRIMEIROS CRISTÃOS QUE SE ALINHARAM COM OS POBRES CONTRA OS RICOS E OS PODEROSOS. A CASA DO CAMINHO, FUNDADA POR SIMÃO PEDRO, MATERIALIZOU ESSA OPÇÃO E FOI A PRIMEIRA COMUNIDADE CRISTÃ NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE ””**

*pois os que possuíam campos ou casas os vendiam, traziam o dinheiro e o depositavam aos pés dos apóstolos, que o repartiam segundo as necessidades de cada um” (Atos dos Apóstolos, 4-32).*

Nada muito diferente, em conteúdo, da frase repetida por Marx, séculos depois: “*De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades*”. Para uma massa de trabalhadores empobrecidos, que vivia em Jerusalém e muitos desenraizados socialmente, a Comunidade de Caminho e a ação pregadora dos primeiros cristãos passaram a ser referências, tornando-se uma ameaça às elites locais e ao Império Romano, que perseguiram os seguidores de Jesus.

Na epístola de São Tiago, um dos 12 apóstolos de Jesus, esse tom contra às classes dominantes ficou bastante evidente e desafiador: “*Agora cabe aos ricos: chorem e lamentem-se porque lhes têm caído por cima desgraças. Os vermes meteram-se em suas reservas e a traça lhes come suas vestes; seu ouro e sua prata se oxidaram. O óxido se levanta como acusador contra vocês e como o fogo lhes devora as carnes. Como entesouraram, se já eram os últimos tempos? O salário dos trabalhadores que colheram seus campos não lhes foi pago; as queixas dos segadores já tinham chegado aos ouvidos do Senhor dos exércitos. Conheceram apenas luxo e prazeres neste mundo, e passaram muito bem, enquanto outros eram assassinados. Condenaram e mataram o inocente, pois, como podia se defender?” (São Tiago, 5-1).*

Se os apóstolos Simão Pedro, Bartolomeu, Thiago, Filipe e João tiveram vínculos mais duradouros com a Casa de Caminho, os demais discípulos de Cristo demoraram pouco tempo, pois saíram para difundir o evangelho de Jesus entre outros povos. Acabaram sendo, na sua maioria martirizados (dez dos doze apóstolos de Cristo), excetuando João Evangelista, que sobreviveu à execução e Judas Iscariotes, que se suicidou, após entregar Jesus às autoridades romanas locais.

## **AS LIMITAÇÕES E O FIM DA COMUNIDADE DE CAMINHO**

Afora a perseguição aos primeiros cristão, Rosa Luxemburgo enxergou outros problemas à Comunidade Caminho. Para a revolucionária alemã, indubitavelmente, os cristãos do primeiro e segundo século foram fervorosamente adeptos do comunismo. Entretanto, praticavam um comunismo de consumo e não um comunismo na produção. A visão de Rosa, neste aspecto, coincidiu com a opinião desenvolvida por Kautsky. À medida em que os meios de produção, a terra e os escravos, continuavam sendo propriedades privadas, a riqueza continuava sendo dirigida para poucos e isso limitava iniciativas como

a de Caminho.

No entender de Luxemburgo “*os primeiros cristãos queriam solucionar a penúria do imenso proletariado que não trabalhava com a divisão das riquezas dadas pelos ricos. Mas isso significava o mesmo que pegar água com uma peneira. Mas isso não era tudo. O comunismo cristão não só não consegue mudar e melhorar as relações sociais, como nem mesmo consegue se sustentar*”.

Um exemplo dessa afirmação de Rosa foi quando da visita à Jerusalém, do ex-soldado romano, convertido ao cristianismo, Paulo de Tarso, ao tentar estimular Pedro, entendendo como insuficientes os esforços deste último em reverter os problemas de Caminho disse: “*precisamos encontrar um meio de libertar as verdades evangélicas do convencionalismo humano. Precisamos instalar aqui, elementos de serviço que habilitem a casa a viver de recursos próprios. Os órfãos, os velhos e os homens aproveitáveis poderão encontrar atividades além dos trabalhos agrícolas e produzir alguma coisa para a renda indispensável. Cada qual trabalharia de conformidade com as próprias forças, sob a direção de irmãos mais experimentados. Como sabemos, onde há trabalho, há riqueza, e onde há cooperação, há paz. É o único recurso para emancipar a igreja de Jerusalém das imposições do farisaísmo, cujas artimanhas conheço desde o princípio de minha vida!*” Como vemos existia uma dependência financeira de Caminho da sociedade judia.

Essa totalidade externa (perseguições do Império Romano e da elite religiosa judaica somadas ao modo de produção escravista em que os meios de produção estavam na mão de uma minoria) fez com que a Comunidade Caminho ruísse com o tempo, mesmo com Paulo exortando-a moralmente, achando que o problema se resumia a ter mais fé: “*poderemos atender a muitos doentes, ofertar um leito de repouso aos mais infelizes; mas sempre houve e haverá corpos enfermos e cansados na Terra. Na tarefa cristã, semelhante esforço não pode ser esquecido, mas a iluminação do espírito deve estar em primeiro lugar. Se o homem trouxesse o Cristo no íntimo, o quadro das necessidades seria completamente modificado*”.

Portanto, se o comunismo dos primeiros cristãos foi composto de homens e mulheres, que com grande coragem revolucionária e despreendimento com os seus bens (e até com as próprias vidas) enfrentaram a poderosa máquina de guerra do Império Romano, esse mesmo comunismo estava em um patamar muito primitivo, de caráter utópico, já que ele não era baseado na ideia dos meios de produção serem coletivos, faltando, dessa forma, um entendimento científico do funcionamento de uma sociedade para transformá-la.

## ECOS TARDIOS DO COMUNISMO DA COMUNIDADE DE CAMINHO SOBRE UMA IGREJA QUE VIROU PODER ECONÔMICO E POLÍTICO NA IDADE MÉDIA

Nos primeiros séculos posteriores à Comunidade de Caminho, alguns dos representantes da Igreja procuraram manter vivos e repercutir os ideais comunistas originais do cristianismo primitivo. Dessa forma, São Clemente, papa entre 92 e 101 dC, escreveu: *“O uso de todas as coisas que se encontram neste mundo deveria ser comum para todos os homens. Somente a iniquidade mais evidente nos faz dizer ao outro: ‘isto me pertence, tanto a ti quanto a mim’. Daí a origem da discussão entre os homens”*.

São Basílio o Grande, bispo na Turquia no século IV, também fustigava os abastados: *“Que é isso que dizes que é ‘teu’? Por que é teu? De quem o recebeste? Falas e ages como aquele que numa ocasião foi cedo ao teatro e tomou posse dos assentos destinados ao público restante, acreditava que, por chegar antes, podia proibir às outras pessoas que se sentassem, pretendia apropriar para ele o uso exclusivo de uma propriedade destinada ao uso comum. E é esta precisamente a forma de agir do rico”*.

O mesmo São Basílio também se voltou contra os proprietários: *“Oh miseráveis, como quereis vos justificar diante do juiz celeste? Vós respondeis: qual é a nossa culpa, quando guardamos para nós somente aquilo que nos pertence? Eu vos pergunto: o que chamais de vossa propriedade? De quem receberam [...] Como é que enriquecem os ricos, senão tomando as coisas que pertencem a todos? Se cada um tomasse para si apenas o suficiente para as suas necessidades, então não haveria nem ricos, nem pobres”*.

São Ambrósio, arcebispo de Milão no século IV, assim combateu a propriedade privada: *“A natureza supre sua riqueza a todos os homens em comum. Deus criou todas as coisas para que todos os seres vivos gozem delas em comum e para que a terra se converta numa posse comum a todos. Foi a própria natureza que criou o direito da comunidade e foi a usurpação injusta que criou o direito à propriedade privada”*. Já São Crisóstomo, patriarca de Constantinopla também no século IV, finalizou: *“O rico é um ladrão”*.

E ainda que, diante da impossibilidade de derrotar os cristãos com repressão, o Império Romano a tenha cooptado tornando a mesma religião oficial do Império Romano, com o Edito da Tessalônica, de Teodósio Magno, em 384 dC, o papa de 590 a 604 dC, São Gregório, o Grande, ainda apelou: *“Portanto,*



*se alguém deseja se converter no amo de toda riqueza, possuí-la e excluir os seus irmãos, inclusive à terceira ou quarta geração, tal desgraçado não é um irmão e sim um tirano bárbaro e cruel, uma besta feroz cuja boca sempre está aberta e disposta a devorar para seu uso pessoal a comida dos outros companheiros”*. Para depois continuar: *“A terra em que nasceram é comum a todos e, portanto, o fruto da terra pertence a todos sem distinção”*.

Porém, todas essas citações foram ecos tardios de um poderoso movimento revolucionário de pobres e de despossuídos, protagonizado pelos primeiros cristãos. Um movimento de pessoas dispostas a enfrentar a tortura e a perder as suas vidas e que ameaçou o Império Romano, que partiu para a política de corrompimento dos valores primordiais do movimento da Comunidade de Caminho.

Rosa Luxemburgo analisou esse processo de cooptação da Igreja fundada pelos primeiros cristãos pelo Império Romano (dirigido pelos senhores de escravos e terras), que a afastou dos ideários comunistas. Sua transformação foi passo a passo: à medida em que os fiéis se separaram do corpo de funcionários da Igreja, o clero, começou a surgir a desigualdade e os últimos passaram a formar uma casta acima do povo.

Em consequência, os clérigos das comunidades individuais passaram a se reunir em concílios, a partir do século IV, o que foi sedimentando a divisão entre os bispos e o povo, com preponderância dos clérigos de comunidades mais ricas, em particular, a cidade de Roma. Simultaneamente, o dinheiro de todas as doações que eram destinadas a um fundo comum de ajuda aos pobres, passou a ser também destinado para pagar os clérigos e a manter as Igrejas.

Esse processo, analisado por Rosa Luxemburgo, se deu em conjunto com o fim das perseguições aos cristãos no Império Romano (governo de Constantino) e o reconhecimento do cristianismo como religião oficial do Império Romano (Teodósio). Diga-se de passagem, que o Império também precisava do cristianismo como religião para garantir a sua unidade territorial e se defender dos povos germanos (bárbaros), que tinham os seus próprios deuses e as suas religiões. O resultado dessa política de cooptação é que os cultos deixaram de ser escondidos nas catacumbas e passaram a ser realizados em igrejas cada vez mais portentosas, que consumiram boa parte do dinheiro que era destinado antes aos pobres.

A revolucionária alemã mostrou também que já no século V, o que era antes um fundo único para os pobres, formado pelas doações, sofreu novas transformações e passou a ser dividido em quatro partes: a primeira era destinada ao alto clero; a segunda, ao clero menor; a terceira se destinava para o aparato religioso, a construção e manutenção de templos e somente a quarta parte passou a ser destinada ao povo pobre. Essa quarta parte também deixou de existir, na medida em que os fiéis perderam o controle sobre o que era arrecadado pelas Igrejas. Dessa forma, os bispos passaram a destinar aos pobres, somente a chamada caridade, ou seja, esmolas.

Com o advento do cristianismo como religião oficial do Império Romano, a Igreja passou também a exigir de todos os fiéis, no século VI, um imposto referente a décima parte do que era conseguido pelos camponeses com suas colheitas e rebanhos, o chamado dízimo. Ou seja, os servos camponeses, além de servir aos senhores feudais, tinham que sustentar o luxo da burocracia eclesiástica. Em resumo, paralelamente ao enriquecimento do clero, o povo pobre mais caía na miséria.

Rosa chamou atenção para a instituição do celibato, que foi exigido do alto e do baixo clero no século XI e somente aplicado de fato no século XIII, como forma de manter a riqueza da Igreja dentro da própria, para que a instituição não perdesse os seus bens entre os herdeiros dos clérigos. No intervalo desse período, no século XII, as propriedades dos aparatos religiosos, passaram a ser, por lei, propriedade privada do clero, em particular, do seu chefe maior. Em decorrência, a Igreja passou a ser a maior proprietária de terras e a principal instituição de poder da Idade Média (476-1453 dC). Uma prova disso é que em países cristãos, o clero chegou a controlar um terço de todo o território desses estados.

## **OS IDEAIS DO CRISTIANISMO PRIMITIVO NÃO FORAM ENTERRADOS**

Como descrito por Rosa Luxemburgo, a Igreja (fundada por pelos primeiros cristãos, que pregavam a comunhão de bens, lutando, dessa forma contra a propriedade privada) rompeu historicamente com esse ideário e passou, ao longo dos séculos, a entesourar riquezas, se aliando às classes dominantes na exploração dos servos camponeses e artesãos.

No Antigo Regime na França, antes da Revolução Francesa, o clero chegou a ser proprietário de um quinto de todas as terras francesas. A Igreja, neste país, conformava o I Estado, seguido pelo II Estado (nobreza) e o III Estado (burguesia e campesinato). O clero francês, com suas terras, arrecadava anualmente cerca de 100 milhões de francos e com os

dízimos 23 milhões que bancavam 128,400 parasitas do corpo eclesiástico (prelados e vigários gerais; abades e priores; padres e vigários, monges e freiras).

Mesmo com as revoluções do final do século XVIII na França e na metade do século XIX em toda a Europa Central contra os privilégios da Nobreza e do Clero, a Igreja Católica soube se adequar à sociedade capitalista, passando a defender os interesses das novas classes dominantes, a burguesia industrial, comercial e financeira. Afinal, mesmo perdendo terras, a Igreja continuava a ser uma grande proprietária e pertencia à classe que enriquecia, explorando o proletariado, portanto, o oposto da Igreja dos primórdios.

Porém, os ideais de igualdade defendido pelo cristianismo primitivo continuaram na luta dos revolucionários, após o advento do capitalismo. Como escreveu Rosa sobre a ação destes últimos, no início do século XX, “... *os social-democratas levam a ressurreição ao povo, fortalecem os desesperados, reúnem em um força, abrem os olhos dos ignorantes e mostram o caminho da libertação, convocam o povo para a construção na terra no reino da igualdade, da liberdade e do amor ao próximo. Por sua vez, a todos os lugares, os servidores da Igreja levam ao povo apenas o apelo à humildade, o desencorajamento e a morte espiritual. Se Cristo aparecesse hoje na terra, com certeza faria com esses padres, bispos e arcebispos - defensores dos ricos, que vivem do suor sangrento de milhões - o mesmo que fez outrora com os negociantes, os quais Ele expulsou do vestibulo do templo com uma vara, para não maculassem a casa de Deus com sua vergonha*”.

Foi essa ação dos revolucionários, descrita por Rosa Luxemburgo, que manteve vivos os ideais do comunismo cristão. Estes ideais, que antes inspiraram as revoltas camponesas dos anabatistas de Tomas Munzen e dos hussitas na Alemanha e dos lolardos na Inglaterra, se fizeram presentes, por exemplo, nos escritos do revolucionário peruano, José Carlos Mariátegui, há cem anos. E também foram desenterrados e impulsionaram a criação da Teologia da Libertação e sua opção preferencial pelos pobres, na segunda metade do século passado.

**COM AS REVOLUÇÕES DO FINAL DO SÉCULO XVIII NA FRANÇA E NA METADE DO SÉCULO XIX EM TODA A EUROPA CENTRAL, CONTRA OS PRIVILÉGIOS DA NOBREZA E DO CLERO, A IGREJA CATÓLICA SOUBE SE ADEQUAR À SOCIEDADE CAPITALISTA, PASSANDO A DEFENDER OS INTERESSES DAS NOVAS CLASSES DOMINANTES, A BURGUESIA INDUSTRIAL, COMERCIAL E FINANCEIRA**

Neste contexto, seguidores da ala esquerda da Teologia da Libertação participaram de guerrilhas como no Brasil (o padre guerrilheiro Alípio Freire, os freis Tito e outros dominicanos ligados a Carlos Marighella), na Colômbia, na guerrilha revolucionária sandinista, vitoriosa na Nicarágua, em 1979.

Estas contradições seguem vivas entre a Igreja instituição burguesa de poder e alguns setores do baixo clero e dos fiéis, como vemos hoje nas declarações e atitudes do pároco da paróquia de São Miguel Arcanjo no bairro da Mooca, na cidade de São Paulo, o padre Júlio Lancellotti contra o neoliberalismo: *“Temos que continuar lutando, não podemos perder o horizonte da luta. Nossa luta é histórica. Ela não é minha. A luta se faz na História. É a luta de Zumbi dos Palmares, de Antônio Conselheiro, da irmã Dorothy Stang e de Santo Dias. É uma luta que vai sendo construída”*,

Enfim, como declarou o sacerdote colombiano, fundador da Teologia da Libertação e líder guerrilheiro Camilo Torres Restrepo (morto em seu primeiro combate com as forças públicas em 1966): *“O dever de todo cristão é ser um revolucionário. O dever de todo revolucionário é fazer revolução. O católico que não é um revolucionário vive em pecado mortal”*

## **BIBLIOGRAFIA:**

A Moral e a Atividade Revolucionária -Moral Bolche ou Espontaneísta, Nahuel Moreno, 1969

Bíblia Sagrada - Edição Pastoral - 49ª impressão - junho de 2003;

Contribuição para a História do Cristianismo Primitivo - Friederich Engels - Partido da Causa Operária - junho de 2007;

Marx e Engels como os sociólogos da religião - Michael Lowy - Lua Nova, 1998

O Comunismo do Caminho - a prática dos primeiros seguidores do movimento de Jesus na comunidade de Jerusalém - Edeval Silveira - Editora Zouk - 1ª edição - 2006;

O Marxismo e a Religião - Alan Woods - 2007 - In defence of Marxism;

O Socialismo e a Religião - V. I. Lênine - Edições Avante - Edições Progresso Lisboa — Moscovo, 1977;

Rosa Luxemburgo I - Textos escolhidos (1899-1914) - Isabel Loureiro (Org) - Editora Unesp - 3ª edição - 2018;

# OS DEMÔNIOS DESCEM DO NORTE. O QUE ESTÁ POR TRÁS DO NEOCONSERVADORISMO CRISTÃO?

Marcos Oliveira

O cristianismo, em sua essência, prega o amor, o perdão, a solidariedade e faz profundas críticas aos ricos e exploradores, vejamos a epístola de Tiago (5:1-6) ” *Ouçam agora vocês, ricos! Chorem e lamentem-se, tendo em vista a miséria que lhes sobrevirá. A riqueza de vocês apodreceu, e as traças corroeram as suas roupas. O ouro e a prata de vocês enferrujaram, e a ferrugem deles testemunhará contra vocês e como fogo lhes devorará a carne. Vocês acumularam bens nestes últimos dias. Vejam, o salário dos trabalhadores que ceifaram os seus campos, e que por vocês foi retido com fraude, está clamando contra vocês. O lamento dos ceifeiros chegou aos ouvidos do Senhor dos Exércitos. Vocês viveram luxuosamente na terra, desfrutando prazeres, e fartaram-se de comida em dia de abate. Vocês têm condenado e matado o justo, sem que ele ofereça resistência* ”. Olhando para a radicalidade do cristianismo primitivo na defesa dos pobres sejamos sinceros, impossível imaginar um Silas Malafaia ou um Edir como parte de uma comunidade cristã. Os estudos sobre o cristianismo primitivo, tanto os feitos por Rosa Luxemburgo quanto os realizados por padres e teólogos cristãos, mostram que se tratava de comunidades igualitaristas, críticos a propriedade privada e defensores de um coletivismo nas suas relações sociais, vejamos o trecho do livro dos Atos dos Apóstolos onde há um exemplo dessa organização coletiva:

“Da multidão dos que creram, uma era a mente e um o coração. Ninguém

considerava unicamente sua coisa alguma que possuísse, mas compartilhavam tudo o que tinham. Com grande poder os apóstolos continuavam a testemunhar da ressurreição do Senhor Jesus, e grandiosa graça estava sobre todos eles. Não havia pessoas necessitadas entre eles, pois os que possuíam terras ou casas as vendiam, traziam o dinheiro da venda e o colocavam aos pés dos apóstolos, que o distribuía segundo a necessidade de cada um”. (Atos dos apóstolo, 4:32-35, Bíblia online)

Não consta na história que os apóstolos tenham acumulado bens, ficando muito ricos as custas de doações, mas o contrário, doaram tudo que tinham. Também é difícil conciliar a defesa que alguns pastores a padres fazem da propriedade privada como direito natural com o próprio texto bíblico e o cristianismo primitivo. Em atos 5, conhecemos a história do casal Ananias e Safira, o marido, com a cumplicidade da esposa, havia vendido uma propriedade e tentaram esconder parte do dinheiro que deveria ser doado para a comunidade. É preciso muito malabarismo retórico, invenção, mentira e toda a sorte de absurdo para tentar transformar o Jesus histórico em um liberal defensor da propriedade privada e um coach motivacional, como esses líderes religiosos vem tentando fazer.

Para alinhar a sua ideologia liberal ao

cristianismo, uma das táticas, é esconder e distorcer o cristianismo, substituindo a essência da mensagem pela promessa de felicidade terrena. Outra tendência é se falar do cristianismo usando o velho testamento, tomar o antigo código de leis judaicas como dogma de fé, selecionando sempre o que eu posso desobedecer e alegar o contexto histórico. Então, por exemplo, a homossexualidade condena em levítico é dogma de fé e os gays estão no inferno, mas eu posso fazer a barba, cortar o cabelo e comer mariscos, pois isso era proibido pelo costume e contexto histórico (curiosamente as proibições estão no mesmo capítulo). Também há silenciamento de textos, as passagens que citamos acima, são muito menos lidas e comentadas nesses templos do que Malaquias 3:10, de onde tiram a justificativa para cobrar o dízimo, sem ler o texto todo de Malaquias e nem observar o contexto. Para muitos desses líderes, Malaquias 3:10 é um mantra, há igrejas que esse texto é tão ou mais conhecido que o sermão da Montanha. O que precisamos entender, e vamos tentar explicar nesse pequeno texto, é o porquê do reacionarismo e o anticomunismo terem passado a pautar as igrejas evangélicas, em especial pentecostais e neopentecostais. Tomaremos como referência o livro “Os Demônios descem do Norte” escrito pelo professor Délcio Monteiro de Lima.

## AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE E A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

No início dos anos 70, em toda América Latina, era forte a presença da teologia da libertação. Essa leitura cristã do evangelho partia do princípio que a fé não pode estar separada da obra e que o cristão deve estar do lado dos mais pobres. Assim, os religiosos teriam uma responsabilidade social com as das classes subalternas e em condições de vulnerabilidade. No Brasil, as comunidades eclesiais de base, tinham um funcionamento menos burocratizado e mais livre do que outros grupos católicos.



As Cebes chegavam aos lugares mais precarizados do país, levavam o evangelho, mas também ensinavam a ler, defendiam os direitos dos indígenas e quilombolas, dos camponeses sem terra. Segundo o professor Délcio Monteiro de Lima, as CEBs não eram um movimento

social, estavam totalmente ligadas às doutrinas da igreja, se constituíam em uma forma de ser igreja, mais próxima aos pobres, conseqüentemente, mais próxima da sua missão evangelizadora.

Além da igreja católica compunha missões das comunidades das Cebes as igrejas evangélicas tradicionais: Episcopal, luterana, metodista e igreja cristã reformada. Essas igrejas, somadas a católica romana formaram o CONIC (conselho nacional de igrejas cristãs do Brasil) – esse grupo de cinco igrejas defendia a reforma agrária, fazia uma análise de conjuntura apontando que existiam outros problemas além do imperialismo, entendiam que muitos problemas sociais e econômicos do Brasil seriam de ordem interna. Na leitura do CONIC as injustiças sociais poderiam ser corrigidas, não fôssemos tão elitistas e negássemos às pessoas praticamente tudo, até mesmo a participação política. Cabe lembrar que ainda não havia direito ao voto dos analfabetos e que muitos sertanejos eram privados do direito a aposentadoria, moradia e de usufruir do fruto do próprio trabalho.

## O RELATÓRIO ROCKEFELLER

Os americanos sempre estiveram atentos ao comportamento dos religiosos na América Latina, em especial da igreja Católica, não apenas pelo seu gigantismo e influência no continente, mas também por não estar submetida aos EUA. Também possuíam certo receio em relação ao comportamento de algumas igrejas protestantes, notavam que na América Latina, essas igrejas, pareciam ter uma teologia e atuação diferente das suas práticas em solo norte americano.

O relatório Rockefeller foi feito em 1969, pelo governador Nelson Rockefeller ao presidente Nixon, mostrava uma preocupação com a igreja católica, que estaria disposta até mesmo a fazer uma revolução. O relatório da Santa fé (como era intitulado), feito pelo departamento de defesa dos EUA, chama a igreja católica na América Latina de marxista-lenista, acusa a mídia americana de estar sendo manipulada por um lobby dos direitos humanos ao criticar as ditaduras na América Latina. O departamento de defesa dos EUA entendeu que precisava disputar a orientação religiosa. A avaliação concluiu que o melhor seria financiar pequenas seitas e religiões extremistas. Para os americanos, a teologia da libertação deveria dar lugar a teologia da prosperidade, ao pentecostalismo e o exotismo.

No caso da Guatemala, por exemplo, a ajuda que as seitas evangélicas tiveram é de uma ordem parecida ao orçamento militar empregado na guerra; às igrejas evangélicas teriam sido tão uteis à contra revolução como armas e helicópteros. As seitas defendiam a guerra com a bíblia na mão.

Para derrotar o sandinismo, além de armas,

os americanos contaram com a Igreja da palavra de Deus “El Verbo”, fundamental no golpe que seria dado por Rios Montt em 1982, iniciando uma ditadura sanguinária. Na época os protestantes representavam 25% da população, sendo que 80% eram pentecostais. Rios Montt havia renunciado ao catolicismo e se convertido a El Verbo, a igreja ocupava todos os postos de sua assessoria, o estado estava aparelhado pela igreja e a esta era um braço da ditadura genocida. Rios Montt foi condenado por genocídio em 2013, o ex-ditador, que arrasava aldeias indígenas, foi o responsável pela morte de 1.771 indígenas maias ixiles no departamento de Quiché (norte). Mesmo com os assassinatos a igreja El Verbo e os pentecostais mantiveram o apoio irrestrito a Rios Montt.

### **A ADULTERAÇÃO DA BÍBLIA COMO USO POLÍTICO**

O instituto linguístico de VERANO, órgão dos EUA, é responsável por traduzir a bíblia em diferentes dialetos, inclusive indígenas. O grupo conta com orçamento alto e até aviões, tudo para levar a doutrinação cristã-pentecostal de direita aos países da América Latina, Oceania e sudeste asiático. Já foram proibidos de atuar no México. No Peru, a proibição veio depois de denúncias de tentativa de conversão forçada de indígenas. Mas as acusações não param por aqui:

“A mais grave acusação feita à “Wycliffe Bible Translators Inc.”, a empresa tradutora de Bíblias para o “Verano”, é a de adulterar os textos sagrados destinados às populações indígenas, enxertando-os com noções falsas relativas ao conceito de autoridade e à supremacia de raças, de modo a tornar os aborígenes mais dóceis e obedientes. São distorções grosseiras, apontadas por estudiosos da Bíblia em várias obras distribuídas pelo “Verano”. Essa fraude é comumente associada a fantasiosas previsões de tragédias iminentes, tais como terremotos, erupções vulcânicas e vendavais, em terras que se pretendem sejam abandonadas pelos nativos” (p.66)

### **A DITADURA MILITAR**

A igreja católica saiu enfraquecida após a ditadura militar, várias igrejas pentecostais e neopentecostais cresciam por todo o país, tinham editoras, gráficas enormes, programas de rádio, espaço na TV aberta. Essas estruturas foram construídas com dinheiro que chegava dos EUA sem nenhum

tipo de controle ou fiscalização. Entre as décadas de 1970/80, há um crescimento enorme da assembleia de Deus, quadrangular e igreja dos mórmons. Nos seus ensinamentos estava a despolitização, o não envolvimento nas questões políticas, conformismo diante das injustiças, cisão entre o mundo secular e um mundo terreno, anticomunismo como princípio de uma moral cristã.

Quanto mais fosse meramente espiritual e moral a leitura da bíblia, mais chances tinha a igreja de ser bem vista pelo departamento de defesa dos EUA. Claro que algumas foram além. Para essas igrejas e suas lideranças, não bastava criticar a teologia da libertação e defender que o cristão só deveria se preocupar com a vida eterna; o cristão tinha que ser um militante capitalista, anticomunista, reacionário e profascista. Esse é o caso da igreja da unificação.

### **A IGREJA DA UNIFICAÇÃO**

A Igreja da Unificação é, tipicamente, uma transnacional políticoreligiosa. Inteiramente distanciada das raízes do movimento milenarista tradicional da Coréia, alinhando-se ao figurino do conservadorismo americano, ocupa posição de vanguarda no combate ao comunismo internacional. Consiste numa nova interpretação da história bíblica, da história das religiões e da história universal. O pensamento da Unificação tenta exprimir a união de todos os sistemas filosóficos, propiciando soluções consistentes às questões que considera deixadas sem resposta pelos pensadores até nossos dias. O moonismo, a despeito de várias alusões a Jesus Cristo na sua doutrina, não é considerado cristão, pois nega a autoridade das Sagradas Escrituras, o dogma da Santíssima Trindade, do pecado original, a divindade de Cristo, a virgindade de Maria e a validade dos sacramentos, entre outros fundamentos do cristianismo. Para os moonies (lunáticos), como são conhecidos os seguidores da seita nos Estados Unidos, o livro sagrado, de valor superior ao da Bíblia, é “O Princípio Divino”, de autoria de Moon, a quem chamam “Nosso Verdadeiro Pai”. Os ensinamentos do mestre coreano guardam, curiosamente, muita analogia com a Doutrina de Segurança Nacional, vedete durante os anos de ditadura no pensamento brasileiro, enfocando, de forma semelhante, a bipolarização comunismo-democracia e a guerra psicológica. Isso explica a presença volumosa de militares reformados, apaixonados por geopolítica, e cientistas políticos da direita brasileira nos seminários que a seita Moon promove para debater a questão da segurança internacional em face da ameaça comunista.

A seita Moon, com cerca de três milhões de crentes em 140 países, concilia com invejável inteligência a implementação da Teologia da

Unificação com a gestão paralela de uma empresa de porte incomum. Analistas econômicos atribuem-lhe a condição de uma das 50 maiores multinacionais e calculam que o seu patrimônio de cinco bilhões de dólares e um ativo quase do mesmo nível possa estar gerando uma renda anual aproximada a 500 milhões de dólares. Moon (líder da seita) começou nos negócios em 1959, com a compra da fábrica de fuzis “Yehowa Shotgun”, financiado por amigos japoneses, e cresceu rápido, graças ao baixo custo da mão-de-obra, na maioria de seus seguidores. Logo, entrou no ramo exportação de armas e de automóveis de fabricação coreana para o Japão.

A seita Moon mantém um organismo especial para cuidar dos problemas da juventude, chamado Colegiado Acadêmico para a Reflexão de Princípios (CARP), que atua a nível internacional, promovendo conferências e debates universitários, competições esportivas, certames culturais e, sobretudo, intensa doutrinação anticomunista. O CARP faz o intercâmbio entre jovens dos diversos países filiados à entidade, editava a revista política “CARP Magazine” e financiava a impressão do jornal “Tribuna Universitária”, do qual um dos articulistas permanentes foi o senador Jarbas Passarinho, um dos civis mais entusiastas da ditadura militar.

A Igreja da Unificação é um império econômico a serviço da causa anticomunista. “Causa”, aliás, é, originalmente, a sigla de uma instituição de nome extenso - Confederação de Associações para a Unidade das Sociedades Americanas, antiga Federação Internacional para a Vitória Sobre o Comunismo -, fundada pelo reverendo Moon. A CAUSA-Internacional, braço político da seita, estruturada em 1980, tem sede na Quinta Avenida, em Nova Iorque, e sucursais em 50 estados americanos. No âmbito internacional, está instalada em 21 países.

A seita Moon luta pela chamada causa anticomunista que se apresenta assim “*A CAUSA é um movimento educacional trabalhando em escala mundial. Fortemente opomo-nos ao comunismo, ainda que não nos consideremos meramente anticomunistas, simplesmente porque anticomunismo não é suficiente. “Anti” é uma expressão defensiva e passiva. Em qualquer batalha ou guerra, vocês nunca chegarão à vitória apenas na defensiva. Estamos praticando o anticomunismo há 67 anos, desde a revolução bolchevista e estamos continuamente perdendo terreno. Enquanto formos anticomunistas, o melhor que podemos fazer será adiar a derrota. Nunca teremos*

*uma oportunidade para vencer. O que necessitamos é uma solução positiva para o comunismo ou uma estratégia vencedora. O que necessitamos é uma ofensiva ideológica. Nossa guerra contra o comunismo é primeiramente uma guerra de ideias. uma guerra de compromisso. O campo de batalha é a mente humana.”* (Bo Hi Park, presidente da causa internacional contra o comunismo). A causa financiou 40 candidatos as eleições para a constituinte de 1986. O objetivo era garantir que a constituição de 1988 fosse a mais conservadora possível, evitasse questões sociais importantes e mantivesse a mesma estrutura de desigualdade.

## O CONSERVADORISMO DAS ONGS PENTECOSTAIS (VISÃO MUNDIAL, WORLD VISION)

O ideal pregado pela “World Vision” é que todos os projetos tratem das necessidades do ser humano no seu conjunto e não apenas em alguns aspectos. Isso abrange as necessidades espirituais e é a razão pela qual as igrejas conveniadas são estimuladas a atuar nos projetos de forma a alcançar as pessoas visadas com toda a força e amplitude da sabedoria bíblica. A “World Vision” celebra convênios de cooperação para desenvolvimento de projetos com todas as denominações religiosas, exceto a Igreja Católica. A preferência é pelos batistas, seguidos pelos presbiterianos.

No Nordeste do Brasil, são frequentes, ultimamente, trabalhos com os pentecostais. “*Nosso dinheiro vem dos Estados Unidos e entra no País através do Banco Central, sem nenhum tipo de restrição. São doações que recebemos de corporações empresariais e pessoas de boa-vontade que conhecem e aplaudem nosso trabalho*” explicou o pastor Darci Dusilek. Os projetos comunitários da “Visão Mundial”, todavia, são de natureza variada e estão subordinados às necessidades e condições locais. Dessa forma, tanto podem visar à integração social e econômica de uma comunidade isolada, como o povoado negro de Buriti Queimado, no norte de Minas, quanto prestar ajuda a um grupo de pescadores, como o de Piaçabuçu, em Alagoas. Como todas as transconfessionais procedentes dos Estados Unidos, a “Visão Mundial” faz clara pregação anticomunista e procura evitar qualquer relacionamento com grupos que professam ideologias de esquerda. Nesse proselitismo e



atitude de resguardo. tenta inculcar, inadvertidamente, estereótipos culturais americanos implícitos no ideário do comportamento fundamentalista em voga nos Estados Unidos. Certos mecanismos de aculturação são mesmo admitidos tranquilamente pelo setor de relações eclesiais. Um dos mais atuantes da engrenagem de funcionamento daquela sociedade religiosa. Embora as evidências demonstrem o contrário, a “Visão Mundial” nega energeticamente qualquer promiscuidade com os serviços de informação dos Estados Unidos, particularmente a CIA, e que agregue intenções políticas estranhas às suas finalidades. Todavia, não consegue, por exemplo, dar uma explicação aceitável aos brasileiros que estranham por que uma transconfessional americana não dirige seus programas assistenciais ao próprio Estados Unidos, sabido que lá existem 20 milhões de analfabetos e igual número de pessoas em situação de pobreza absoluta, antes de voltar sua atenção para a miséria de outros países do mundo, como o Brasil. Não seria mais patriótico e, no mínimo, mais prático - indagam - socorrer primeiros aqueles americanos? Em resumo, nenhum órgão do governo conhece com precisão o que faz e o que não faz uma transconfessional, principalmente como o faz e quem seria o beneficiário real do que é feito. As próprias transconfessionais estranham essa omissão das autoridades brasileiras.

### **O RELATÓRIO DA IGREJA QUE CITOU A CIA**

A Assessoria de Ecumenismo e Diálogo Religioso da CNBB enviou, em 30 de novembro de 1984, ao Secretariado para a Unidade dos Cristãos, no Vaticano, um longo relatório sobre a existência e atividades das seitas no Brasil, analisando as causas e circunstâncias que facilitavam a sua proliferação. O documento de 21 laudas também abordava os fatores econômicos ligados ao fenômeno e afirmava, em certo trecho, que “grupos fortes, especialmente dos Estados Unidos, enviam somas fabulosas para atividades de grupos religiosos independentes”. A denúncia continuava: “Na fase atual, haveria o apoio a grupos fundamentalistas e violentamente anticomunistas, tanto evangélicos quanto orientais,

para dificultar a ação da Igreja ‘progressista’. Há indicações de que este plano não é só de governos nacionais da direita ou militar mas faz parte também da geopolítica norte-americana. Haveria infiltração da CIA em certos grupos, ou estes estariam a serviço da mesma. O problema é seriíssimo e exige pesquisas mais aprofundadas.”

### **O PROBLEMA NÃO É RELIGIOSO**

O problema nunca foi ser cristão, muitos cristãos foram perseguidos pelas ditaduras na América Latina, devido o seu engajamento e resistência, a esmagadora maioria da classe trabalhadora brasileira é cristã, tem uma fé sincera, encontram consolo espiritual e esperança em Deus. Na periferia, muitos evangélicos e católicos realizam trabalhos assistenciais, defendem os sem teto, acolhem o próximo, estando bem longe dos estereótipos da indústria cultural gospel e das lideranças midiáticas reacionárias. O que o livro de Dêlcio Monteiro de Lima aborda e critica de modo contundente, é o uso político da religiosidade pelo departamento de defesa dos Estados Unidos e o seu serviço secreto; a própria sanha anticomunista que essas igrejas demonstram é parte da sua parceria com o departamento de defesa americano, os “superpastores” bilionários cumprem uma função política. Esses figurões são qualquer coisa, menos cristãos, tudo que pregam é ódio, defesa da burguesia e da ostentação, possuem um amor e idolatria pelo dinheiro, seu único deus, se há alguém que adoram e veneram é o deus capital.

*“Em verdade vos digo que um rico dificilmente entrará no reino dos céus. E ainda vos digo que é mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que entrar um rico no reino de Deus”* (Mateus 19:22-24).

### **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

LIMA, Dêlcio Monteiro de. *Os Demônios Descem do Norte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.  
Boff, Leonardo. *Igreja: Carisma e Poder. Ensaio de eclesiologia militante*. Ed. Revista. Rio de Janeiro: Record, 2005.

# A INFLUÊNCIA DAS IGREJAS NEOPENTECOSTAIS NO BRASIL

Mônica Regina Nascimento dos Santos

## INTRODUÇÃO

*“A miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o ópio do povo.”*

Karl Marx

O movimento neopentecostal é a terceira onda do fenômeno evangélico na América Latina. No Brasil, em particular, tem produzido profundas transformações no interior do segmento evangélico, ao ponto de alterar sua natureza social e se configurar como um projeto de poder com franca capilaridade em diversos setores da vida social como a política, mídias sociais, música, dentre outros. Desse modo, a fé e o livro sagrado que deveriam ser a bússola da prática religiosa dessas igrejas, se tornam meros instrumentos de conversão, moldados ao sabor de necessidades e interesses políticos e econômicos num evidente processo de mercantilização da fé.

A análise ontológica da influência neopentecostal no Brasil remete necessariamente à discussão sobre as raízes do neopentecostalismo, suas matizes e bifurcações, já que se trata de um movimento bastante heterogêneo. Junto com isso, apreender sua natureza e função social como as das demais religiões que são funcionais ao capital, como evidenciaremos ao longo deste texto.

## ORIGEM E NATUREZA SOCIAL DO NEOPENTECOSTALISMO

O neopentecostalismo, considerado a terceira onda de um fenômeno religioso heterogêneo, vem ganhando força na América Latina, sobretudo no Brasil com os evangélicos. A palavra evangélico tem significado amplo, expressa um movimento histórico com diferentes matizes como presbiteriano, metodista e batista. Esse movimento tem origem no protestantismo que é a universalização de um momento, uma tendência<sup>(1)</sup> que foi sintetizada por Martinho Lutero e se desdobrou na Reforma Protestante:

Geralmente a Reforma Religiosa que deu origem ao protestantismo é pensada em termos da rebelião de Lutero com suas 95 teses contra as indulgências. Mas é sabido que não é assim. A Reforma foi um vasto movimento que começou ainda na Idade Média e se prolongou até o século XVIII com o desenvolvimento do metodismo na Inglaterra no seio da Igreja Anglicana. Contudo, são consideradas históricas ou reformadas as igrejas que surgiram após a rebelião de Lutero e que contêm em seus símbolos de fé os paradigmas fundamentais propostos por Martinho Lutero e Calvino (MENDONÇA, 2007, 163).

---

Mônica Regina Nascimento dos Santos é Professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus Sertão.

A Reforma Protestante é uma dissidência do catolicismo numa crítica aos intermediários entre Deus e o fiel, a exemplo da cobrança de indulgências. Nesse processo, o “indivíduo agora, solitário perante Deus, era o seu próprio sacerdote. É por isso que a Reforma significa, entre outras muitas coisas, o início da secularização em todos os sentidos” (Idem). Como consequência as “pessoas podiam ler e interpretar a Bíblia individualmente e escolher sua própria comunidade cristã independentemente de ordens sacerdotais e hierarquias” (Ibidem). Os reformistas eram chamados de luteranos ou, noutras palavras, inimigos da Igreja. Por outro lado, denominavam a si próprios como evangélicos, seguidores do evangelho. De todo modo, a nova ética religiosa ajudou a alicerçar o espírito do individualismo e introduzir um novo ethos cultural.

De acordo com João Décio Passos (PUC-SP 2020), os evangélicos defendiam como pedra fundamental a autonomia, a “ideia de que só Deus salva, a subjetividade do indivíduo”<sup>(2)</sup>, questionamentos abertos pelos evangélicos que abriram a possibilidade de “gerar uma variedade enorme de igrejas”, o que de fato ocorreu. A estrutura verticalizada das ordens sacerdotais próprias do domínio católico foi pulverizada pela profusão de credos religiosos, organizados de modo mais horizontal, na comparação com as estruturas já existentes.

O termo pentecostal faz referência a Pentecostes, em grego antigo pentecost significa quinquagésimo dia, que tem dois significados: a) festa judaica que simboliza a entrega das Tábuas da Lei por Deus a Moisés; b) festa cristã que representa o momento, ou seja, 50 dias após a Páscoa em que os apóstolos receberam o Espírito Santo, falaram em línguas e saíram por todo o mundo em missões de pregação.

O pentecostalismo, então, vem a ser uma renovação carismática das primeiras igrejas evangélicas. Alguns especialistas preferem chamar de dissidência do protestantismo. Uma renovação que tem ocorrido em ondas por toda a América Latina, com a chegada das igrejas missionárias. Uma renovação que tem representado mais do mesmo quando se trata da história de dominação econômica da região<sup>(3)</sup>, portanto, a renovação religiosa tem contribuído para a manutenção dos grupos de mando.

Inicialmente, na América Latina chegaram as igrejas evangélicas remanescentes do primeiro movimento protestante oriundo da Reforma e provinham de duas estirpes distintas: europeia e norte-americana. De acordo com o Relatório Especial (2014, p. 04) da consultoria espanhola Lorentz & Cuenca<sup>(4)</sup> sobre a mudança religiosa na América Latina, as ascendências estavam assim distribuídas:

As procedentes da Europa,

fundamentalmente luteranos (alemães) presbiterianos (escoceses), anglicanos (ingleses), valdenses (franceses e italianos), reformados (holandeses e suíços), batistas (galeses), menonitas (holandeses e suíços).

As de procedência americana como as igrejas luteranas, episcopais (anglicanas de origem americana), presbiterianas, quakers, metodistas e batistas.

Como já referido, a renovação das igrejas evangélicas, pentecostalismo, se deu em ondas e a realidade tem demonstrado que talvez tenha ocorrido bem mais que uma simples renovação de rituais e interpretações do evangelho, pois, as abordagens do movimento pentecostal e, sobretudo, neopentecostal são bem distanciadas das raízes bíblicas, como veremos adiante.

É importante ressaltar que as três ondas do pentecostalismo iniciaram no século XX atreladas à linhagem norte-americana. A primeira onda evangélica se “desenvolveu em torno de 1910 com fenômenos como a Igreja Evangélica Assembleia de Deus, a Igreja de Deus, a Igreja da Profecia e a do Príncipe da Paz na Guatemala” (Relatório, 2014, p. 04). Já a segunda onda, iniciada nos anos 50, deu origem ao primeiro pentecostalismo com as igrejas Evangelho Quadrangular, Cruzada Nacional de Evangelização (1953), Igreja Pentecostal “O Brasil para Cristo” (1956), Igreja da Nova Vida (1960), Igreja Pentecostal “Deus é Amor” (1961), Casa da Bênção (1964), Metodista Wesleyana (1967)” (Idem).

Na terceira onda ocorreu a grande virada nas tradições do evangelismo com transformações em todas as instâncias: vestimentas, preceitos morais e éticos, marketing religioso, forma de pregação, dentre outros. E não que algumas dessas novas representações já não existissem como essência nas práticas dessas igrejas. De certo modo, a terceira onda inaugurou o neopentecostalismo:

E a terceira corrente, que é a que atualmente tem mais sucesso e presença, é o neopentecostalismo nascido das correntes pentecostais e os grupos renovadores carismáticos dos anos 50 e 60. Neste segmento se destacam igrejas como o Salão da Fé (1975), a Igreja Universal do Reino de Deus (1977) e a Igreja Internacional da Graça (1980). Desde os anos 70 o mais forte aumento aconteceu na América Central, especialmente na Guatemala (igrejas do Verbo e Elim), Honduras, Nicarágua e El Salvador (Relatório, 2014, p. 05).

No Brasil as mais expressivas são: a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD, do bispo Edir Macedo, 1977); a Igreja Internacional da Graça (do pastor Romildo Ribeiro Soares, mais conhecido como RR Soares, 1980); Igreja Renascer em Cristo (dos bispos Estevam Hernandes e Sônia Hernandes, 1986); Sara Nossa Terra (fundada pelos bispos Robson Rodovalho e Maria Lúcia Rodovalho, 1992); Igreja Mundial do Poder de Deus (do pastor Valdomiro Santiago, 1998 - dissidente da IURD). Além de o Brasil, o México, a Nigéria e a Coreia do Sul possuem igrejas com as mesmas expressões. De acordo com o Jornal Nexo, as principais características do neopentecostalismo são:

Prega a Teologia da Prosperidade, segundo a qual Deus reserva sucesso financeiro, saúde e realizações na vida para os cristãos. O dízimo e a oferta conduzem à prosperidade. A lógica é: quanto mais se doa à igreja, mais sucesso está por vir. É descentralizado e sectário, com independência entre as igrejas, sem uma figura hierárquica central, como o papa católico. Enfatiza uma constante guerra espiritual contra a figura do Diabo e seus representantes na Terra, da cultura à política. Propõe uma abordagem menos severa em relação ao uso de roupas pelos fiéis do que nas pentecostais mais antigas. Usa meios de comunicação de massa, como rádios e programas de TV, para pregar sua fé e obter novos fiéis (Nexo Jornal, 2020).<sup>(5)</sup>

As igrejas neopentecostais guardam muitas diferenças com o tronco evangélico. Algumas dessas diferenças são aparentes como o formato do culto, a exortação no púlpito, a vestimenta sem formalismo ou conservadorismo moral. Outras são mais sutis, porém, essenciais. As igrejas da terceira onda têm em comum a defesa da teologia da prosperidade<sup>(6)</sup>. Com a ideia de que acumular riqueza não é pecado, pelo contrário, é um objetivo a ser buscado e a missão do bom cristão, quanto melhor o cristão mais bens poderá acumular, pois, é fruto da bênção de Deus. Segundo o Nexo Jornal, o pastor Valdomiro Santiago costuma falar abertamente sobre a acumulação de bens. Aliás, não é o único e de um modo geral os pastores e



bispos neopentecostais são conhecidos como empreendedores. Alguns acumularam grandes fortunas, que têm sido alvo de investigações policiais.

Para a filosofia neopentecostal o fracasso e a pobreza são responsabilidades exclusivas dos

indivíduos por sua falta de fé, falta de engajamento religioso e de pagamento do dízimo.

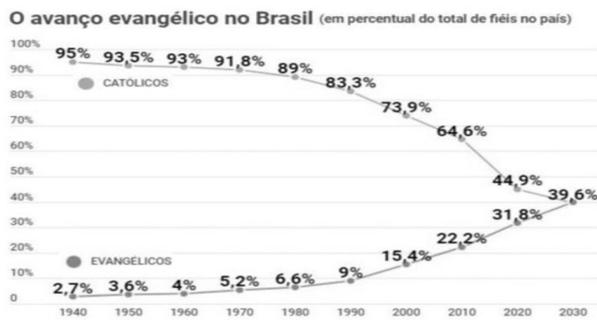
Além da Teologia da Prosperidade, o novo conceito de poder<sup>(7)</sup> é uma marca dos neopentecostais, que buscam o poder por meio da participação nas instituições de mando da sociedade, sobretudo, na política. Enquanto os pentecostais acreditam e defendem a bíblia como a verdade absoluta, os neopentecostais usam a bíblia como aparato para justificar suas ações. Modelam o texto bíblico segundo suas interpretações como justificativa para ocupar espaços de convencimento e de difusão como “internet, estações de rádio e canais de televisão que se uniram à ampla infraestrutura com colégios, livrarias, cafeterias, estúdios de gravação” e ainda mantêm um “culto musicalizado que apela para as emoções, com curas físicas e prosperidade econômica” (Relatório, 2014, p. 07). De tal forma, trata-se de um projeto de infiltração em todas as esferas sociais de grande influência nos países onde estão situados, como o Brasil.

## A INFLUÊNCIA DAS IGREJAS (NEO) PENTECOSTAIS NO BRASIL

Na América Latina, a presença de religiões majoritariamente de espectro cristão (de matiz católica ou evangélica) é bem constante e com um acentuado crescimento, nas últimas décadas, de igrejas pentecostais e neopentecostais. De acordo com o Relatório de 2014 da Consultoria espanhola Lorentz & Cuenca, “países como Guatemala, Honduras, Brasil e Chile, nos quais entre um terço e 40% da população trocaram o catolicismo por algumas das igrejas evangélicas”.

Especialistas falam de uma transição religiosa na América Latina, sobretudo, no Brasil em que os 450 anos de predominância do catolicismo poderão ser suplantados em 2032<sup>(8)</sup>. Portanto, há uma tendência acentuada de superação do catolicismo pelo neopentecostalismo, confirmada pelo IBGE no censo de 2010, que constatou o crescimento de 15,4% para 22,2% da população evangélica (bastante heterogênea e engloba pentecostais batistas, metodistas, presbiterianos, neopentecostais e evangélicos ditos

“não determinados”, que acompanham os cultos pela televisão). Essa tendência pode ser verificada no gráfico abaixo.



As práticas religiosas neopentecostais apelam para as referências mais singulares da população periférica, seu lado sentimental com suas demandas sociais. E, segundo Roberto Romano, “estão muito presentes em termos de ocupação geográfica, nas favelas, no campo e nos subúrbios das cidades. Têm uma comunicação muito fluente com a base social e por isso são muito procurados pelas diferentes forças políticas” (ROMANO, apud Relatório, 2014, p. 06). Na verdade, estão nas duas pontas: a) extratos periféricos, isto é, os mais marginalizados; b) espaços de comando, Congresso Nacional, entre outros. Essas igrejas mesclam seus discursos com pautas morais e econômicas, que vão da autoajuda ao empreendedorismo.

Outra marca das igrejas neopentecostais é a exortação xenofóbica. De acordo com Silva (2013, p. 71) o livro *Orixás, caboclos e guias: deuses ou demônios*, de Edir Macedo, incita entre os fiéis a animosidade e a perseguição às religiões de matriz africana, o que promove a destruição de terreiros e a agressão física com caráter de conversão religiosa. Demoniza a sociedade e estabelece um pedestal a partir do qual a IURD não apenas tem a função como é a única capaz de combater.

Vivemos na época do demonismo. Os demônios atuam em todas as camadas da sociedade e tentam das mais diversas maneiras perverter o homem e afastá-lo de Deus. Desde as religiões confessadamente demoníacas até aquelas que atuam disfarçadamente, os demônios têm agido na humanidade e não há lutas mais importantes para os cristãos do que contra as potestades do ar, contra o diabo e seus anjos (MACEDO, 1988, p. 03 apud SILVA, 2013, p. 73).

Ao mesmo tempo em que criticam de forma xenofóbica as demais religiões, sobretudo, as de matriz africana, os neopentecostais se apropriam de alguns de seus rituais<sup>(9)</sup> religiosos, distorcem seus

significados e os aplicam nos cultos como forma de atrair fiéis. Segundo Silva (2013, p. 76), há mais semelhanças que diferenças entre a IURD e as religiões de matriz africana. Há, na verdade, uma disputa por território nas camadas mais populares da população. Um proselitismo religioso com vistas a monopolizar os bens culturais do mercado religioso.

## A INFLUÊNCIA DAS IGREJAS NEOPENTECOSTAIS NA POLÍTICA

A influência das igrejas evangélicas na política partidária não é recente. No Brasil ocorreu pela primeira vez nos anos 40. E a partir dos anos 60, com os pentecostais, a prática se consolida. Daí em diante, a chamada bancada evangélica, que aglutina conservadores de diferentes matizes políticas, só cresceu. Essa bancada se caracteriza pela defesa de pautas morais, principalmente depois da Constituição Federal de 1988, quando foram estabelecidos e regulamentados os direitos sociais e humanos. As pautas morais vão desde a criminalização do aborto, das relações homoafetivas, do feminismo até a negação do comunismo, dentre outras bandeiras seculares.

Atualmente, a bancada conta com 91 parlamentares<sup>(10)</sup>, composta por diversas instituições religiosas, tem atuado como um partido fisiológico ao lado de todos os governos de direita ou ditos de esquerda e sem preocupação com a preservação de princípios morais com os quais atraem mais fiéis. Um exemplo é a IURD que apoiou os governos petistas e chegou a defender em seu jornal religioso o aborto como questão de saúde pública. No entanto, não teve pudores para se alinhar aos governos Temer e Bolsonaro adotando novas pautas.

Não por acaso, em 2021, o governo Bolsonaro perdoou a dívida de R\$ 1,4 bilhões das igrejas em troca de apoio da bancada evangélica. Nesse perdão ficou evidente que “não foram atendidas as regras orçamentárias para a concessão de benefício tributário, (...) podendo a sanção incorrer em crime de responsabilidade deste presidente”<sup>(11)</sup>. Esse é um claro exemplo da influência das igrejas neopentecostais não apenas na política, mas também em toda a vida social pois, além da sanção, o governo liberou recursos para os centros de acolhimento aos dependentes químicos mantidos por essas igrejas, ao mesmo tempo em que afrouxou as regras de fiscalização.

O programa político da bancada evangélica, embora se afiance no Evangelho, não tem caráter de esquerda ou progressista. Segundo Pierucci; Prandi (1995, p. 39), o espaço político conquistado pelos evangélicos pentecostais ou neopentecostais não significa espaço para o Evangelho mas, sim, vantagens e privilégios para as igrejas.

A participação de igrejas na política partidária não é um privilégio dessas de matriz evangélica.

Em 1964, a igreja católica apoiou o Golpe Militar. Nem sempre as igrejas atuam de modo coeso em sua participação. A divisão religiosa na política tem gerado espaços de disputa em eleições de modo geral, inclusive, nas presidenciais. Um exemplo disso foram as eleições de 1994.

As eleições de 1994 já foram uma prévia para a divisão religiosa na política que se fortaleceu nas décadas seguintes. Durante aquelas eleições os católicos carismáticos optaram por votar em Fernando Henrique Cardoso - FHC, do Partido Social da Democracia Brasileira - PSDB, já os católicos das Comunidades Eclesiais de Base - CEB apoiaram Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores - PT. Os espíritas kardecistas optaram, em sua maioria, por apoiar FHC (PIERUCCI; PRANDI, 1995, p.43 apud MAGALHÃES, 2021, p. 18).

Nesse período, os evangélicos optaram por apoiar Orestes Quécia do PMDB. Por muito tempo os evangélicos pentecostais e neopentecostais não apoiaram o candidato do PT por medo, pois “o fantasma do comunismo rondava o programa político desse partido”. É importante também distinguir a comunidade evangélica no geral da bancada evangélica em particular, por seu programa político flexível, capaz de se capilarizar e capitular diante dos mais díspares projetos societários, marcadamente, onde se situe o poder.

No caso específico das igrejas neopentecostais, o alinhamento do conservadorismo ao fundamentalismo religioso, nas eleições de 2018, foi um divisor de águas e, junto às pautas econômicas, promoveram ao cargo de presidente um parlamentar, até aquele momento, sem expressividade política. Aliás, segundo Rodrigues (2019), nas eleições de 2018, as igrejas neopentecostais não apenas foram protagonistas como bancaram o slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, quando o então candidato liderou uma campanha eleitoral sustentada por uma ampla coalizão formada por grupos conservadores, religiosos e de direita heterogêneos (ARRUDA et al, 2020, p. 05, grifo nosso) com pautas desavergonhadamente autoritárias.

Esse não é um fenômeno típico do Brasil, tem ocorrido em várias partes do mundo com maior ou menor intensidade. O alinhamento dos neopentecostais com os ultraconservadores e fundamentalistas religiosos tem contribuído para o crescimento da extrema direita com caráter nazifascista. No Brasil, a IURD tem liderado esse movimento de terceira

onda, mas, não é a única denominação religiosa nesse processo de recrudescimento das pautas morais associadas à perseguição a comunistas.

Assim, na atualidade brasileira, os discursos religiosos influenciam diretamente as políticas públicas do país. Essa revolução silenciosa não se limitou, portanto, ao crescimento numérico de seguidores, que enterrou cinco séculos de monopólio religioso católico em toda a América Latina, mas alcançou uma penetração pública e política bem planejada, com supostos fundamentos teológicos, frequentemente complementados por ambições políticas personalistas dos líderes dessas igrejas. Além disso, a agenda moral evangélica (pró-vida e pró-família) conseguiu transcender barreiras denominacionais e atrai tanto evangélicos quanto católicos às suas fileiras. Nesse sentido, pode-se afirmar que, em 2018, houve a consolidação das igrejas neopentecostais como novos atores na política brasileira (RODRIGUES, 2019 apud ARRUDA et al, 2020, p. 12).

O contexto de crise econômica aliado à crise política de 2016 (com origens nas jornadas de junho de 2013) formaram a base socioeconômica necessária aos apelos religiosos neopentecostais e às bandeiras políticas que elegeram Bolsonaro: a) defesa de armamento da população; b) combate à corrupção; c) guerra ao sistema; d) afrouxamento de leis e regulamentação das relações agropecuárias; e) controle ideológico nas instituições educacionais, entre outras.

Todas essas bandeiras devem ser analisadas à luz do contexto socioeconômico mundial marcadamente por alianças entre o capital financeiro e o agronegócio. Portanto, não explicadas apenas pelo movimento neopentecostal. Afinal, como “em qualquer tendência envolvendo um grande número de pessoas e acontecimentos, não há uma explicação única para o bolsonarismo ter se tornado tão popular” (ARRUDA et al, 2020, p. 14). Mas, dado o estado atual do jogo político de xadrez, é possível afirmar a importante influência do neopentecostalismo na política brasileira.

Essa influência, inclusive, ajuda a compreender a força desse movimento e a natureza fisiológica da bancada evangélica, que conseguem aglutinar fiéis entorno de pautas bastantes díspares como a liberação de armas, de veneno no campo e de um chamado

“respeito à vida” com a criminalização do aborto. Portanto, mais que um projeto de sociedade com um programa definido, está em curso (nas palavras de Rodolfo Capler) um projeto de poder que vigora sem pudores a mercantilização da fé.

## CAPITALISMO E RELIGIÃO

A origem ontológica dos rituais de natureza religiosa não tem relação com questões divinas, na verdade, diz respeito às atividades cotidianas do homem diante de fenômenos naturais, ou seja, rituais motivados por espantos, admirações e medos de acontecimentos naturais observados, os quais não têm explicação. Mesmo depois da introdução de divindade como inspiração para as atividades ritualísticas, as ações dos primeiros cristãos – não temos elementos suficientes para analisar as religiões fora do arco ocidental – em nada se parecem com os atuais. Professavam a fé em comunidades<sup>(12)</sup> comunais que repartiam tudo o que possuíam. Portanto, uma profissão de fé ancorada em decisões no âmbito das relações de produção, distribuição equitativa do que possuíam e produziam.

A religião, ao longo do tempo, se consolidou como parte do conjunto de relações que constitui a superestrutura, como uma instituição no interior da sociedade civil, corroborando enquanto forma ideológica na modelagem de consciências. Como afirmado por Marx em *Para a crítica da economia política*:

A totalidade das relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona em geral o processo da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência. [...] Com a transformação da base econômica altera-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura. Na consideração de tais transformações é necessário sempre distinguir entre a

transformação material - que se pode comprovar de maneira cientificamente rigorosa - das condições econômicas de produção e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas. (MARX, 1983, p. 8-9 apud CHAGAS, 2017, p. 134).

São as condições materiais de existência, expressas na totalidade das relações de produção, que condicionam a vida social como um todo, não o contrário. De tal modo que, no capitalismo, a religião e as demais formas superestruturais de dinâmica social são determinadas pela lógica de produção e acumulação de mais-valor. Nesse sentido, a função social da forma religiosa, segundo Marx, é a de conformar a força de trabalho ao redor da ideia de eternização das condições de exploração. Hoje isso se dá, por exemplo, com “sempre foi assim, sempre será assim, ou, é assim porque Deus quer”. Desse modo, se torna funcional ao capital o ópio religioso injetado na veia da classe trabalhadora, cotidianamente, para sufocar possíveis mobilizações ou convulsões sociais.

Antes de o florescimento do capitalismo, a sociedade estava dividida em ordens ou estados pré-definidos pelo privilégio do nascimento com sangue azul. O “primeiro estado era o clero, o segundo a nobreza, e o terceiro estado eram os plebeus livres em geral – o que colocava na mesma mochila de obrigações, interdições e tributos a burguesia, os empregados” (TRINDADE, 2010, p. 24) e o povo em geral.

A modernidade com as transformações em todas as esferas sociais, principalmente, na crítica ao direito canônico<sup>(13)</sup> não engendrou um mundo secularizado, portanto, laico. Ao contrário, livrou a burguesia das amarras de tributos e do pecado da usura. E impôs aos trabalhadores a flor de lótus, o entorpecente necessário para refrear a luta de classes. A religião é uma necessidade do capitalismo. Na *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* a liberdade individual, entre as prerrogativas fundamentais dos direitos do homem burguês, do cidadão, está a liberdade de professar religião. Aqui é preciso distinguir a espiritualidade individual ou a fé professada como atividade de cada indivíduo na esfera privada, da instituição religiosa funcional ao capital cujas as ações se dão



na esfera pública, sobretudo, quando se expressam com caráter fundamentalista (seja no eixo judaico, cristão, islâmico ou quaisquer outros). Como dito por Eduardo Ferreira Chagas, Marx

está em oposição à esfera do além, do “sagrado”, do Estado), no Estado (como um universal sagrado, eterno, uma totalidade, um guardião protetor), no capital (a fé no capital, visto como um grande deus, o deus-capital, o verdadeiro deus, o único deus real e vivo, o deus implacável, o deus sinistro, que faz e desfaz, que cria e destrói, que pode ser conhecido, visto, tocado, cheirado, provado, um deus todo-poderoso, ilimitado, eterno, internacional, universal, presente em todos os locais, manifestado sob diferentes formas), no “milagre” das tecnologias, na mercadoria (as transformações, as encarnações de uma mercadoria em outras), no reino do dinheiro, do ouro (o dinheiro como objeto adorado, venerado, como “a alma” do capitalismo, que move o universo e é mercadoria milagrosa, a qual contém em si outras mercadorias), nos “princípios sagrados, eternos” do trabalho (o trabalho como atividade sagrada, à qual deus compensa) (LAFARGUE, s/d, p. 16, 18, 33, 68-69), como objetos de adoração, que, embora profanos, laicos, se revestem de religiosidade, se apresentam de forma religiosa, ocultando seus conteúdos (CHAGAS, 2017, p. 135).

Nesse sentido, a forma religiosa não apenas corrobora para a consolidar a alienação aos valores do capitalismo como também fornece os elementos para que a própria relação-capital se imponha como religião universal, que a tudo e a todos corrompe. A forma religiosa vai além de cada instituição religiosa, diz respeito ao processo de alienação que incorpora a alma social de um dado tempo histórico. E sob o capitalismo, expressa o espírito das relações de base capitalista que cria um mundo supra-humano, acima do próprio homem, que o domina, o aprisiona e gera a *consciência invertida do mundo* na ideia de origem divina do mundo. No entanto,

o homem faz a religião, a religião não faz o homem. E a religião é de fato a autoconsciência e o sentimento de si do homem, que ou não se encontrou ainda ou voltou a se perder. Mas o homem não é um ser abstrato, acorocado fora do

mundo. O homem é o mundo do homem, o Estado, a sociedade. Este Estado e esta sociedade produzem a religião, uma consciência invertida do mundo [...]. A religião é a teoria geral deste mundo [...], sua lógica em forma popular [...], sua base geral de consolação e justificação. É a realização fantástica da essência humana [...]. Por conseguinte, a luta contra a religião é, indiretamente, a luta contra aquele mundo cujo aroma espiritual é a religião (MARX, 2005, p. 145).

Portanto, a luta contra a religião é a luta contra a realização fantástica da essência humana materializada na forma religiosa. Não se trata de ir contra esta ou aquela religião, mas, de fazer a crítica radical à consciência invertida do mundo. No fim da felicidade ilusória, propagada pela religião, está a felicidade real. Como dito por Marx, a miséria da religião expressa a miséria real de um povo. A crítica da religião implica a crítica do mundo, por sua transformação radical.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*O passado é mudo? Ou continuamos sendo surdos?*

Eduardo Galeano

Com o exposto nesse texto sobre a natureza, a função social do movimento evangélico e suas denominações ao longo da história é possível afirmar que a crítica marxista radical ao neopentecostalismo não se limita a esse movimento, seja terceira onda, segunda ou primeira e nem mesmo às suas raízes evangélicas. Diz respeito a crítica à religião e, mais que isso, se estende à forma religião que abarca todo o espectro da forma sagrada que expressa a consciência invertida do mundo. É tarefa histórica dos marxistas a abolição de toda forma de religião enquanto sol ilusório que gira entorno dos homens.

## NOTAS

(1) “Para o grande público, a Reforma Protestante é imediatamente associada a Martinho Lutero (1483-1546) e às suas 95 teses sobre a justificação pela fé. Contudo, antes de 1517 as deficiências da Igreja já eram evidentes e vários pensadores se delineavam como precursores da Reforma. O papel histórico de Lutero foi o de ampliar essas ideias e afirmar radicalmente uma tendência que já existia”. Disponível em <https://bit.ly/3wgtYqh>. Acesso em dezembro de 2021.

(2) Disponível em <https://bit.ly/3KSDGDs>. Acesso em janeiro de 2022.

(3) “A divisão internacional do trabalho significa que alguns países se especializam em ganhar e outros em perder. Nossa comarca no mundo, que hoje chamamos

América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se aventuraram pelos mares e lhe cravaram os dentes na garganta. Passaram-se os séculos e a América Latina aprimorou suas funções. Ela já não é o reino das maravilhas em que a realidade superava a fábula e a imaginação era humilhada pelos troféus da conquista, as jazidas de ouro e as montanhas de prata. Mas a região continua trabalhando como serviçal, continua existindo para satisfazer as necessidades alheias, como fonte e reserva de petróleo e ferro, de cobre e carne, frutas e café, matérias-primas e alimentos, destinados aos países ricos que, consumindo-os, ganham muito mais do que ganha a América Latina ao produzi-los” (GALEANO, 2010, p. 07).

<sup>(4)</sup> Relatório Especial, disponível em [140925\\_dmasi\\_relatorio\\_especial\\_Mudanca\\_religiosa\\_na\\_America\\_Latina\\_BR.pdf](https://140925_dmasi_relatorio_especial_Mudanca_religiosa_na_America_Latina_BR.pdf) (llorenteycuencia.com).

<sup>(5)</sup> Link para matéria: <https://bit.ly/3tlEvyL>. Acesso em janeiro de 2022.

<sup>(6)</sup> “Eu poderia ser um dos mais ricos, mas dificilmente alguém vai perguntar isso para um jogador de futebol, cantor, ator, apresentador. Então esse preconceito existe contra pastores. Ninguém pergunta isso para um papa, para um bispo da igreja católica”, pastor Valdomiro Santiago. Fonte, Nexo Jornal 2020.

<sup>(7)</sup> “Insistimos em que a potencialidade numérica dos evangélicos como eleitores pode decidir qualquer pleito eletivo”, Edir Macedo no livro “Plano de Poder: Deus, os Cristãos e a Política” de 2008, sobre o engajamento evangélico na política. Fonte, Nexo Jornal 2020.

<sup>(8)</sup> Disponível em <https://bit.ly/3u0eGDa>. Acesso em janeiro de 2022.

<sup>(9)</sup> A água benta vira água unguida, as manifestações dos orixás se transformam em rituais de exorcismo entre outras apropriações.

<sup>(10)</sup> <https://bit.ly/36cwXoW>. Acesso em janeiro de 2022.

<sup>(11)</sup> <https://bit.ly/365vNf3>, acesso em janeiro de 2022.

<sup>(12)</sup> “Os primeiros cristãos eram extremamente livres em seu comportamento moral. Até mesmo as famílias eram praticamente dissolvidas nas comunidades, devido à convivência em grandes grupos fechados. Prevalencia o cuidado coletivo com os filhos e os afazeres domésticos. Durante os cultos, as mulheres exerciam um papel tão importante quanto os homens e podiam conduzir qualquer cerimônia. Não se controlava a vida de ninguém, a não ser que o coletivo fosse realmente afetado. Viviam e oravam juntos, e pronto” Diego Cruz (2010), disponível em <https://bit.ly/3uali1R>. Acesso em dezembro de 2021.

<sup>(13)</sup> “Cada ordem regia-se por leis próprias, pois no regime feudal, mesmo nos seus estertores, não havia um direito nacional unificado, já que a própria estrutura da sociedade era fundada na diferença, no privilégio, não na igualdade. Fundamentalmente,

havia o direito canônico, o direito da nobreza e os institutos do direito romano – estes, aplicados principalmente nas relações comerciais e patrimoniais do terceiro estado. Quando, a partir do século XII, as cidades passaram a conquistar autonomia face aos feudos onde haviam se desenvolvido, ainda que como concessão dos senhores feudais, proliferaram também os direitos municipais<sup>21</sup>. Esses diversos ordenamentos jurídicos paralelos fixavam as funções de cada ordem na sociedade, assegurando privilégios, monopólios e isenções aos nobres e aos membros do alto clero, e tributos, obrigações e interdições ao restante da população” (TRINDADE, 2010, p. 24).

## BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, Jéssica de Abreu; COSTA, Guilherme Brum Rodrigues da; MAGALHÃES, Analice Soares. **Influência dos discursos religiosos evangélicos na campanha presidencial de 2018**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, Último Andar, São Paulo, v. 23, n° 35, jan-jun / 2020 p. 3 – 22.

CHAGAS, Eduardo Ferreira. **A crítica da religião como crítica da realidade social no pensamento de Karl Marx (In) Trans/Form/Ação**, Marília, v. 40, n. 4, p. 133-154, Out./Dez., 2017.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 2010. Disponível em <https://bit.ly/37FNjad>. Acesso em janeiro de 2022.

MAGALHÃES, Jacy Nazaré Rodrigues. **O Ressurgimento da religião na política: análise da influência da igreja neopentecostal na política brasileira e suas repercussões nas eleições de 2018**. Monografia, Brasília, UniCEUB, 2021.

MARX, Karl. **Crítica à filosofia do direito do direito de Hegel** – Introdução. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. **Um caso de religião e cultura**. REVISTA USP, São Paulo, n.74, p. 160-173, junho/agosto 2007.

PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. **Religiões e voto: a eleição presidencial de 1994**. Opinião Pública, v. 3, n. 1, p. 32-63, 1995. Disponível em <https://bit.ly/36rLrRU>. Acesso em janeiro de 2022.

RIBEIRO, M. M. **Antipetismo e conservadorismo no Facebook**. In: SOLANO, E. **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo. Boitempo, 2018.

RODRIGUES, N. L. R. **Evangélicos e a sociedade em rede: as eleições de 2018 e o impacto das redes sociais no Brasil**. Reflexus, v. 13, n. 21, p. 165-183, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/365KMpa>.

SILVA, Rachel Cabral da. **Conflitos religiosos e espaço urbano contemporâneo: cruzamento dos fenômenos de dispersão espacial dos sistemas de significações religiosas de neopentecostais e religiões afro-brasileiras no Rio de Janeiro**. Dissertação. Santa Maria, RS, UFSM, 2013.

TRINDADE, José Damião de Lima. **Os direitos humanos na perspectiva de Marx e Engels**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2010.

# JO SOCIALISMO E A RELIGIÃO

Vladimir Ilich Lênin

A sociedade contemporânea baseia-se toda na exploração das enormes massas operárias por uma minoria insignificante da população, pertencente às classes dos proprietários de terras e dos capitalistas. Essa sociedade é escravista, pois os operários “livres”, que trabalham a vida toda para o capital, “têm direito” apenas aos meios de subsistência indispensáveis para sustentá-los como escravos produtores do lucro e para assegurar e perpetuar a escravidão capitalista.

A opressão econômica dos operários gera inevitavelmente todas as formas de opressão política, de humilhação social, de embrutecimento e obscurecimento da vida espiritual e moral das massas. Os operários podem alcançar uma liberdade política maior ou menor para lutar por sua libertação econômica, mas nenhuma liberdade os livrará da miséria, do desemprego e da opressão enquanto não for derrubado o poder do capital. A religião é uma das formas de opressão espiritual que pesa em toda parte sobre as massas esmagadas por seu perpétuo trabalho para outros, pelas privações e pelo isolamento. A impotência das classes exploradas na luta contra os exploradores gera tão inevitavelmente a fé numa vida melhor após a morte como a impotência dos selvagens na luta contra a natureza gera a fé em deuses, diabos, milagres etc. Àquele que toda a vida trabalha e passa necessidades, a religião ensina a resignação e a paciência na vida terrena, consolando-o com a esperança da recompensa celeste. E àqueles que vivem do trabalho alheio, a religião ensina a filantropia na

vida terrena, propondo-lhes uma justificação muito barata para sua existência de exploradores e vendendo-lhes a preço módico bilhetes para a felicidade celestial. A religião é o ópio do povo. A religião é uma espécie de aguardente espiritual ruim na qual os escravos do capital afogam sua imagem humana e suas reivindicações de uma vida minimamente digna.

Mas o escravo que se deu conta de sua escravidão e se ergueu para a luta por sua libertação já deixou pela metade de ser escravo. O operário consciente moderno, formado pela grande indústria fabril e esclarecido pela vida urbana, repele com desprezo os preconceitos religiosos e deixa o céu à disposição dos popes<sup>(1)</sup> e dos carolas burgueses, conquistando uma vida melhor aqui na terra. O proletariado moderno põe-se ao lado do socialismo, que se vale da ciência na luta contra o nevoeiro religioso e liberta os operários da fé na vida após a morte por meio de sua arregimentação para uma verdadeira luta por uma vida terrena melhor.

A religião deve ser declarada um assunto privado – com essas palavras se exprime habitualmente a atitude dos socialistas perante a religião. Mas é preciso definir com exatidão o significado dessas palavras para que elas não causem nenhum mal-entendido. Exigimos que a religião se torne um assunto privado em relação ao Estado, mas não podemos de modo algum considerar a religião um assunto privado em relação a nosso próprio partido. O Estado não deve manter conúbio com a religião, e as sociedades religiosas não devem ligar-se ao poder

---

Vladimir Ilich Lênin foi uma das principais lideranças da Revolução Russa de 1917.

estatal. Cada um deve ser absolutamente livre para professar qualquer religião ou para não reconhecer nenhuma, isto é, para ser ateu, o que todo socialista geralmente é. São absolutamente inadmissíveis quaisquer diferenças entre os cidadãos quanto a seus direitos conforme suas crenças religiosas. Deve ser totalmente eliminada até mesmo qualquer referência à religião dos cidadãos em documentos oficiais. Não deve haver qualquer subvenção a uma Igreja estatal nem qualquer pagamento de somas do Estado a sociedades eclesiásticas e religiosas, que devem tornar-se associações de cidadãos correlegionários absolutamente livres e independentes das autoridades. Só a satisfação plena dessas reivindicações pode acabar com aquele passado vergonhoso e maldito em que a Igreja se encontrava numa dependência servil em relação ao Estado e em que os cidadãos russos se encontravam numa dependência servil em relação à Igreja estatal, em que existiam e eram aplicadas leis medievais e inquisitoriais (que ainda hoje permanecem nos nossos códigos e regulamentos penais) que perseguiam pessoas pela sua fé ou descrença, que violavam a consciência do indivíduo e que vinculavam sinecuras e rendimentos públicos à distribuição de uma ou outra “drogas” pela Igreja estatal. Completa separação entre Igreja e Estado – eis a reivindicação que o proletariado socialista apresenta ao Estado e à Igreja atuais.

A revolução russa deve realizar essa reivindicação como um componente indispensável da liberdade política. Nesse aspecto, a revolução russa situa-se em condições particularmente vantajosas, pois o abominável burocratismo da autocracia policial-feudal causou descontentamento, agitação e indignação até mesmo entre o clero. Por mais embrutecido, por mais ignorante que fosse o clero ortodoxo russo, até ele foi agora acordado pelo estrondo da queda da velha ordem medieval na Rússia. Até ele adere à reivindicação de liberdade, protesta contra o burocratismo e a arbitrariedade dos funcionários públicos e contra a fiscalização policial imposta aos “servos de Deus”. Nós, socialistas, devemos apoiar esse movimento, levando a cabo as reivindicações dos membros honestos e sinceros do clero, cumprindo as promessas de liberdade que lhes fizemos e exigindo deles que rompam decididamente todos os laços entre a religião e a polícia. Ou vocês são sinceros, e então devem defender a completa separação entre Igreja e Estado, entre escola e Igreja, e a completa e incondicional declaração da religião como um assunto privado; ou vocês não aceitam essas consequentes reivindicações de liberdade, e então quer dizer que ainda são prisioneiros das tradições da Inquisição, então quer dizer que ainda se encostam às sinecuras e rendimentos públicos, então quer dizer que vocês não acreditam na força espiritual de sua

arma, continuam a extorquir o poder estatal – então os operários conscientes de toda a Rússia declarar-lhes-ão uma guerra implacável.

Em relação ao partido do proletariado socialista, a religião não é um assunto privado. Nosso partido é uma associação de combatentes conscientes e de vanguarda pela libertação da classe operária. Essa associação não pode nem deve ser indiferente à inconsciência, à ignorância ou ao obscurantismo das crenças religiosas. Reivindicamos a completa separação entre Igreja e Estado para lutar contra o nevoeiro religioso com armas tão-somente ideológicas, com nossa imprensa e com nossa voz. Mas nós fundamos nosso partido, o POSDR,<sup>(2)</sup> entre outras coisas, precisamente para essa luta contra o entontecimento religioso dos operários. E para nós a luta ideológica não é um assunto privado, mas um assunto de todo o partido e de todo o proletariado.

Se é assim, por que não declaramos em nosso programa que somos ateus? Por que não proibimos os cristãos e os que acreditam em Deus de entrar em nosso partido? A resposta a essa pergunta deve esclarecer a importantíssima diferença entre a maneira democrático-burguesa e a social-democrata de colocar a questão da religião.

Nosso programa baseia-se todo numa concepção científica, a saber, materialista do mundo. Por isso, o esclarecimento de nosso programa necessariamente inclui também o esclarecimento das verdadeiras raízes históricas e econômicas do nevoeiro religioso. Nossa propaganda também inclui necessariamente a propaganda do ateísmo; a edição da literatura científica correspondente, que o poder estatal autocrático-feudal rigorosamente proibia e perseguia até agora, deve atualmente constituir um dos ramos de nosso trabalho partidário. Teremos agora, provavelmente, de seguir o conselho que Engels deu certa vez aos socialistas alemães: traduzir e difundir maciçamente a literatura iluminista e ateuista francesa do século 18.<sup>(3)</sup>

Mas ao fazê-lo jamais devemos cair no modo abstrato e idealista de colocar a questão religiosa “a partir da razão”, fora da luta de classes, como não raro é feito pelos democratas radicais da burguesia. Seria um absurdo pensar que, numa sociedade baseada na opressão e no embrutecimento infundáveis das massas operárias, pode-se dissipar os preconceitos religiosos unicamente por meio da propaganda. Seria estreiteza burguesa esquecer que o jugo da religião sobre a humanidade é apenas produto e reflexo do jugo econômico que existe dentro da sociedade. Nenhum livrete ou propaganda pode esclarecer o proletariado se sua própria luta contra as forças obscuras do capitalismo não o esclarecer. A unidade dessa luta realmente revolucionária da classe oprimida pela criação do paraíso na terra é mais importante para nós do que a unidade de opiniões dos proletários sobre o

paraíso no céu.

Eis por que não declaramos nem devemos declarar nosso ateísmo em nosso programa; eis por que não proibimos nem devemos proibir aos proletários que conservaram vestígios dos velhos preconceitos de aproximar-se de nosso partido. Sempre pregaremos a concepção científica do mundo, e é indispensável que lutemos contra a incoerência dos “cristãos”, mas isso não significa de modo algum que se deva pôr a questão religiosa em primeiro lugar, o qual de maneira alguma lhe pertence, nem que se deva permitir a dispersão das forças da luta econômica e política realmente revolucionária por causa de opiniões ou delírios insignificantes que perdem rapidamente todo significado político e são rapidamente jogados no ferro-velho pelo próprio curso do desenvolvimento econômico.

Em toda parte a burguesia reacionária inquietou-se e começa agora também em nosso país a buscar atizar a hostilidade religiosa, a fim de desviar para ela a atenção das massas voltadas às questões econômicas e políticas realmente importantes e fundamentais, as quais o proletariado de toda a Rússia, praticamente unido em sua luta revolucionária, está agora resolvendo. Essa política reacionária de dispersão das forças proletárias, que hoje se manifesta principalmente nos pogroms das Centúrias Negras,<sup>(4)</sup> talvez pense amanhã em outras formas mais refinadas. Nós, em todo caso, opor-lhe-emos uma propaganda

tranquila, sóbria e paciente da solidariedade proletária e da concepção científica do mundo, livre de todo atijamento de divergências secundárias.

O proletariado revolucionário conseguirá tornar a religião um assunto realmente privado para o Estado, e nesse regime político depurado do bolor medieval, travará uma luta forte e aberta pela eliminação da escravidão econômica, verdadeira fonte do entontecimento religioso da humanidade.

## NOTAS

Texto escrito em 1905, publicado no jornal *Nóvaia Jizn*, nº 28, 3 de dezembro de 1905

- (1) Sacerdotes ortodoxos. (N.T.)
- (2) Partido Operário Social-Democrata da Rússia, que futuramente se tornaria o Partido Comunista soviético. (N.T.)
- (3) Ver artigo de Friedrich Engels, “Programa dos Refugiados Blanquistas da Comuna” (artigo II da série “Literatura de Refugiados”). [N.T.: O artigo pode ser encontrado em português em Karl Marx e Friedrich Engels, *Obras escolhidas em três tomos*, tomo II, Lisboa, Avante; Moscou, Progresso, 1983, pp. 411-418. A referência citada está na p. 415.
- (4) Movimento paramilitar ultranacionalista e xenófobo que suportava o regime tsarista contra os movimentos revolucionários de oposição. (N.T.)

# A ATITUDE DO PARTIDO OPERÁRIO DIANTE DA RELIGIÃO

Vladimir Ilich Lênin

O discurso do deputado Surkov na Duma do Estado durante o debate sobre o orçamento da Igreja, e a discussão em nossa minoria da Duma, ao examinar o projeto desse discurso que publicamos a seguir —, levantaram um problema de enorme importância e atualidade. Não resta dúvida de que o interesse por tudo o que diz respeito à religião envolve agora amplos setores da “sociedade” e penetra nas fileiras dos intelectuais que estão próximos do movimento operário e em certos meios operários. A socialdemocracia<sup>(1)</sup> tem o dever inquestionável de esclarecer sua atitude diante da religião.

A socialdemocracia assenta toda a sua concepção do mundo no socialismo científico, ou seja, no marxismo. A base filosófica do marxismo, como disseram várias vezes Marx e Engels, é o materialismo dialético, que assumiu plenamente as tradições históricas do materialismo do século XVIII na França e o de Feuerbach (primeira metade do século XIX) na Alemanha, do materialismo incondicionalmente ateu e decididamente hostil a toda religião. Recordemos que o livro *Anti-During*, de Engels, que Marx leu ainda manuscrito, acusa o materialista e ateu Dühring de ser inconsequente em seu materialismo e de haver deixado brechas para a religião e a filosofia religiosa. Recordemos que em sua obra sobre Ludwig Feuerbach, Engels o acusa de haver lutado contra a religião, mas não para destruí-la e sim para renová-la, para criar uma religião nova, “sublime” etc. A religião é o ópio do povo<sup>(2)</sup>. Esta frase de Marx é a pedra angular de toda a concepção marxista da questão religiosa. O marxismo considera sempre que todas as religiões e igrejas modernas, todas e cada uma das organizações religiosas, são

órgãos da reação burguesa a serviço da defesa da exploração e do embrutecimento da classe operária

No entanto, Engels também condenou as tentativas daqueles que, para serem “mais esquerdistas” ou “mais revolucionários” que a socialdemocracia, pretendiam introduzir no programa do partido operário o reconhecimento categórico do ateísmo como uma declaração de guerra à religião. Em 1874, ao referir-se ao famoso manifesto dos comuneros blanquistas emigrados em Londres, Engels chamava de estupidez sua histórica declaração de guerra contra a religião, afirmando que essa atitude era o melhor meio de despertar o interesse pela religião e dificultar sua verdadeira extinção. Engels acusava os blanquistas de serem incapazes de compreender que só a luta de classe das massas operárias, ao atrair amplamente os grandes setores do proletariado para uma prática social consciente e revolucionária, será capaz de livrar verdadeiramente as massas oprimidas do jugo da religião, enquanto que declarar como missão política do partido operário a guerra contra a religião é uma frase anarquista<sup>(3)</sup>.

E em 1877, ao condenar sem piedade, no *Anti-Dühring*, as mais ínfimas concessões do filósofo Dühring ao idealismo e à religião, Engels condenava com não menos energia sua ideia pseudorevolucionária sobre a proibição da religião na sociedade socialista.

Declarar semelhante guerra à religião, dizia Engels, significaria “ser mais bismarckista que Bismarck”, ou seja, repetir a estupidez de sua luta contra os clérigos (a famosa “luta pela cultura”, *Kulturkampf*, ou seja, a luta mantida por Bismarck na década de 1870 contra o Partido Católico Alemão, o

partido do “Centro”, mediante perseguições policiais ao catolicismo<sup>(4)</sup>. A única coisa que Bismarck conseguiu com essa luta foi fortalecer o clericalismo militante dos católicos e prejudicar a causa da verdadeira cultura, pois colocou em primeiro plano as divisões religiosas ao invés das divisões políticas, distraíndo assim a atenção de alguns setores da classe operária e da democracia das tarefas essenciais da luta de classe e revolucionária para orientá-los para o anticlericalismo burguês mais superficial e enganoso.

Ao acusar Dühring, que pretendia aparecer como ultrarrevolucionário, de querer repetir de outra forma a mesma estupidez de Bismarck, Engels requeria do partido operário que soubesse trabalhar com paciência para organizar e esclarecer o proletariado, para realizar uma obra que conduza à extinção da religião, e não se lançar à aventura de uma guerra política contra a religião.<sup>(5)</sup>

Este ponto de vista penetrou na socialdemocracia alemã, que se manifestou, por exemplo, a favor da liberdade de ação dos jesuítas, a favor de sua admissão na Alemanha e da abolição de todas as medidas de perseguição policial contra uma ou outra religião. “Declarar a religião um assunto privado”: este famoso ponto do Programa de Erfurt de 1891<sup>(6)</sup> embasou essa tática política da socialdemocracia. Essa tática já se tornou rotina, chegou a criar uma nova distorção do marxismo no sentido contrário, no sentido oportunista.

A tese do Programa de Erfurt começou a ser interpretada no sentido de que nós, os socialdemocratas, nosso Partido, considera a religião um assunto privado; que para nós, como socialdemocratas, como Partido, a religião é um assunto privado. Sem polemizar diretamente com esse ponto de vista oportunista, Engels achou necessário combatê-lo com energia, não de forma polêmica, mas de modo positivo. Ou seja: Engels o fez mediante uma declaração em que ressaltava que a socialdemocracia considera a religião como um assunto privado em relação ao Estado, mas de modo algum com relação a si mesma, com relação ao

marxismo, com relação ao partido operário.<sup>(7)</sup>

Essa é a história externa das manifestações de Marx e Engels sobre a religião. Para quem enfoca com negligência o marxismo, para quem não sabe ou não quer meditar, essa história é um acúmulo de contradições absurdas e vaivéns do marxismo: uma espécie de amálgama de ateísmo “consequente” e “condescendências” para com a religião, vacilações “carentes de princípios” entre a guerra revolucionária contra Deus e a aspiração covarde de “adaptar-se” aos operários crentes, o medo de espantá-los, etc., etc. Nas publicações dos charlatões anarquistas é possível encontrar vários ataques dessa índole ao marxismo.

Mas quem é capaz de focar com um mínimo de seriedade o marxismo, de se aprofundar em suas bases filosóficas e na experiência da socialdemocracia internacional, verá com facilidade que a tática do marxismo diante da religião é profundamente consequente e que Marx e Engels pensaram bem; verá que o que os diletantes ou ignorantes consideram vacilações é uma conclusão direta e inquestionável do materialismo dialético. Seria um erro crasso pensar que a aparente “moderação” do marxismo diante da religião se explica por simples razões “táticas”, pelo desejo de “não espantar”, etc. Pelo contrário: a linha política do marxismo está indissolúvelmente ligada a seus princípios filosóficos também nesta questão.

Marxismo é materialismo. Por essa razão, o marxismo é um inimigo tão implacável da religião quanto o materialismo dos enciclopedistas do século XVIII<sup>(8)</sup> ou o materialismo de Feuerbach. Isso é inquestionável. Mas o materialismo dialético de Marx e Engels vai mais longe que os enciclopedistas e Feuerbach ao aplicar a filosofia materialista à história e às ciências sociais. Devemos lutar contra a religião. Esse é o ABC de todo materialismo e, portanto, do marxismo. Mas o marxismo não é um materialismo que se detém no ABC. O marxismo vai mais longe. Afirma: é preciso saber lutar contra a religião, e para isso é necessário explicar, do ponto de vista materialista, as origens da fé e da religião entre as massas.

A luta contra a religião não pode se limitar nem se reduzir à pregação ideológica abstrata; é preciso vincular essa luta à atividade prática concreta do movimento de massas, que tende a eliminar as raízes sociais da religião. Por que a religião persiste entre os setores atrasados do proletariado urbano, entre as vastas camadas semiproletárias e entre a massa camponesa? Pela ignorância do povo, respondem o burguês progressista, o radical ou o burguês materialista. Portanto, abaixo a religião e viva o ateísmo!, a difusão das concepções ateístas é nossa principal tarefa. O marxista diz: não é assim. Essa posição é uma ficção cultural superficial, burguesa, limitada. Essa opinião não é profunda e não explica as raízes da religião de um modo

**“ A RAIZ MAIS PROFUNDA DA RELIGIÃO EM NOSSOS TEMPOS É A OPRESSÃO SOCIAL DAS MASSAS TRABALHADORAS, SUA APARENTE IMPOTÊNCIA TOTAL FRENTE ÀS FORÇAS CEGAS DO CAPITALISMO, QUE A CADA DIA E A CADA HORA CAUSA AOS TRABALHADORES SOFRIMENTOS E MARTÍRIOS MIL VEZES MAIS TERRÍVEIS E SELVAGENS QUE QUALQUER ACONTECIMENTO EXTRAORDINÁRIO, COMO AS GUERRAS E OS TERREMOTOS ”**

materialista, e sim, idealista. Nos países capitalistas contemporâneos, essas raízes são, principalmente, sociais.

A raiz mais profunda da religião em nossos tempos é a opressão social das massas trabalhadoras, sua aparente impotência total frente às forças cegas do capitalismo, que a cada dia e a cada hora causa aos trabalhadores sofrimentos e martírios mil vezes mais terríveis e selvagens que qualquer acontecimento extraordinário, como as guerras e os terremotos. “O medo criou os deuses”. O medo à força cega do capital — cega porque não pode ser prevista pelas massas do povo — que a cada passo ameaça o proletário ou o pequeno proprietário com a perdição, a ruína “inesperada repentina”, “casual”, transformando-o em mendigo, em indigente, lançando-o à prostituição, à morte pela fome: eis aqui a raiz da religião contemporânea que o materialista deve levar em conta antes, se não quiser morrer como aprendiz de materialista. Nenhum folheto educativo será capaz de arrancar a religião do seio das massas oprimidas enquanto as massas não aprenderem a lutar unidas e organizadas, de modo sistemático e consciente, contra as raízes da religião, contra o domínio do capital em todas as suas formas.

Então, a conclusão disso tudo é que o folheto educativo antirreligioso é nocivo ou supérfluo? Não. A conclusão é bem diferente. A conclusão é que a propaganda ateia da socialdemocracia deve estar subordinada à sua tarefa fundamental: o fortalecimento da luta de classes das massas exploradas contra os exploradores.

Quem não tenha refletido sobre os princípios do materialismo dialético, ou seja, da filosofia de Marx e Engels, talvez não compreenda (ou, pelo menos, não compreenda de imediato) esta tese. Perguntará: como é possível subordinar a propaganda ideológica, a pregação de certas ideias, a luta contra um inimigo da cultura e do progresso que persiste há milhares de anos (ou seja, contra a religião) à luta de classes, à luta por objetivos práticos determinados no terreno econômico e político?

Esta objeção está entre as que são feitas diariamente contra o marxismo e testemunha a total incompreensão da dialética de Marx. A contradição que lança na perplexidade aqueles que pensam assim é uma contradição real da própria vida, uma contradição dialética e não verbal ou inventada. Separar com uma barreira absoluta, intransponível, a

propaganda teórica do ateísmo, a destruição das crenças religiosas entre certos setores do proletariado, e o êxito, a marcha, as condições da luta de classes desses setores significa pensar de modo não-dialético, converter em barreira absoluta o que é apenas uma barreira móvel e relativa; significa desvincular, por meio da violência, o que está indissolivelmente ligado na vida real.

Vejamus um exemplo. O proletariado de determinada região e de determinado ramo industrial se divide, suponhamos, em um setor avançado de socialdemocratas bastante conscientes que, naturalmente, são ateus — e em outro setor de operários bastante atrasados, ainda vinculados ao campo e aos camponeses, que acreditam em Deus, frequentam a igreja e inclusive estão sob a influência direta do padre local, que cria uma organização operária cristã. Suponhamos, também, que a luta econômica nessa localidade tenha levado à greve. O marxista tem o dever de colocar em primeiro plano a vitória do movimento grevista, de opor-se decididamente à divisão dos operários entre ateus e cristãos e de combater essa divisão. Nessas condições, a pregação ateísta pode ser supérflua e nociva, não do ponto de vista das considerações dos filisteus de que não se deve espantar os setores atrasados ou perder votos nas eleições, mas do ponto de vista do progresso efetivo da luta de classes que, nas circunstâncias da sociedade capitalista moderna, levará os operários cristãos à socialdemocracia e ao ateísmo cem vezes melhor que a mera propaganda ateia. Nesse momento e nessa situação, o pregador do ateísmo só favoreceria o padre e os padres, que só querem substituir a divisão dos operários segundo sua intervenção no movimento grevista pela divisão em crentes e ateus.

O anarquista, ao pregar a guerra contra Deus a todo custo, ajuda, de fato, os padres e a burguesia (da mesma forma que os anarquistas sempre ajudam, de fato, a burguesia). O marxista deve ser materialista, ou seja, inimigo da religião; mas deve ser um materialista dialético, ou seja, não deve colocar a luta contra a religião no terreno abstrato, puramente teórico, de pregação sempre igual, mas de modo concreto, sobre a base da luta de classes que se trava de fato e que educa as massas melhor do que tudo. O marxista deve saber levar em conta toda a situação concreta, encontrando sempre o limite entre o anarquismo e o oportunismo (esse limite é relativo, móvel,

**“NENHUM FOLHETO EDUCATIVO SERÁ CAPAZ DE ARRANCAR A RELIGIÃO DO SEIO DAS MASSAS OPRIMIDAS ENQUANTO AS MASSAS NÃO APRENDEREM A LUTAR UNIDAS E ORGANIZADAS, DE MODO SISTEMÁTICO E CONSCIENTE, CONTRA AS RAÍZES DA RELIGIÃO, CONTRA O DOMÍNIO DO CAPITAL EM TODAS AS SUAS FORMAS”**

variável, mas existe), e não cair no “revolucionarismo” abstrato, verbal e, na verdade, vazio do anarquista, nem no oportunismo do pequeno-burguês ou do intelectual liberal, que teme a luta contra a religião, esquece essa tarefa, se resigna com a fé em Deus e não se contenta pelos interesses da luta de classes, e sim pelo mesquinho e mísero cálculo de não ofender, não afastar ou assustar, prendendo-se à máxima ultra sábia de “vive e deixa viver” etc., etc.

Desse ponto de vista, é preciso resolver todas as questões parciais relativas à atitude da socialdemocracia diante da religião. Por exemplo, pergunta-se com frequência se um sacerdote pode ser membro do Partido Socialdemocrata e, em geral, responde-se de modo afirmativo incondicional, invocando a experiência dos partidos socialdemocratas europeus. Mas essa experiência não é fruto apenas da aplicação da doutrina marxista ao movimento operário, e sim também das condições históricas especiais do Ocidente, que não existem na Rússia (mais adiante falaremos delas); de modo que a resposta afirmativa incondicional é, nesse caso, errônea. Não se pode declarar de uma vez para sempre e para todas as situações que os sacerdotes não podem ser membros do Partido Socialdemocrata, mas tampouco se pode estabelecer de uma vez para sempre a regra contrária. Se um sacerdote vem até nós para realizar uma ação política conjunta e cumpre com probidade o trabalho do partido, sem combater seu programa, podemos admiti-lo nas fileiras socialdemocratas: nessas condições, a contradição entre o espírito e os princípios de nosso programa, por um lado, e as convicções religiosas do sacerdote, por outro, poderia continuar sendo uma contradição pessoal sua, que só afeta a ele, já que uma organização política não pode investigar seus militantes para saber se não existe contradição entre suas concepções e o programa do partido, mas é claro que um caso como esse poderia ser uma exceção inclusive na Europa, mas na Rússia já é muito pouco provável.

E se, por exemplo, um sacerdote entrasse no Partido Socialdemocrata e começasse a fazer, como ação principal e quase única, a pregação ativa das concepções religiosas, o partido, sem dúvida teria que expulsá-lo de suas fileiras. Devemos não só admitir, mas atrair sem falta para o Partido Socialdemocrata todos os operários que conservam a fé em Deus; nos opomos categoricamente a que se faça qualquer tipo de ofensa a suas crenças religiosas, mas os atraímos para educá-los no espírito de nosso programa e não para que lutem ativamente contra ele. Admitimos dentro do partido a liberdade de opinião, mas até certo limite, determinado pela liberdade de organização: não somos obrigados a marchar ombro a ombro com os defensores ativos de opiniões que sejam repudiadas pela maioria do partido.

Outro exemplo. Podemos condenar por igual, em todas as circunstâncias, os militantes do Partido Socialdemocrata por declarar “o socialismo é minha religião” e defender opiniões de acordo com essa declaração? Não.

O desvio do marxismo (e, em consequência, do socialismo), neste caso, é claro; mas a importância desse desvio, seu peso específico, por assim dizer, pode ser diferente em diferentes circunstâncias. Uma coisa é quando o agitador, ou a pessoa que intervém diante das massas operárias, fala assim para que o compreendam melhor, para começar sua explanação ou apresentar com maior clareza seus conceitos nos termos mais populares entre uma massa pouco culta. Mas outra coisa é quando um escritor começa a pregar a “construção de Deus”<sup>(9)</sup> ou o socialismo dos construtores de Deus (no espírito, por exemplo, de nossos Lunacharski e Cia.). Na mesma medida em que, no primeiro caso, a condenação seria injusta e inclusive uma limitação inadequada da liberdade do agitador, da liberdade de influência “pedagógica”, no segundo caso, a condenação por parte do partido é indispensável e obrigatória. Para uns, a tese de que “o socialismo é uma religião” é uma forma de passar da religião ao socialismo; para outros, do socialismo à religião.

Vejamos agora as condições que deram origem, no Ocidente, à interpretação oportunista da tese “declarar a religião como assunto privado”. Nisso influíram, naturalmente, as causas comuns que dão origem ao oportunismo em geral, como sacrifício dos interesses fundamentais do movimento operário em prol das vantagens momentâneas. O partido do proletariado exige do Estado que declare a religião um assunto privado; mas não considera, absolutamente, “assunto privado” a luta contra o ópio do povo, a luta contra as superstições religiosas, etc. Os oportunistas distorcem a questão, como se o Partido Socialdemocrata considerasse a religião um assunto privado!

Mas, além da habitual deformação oportunista (não explicada em absoluto durante os debates que nossa minoria manteve na Duma ao analisar a questão da religião), existem condições históricas especiais que suscitaram, se me permitem a expressão, a excessiva indiferença atual do socialdemocrata europeu diante da questão religiosa. São condições de dois gêneros. Primeiro, a tarefa da luta contra a religião é historicamente uma tarefa da burguesia revolucionária, e a democracia burguesa do Ocidente, na época de suas revoluções ou de seus ataques ao feudalismo e ao espírito medieval, a cumpriu (ou cumpria) de forma considerável. Tanto na França como na Alemanha existe a tradição da guerra burguesa contra a religião, guerra iniciada muito antes de aparecer o socialismo (os enciclopedistas, Feuerbach). Na Rússia, de acordo com as condições

de nossa revolução democrático-burguesa, também essa tarefa recai quase inteiramente nos ombros da classe operária. Em nosso país a democracia pequeno-burguesa (populista) não fez muito a respeito (como crêem os Kadetes de Veji<sup>(10)</sup>); de fato, fez muito pouco em comparação com a Europa.

Por outro lado, a tradição da guerra burguesa contra a religião criou na Europa uma deformação especificamente burguesa dessa guerra por parte do anarquismo que, como explicaram os marxistas várias vezes, se situam no terreno da concepção burguesa do mundo, apesar de todo a “fúria” de seus ataques à burguesia. Os anarquistas e os blanquistas nos países latinos, Most (que, aliás, discípulo de Dühring) e Cia. na Alemanha e os anarquistas na década de 80 na Áustria levaram ao extremo o discurso revolucionário em sua luta contra a religião. Não é de estranhar que, agora, os socialdemocratas europeus caiam no extremo oposto dos anarquistas. Isso é compreensível e, até certo ponto, legítimos; mas nós, os socialdemocratas russos, não podemos esquecer as condições históricas especiais do Ocidente.

Segundo, no Ocidente, depois das revoluções burguesas nacionais, depois de haver sido implantada a liberdade de consciência mais ou menos completa, a questão da luta democrática contra a religião ficou tão renegada historicamente a segundo plano pela luta da democracia burguesa contra o socialismo, que os governos burgueses tentaram conscientemente desviar as atenções das massas do socialismo, organizando “cruzadas” liberais contra o clericalismo. O Kultur Kampf na Alemanha e a luta dos republicanos burgueses na França contra o clericalismo também tinha esse caráter. O anticlericalismo burguês, como meio de desviar as atenções das massas operárias do socialismo, precedeu no Ocidente a difusão, entre os socialdemocratas, de sua atual “indiferença” diante da luta contra a religião. E também isto é compreensível e legítimo, porque os socialdemocratas precisavam opor ao anticlericalismo burguês e bismarckiano justamente a subordinação da luta contra a religião à luta pelo socialismo.

Na Rússia, as condições são completamente distintas. O proletariado é o dirigente de nossa revolução democrático-burguesa. Seu partido deve ser o dirigente ideológico na luta contra tudo o que é medieval, incluindo a velha religião oficial e todas as tentativas de renová-la ou fundamentá-la novamente ou sobre uma nova base, etc. Por isso, se Engels corrigia com relativa suavidade o oportunismo

dos socialdemocratas alemães que haviam substituído a reivindicação do partido operário de que o Estado declarasse a religião um assunto privado, definindo eles mesmos a religião como assunto privado para os próprios socialdemocratas e para o Partido Socialdemocrata, é lógico que a aceitação desse desvio alemão pelos oportunistas russos mereceria uma condenação cem vezes mais dura por parte de Engels.

Ao declarar, da tribuna da Duma, que a religião é o ópio do povo, nossa minoria atuou de modo completamente justo, sentando com isso um precedente que deverá servir de base para todas as manifestações dos socialdemocratas russos sobre a religião. Deveria ter ido mais longe, elaborando com mais detalhes as conclusões ateístas? Cremos que não. Isso poderia ter gerado o perigo de que o partido político do proletariado inflasse a luta antirreligiosa, poderia ter levado a apagar a linha divisória entre a luta burguesa e a luta socialista contra a religião. A primeira tarefa da minoria socialdemocrata na Duma centurio-negrista foi cumprida com honra.

A segunda e talvez a principal tarefa dos socialdemocratas — explicar o papel de classe cumprido pela Igreja e o clero ao apoiar o governo centurio-negrista e à burguesia em sua luta contra a classe operária —, também foi cumprida com honra. É claro que sobre este tema se poderia dizer muito mais, e as intervenções posteriores dos socialdemocratas saberão completar o discurso do camarada Surkov. No entanto, seu discurso foi magnífico e sua difusão por todas as nossas organizações é um claro dever do partido.

A terceira tarefa consistia em explicar com toda minúcia o sentido justo da tese que com tanta frequência é deformada pelos oportunistas alemães: “declarar a religião um assunto privado”. Por desgraça, o camarada Surkov não o fez. Isso é de se lamentar, porque na atividade anterior da minoria, o camarada Belousov cometeu um erro nessa questão, que foi depois apontado em Proletário. Os debates na minoria demonstram que a discussão em torno do ateísmo a impediu de ver como expor corretamente a famosa reivindicação de declarar a religião um assunto privado. Não acusaremos apenas o camarada Surkov desse erro que é de toda a minoria. Mais ainda: reconhecemos francamente que a culpa corresponde a todo o partido por não haver explicado suficientemente essa questão, por não haver inculcado suficientemente na consciência dos socialdemocratas o significado da observação de



Engels aos oportunistas alemães. Os debates na minoria demonstram que isso foi, justamente, uma compreensão confusa da questão e não falta de desejos de respeitar a doutrina de Marx; por isso, estamos seguros de que esse erro será corrigido nas próximas intervenções da minoria.

Em resumo, repetimos que o discurso do camarada Surkov é magnífico e deve ser difundido por todas as organizações. Ao discutir o conteúdo desse discurso, a minoria demonstrou que cumpre com seu dever socialdemocrata. Só nos resta torcer para que no jornal do Partido apareçam com mais frequência informações sobre os debates no seio da minoria, para aproximá-la do Partido, para divulgar o intenso trabalho efetuado pela minoria e estabelecer a unidade ideológica na atuação de ambos.

## NOTAS

Texto publicado pela primeira vez em *Proletário*, número 45, de 13 (26) de maio de 1909.

(1) Lênin refere-se ao Partido Socialdemocrata russo, que depois deu origem ao Partido Bolchevique

(2) Ver K. Marx, “Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel”. (K. Marx e F. Engels, *Obras Completas*, vol. 1)

(3) Ver F. Engels, “A literatura de emigrado”. (K. Marx e F. Engels, *Obras Completas*, vol. XVIII.)

(4) Refere-se a Kulturkampf (“Luta pela cultura”) que era como os burgueses liberais chamavam o conjunto de medidas legais adotadas na década de 70 do século XIX, pelo governo de Bismarck sob o rótulo de luta por uma cultura laica e com vistas a opor-se à igreja católica e ao partido do “Centro”, que davam apoio às tendências separatistas dos latifundiários e da burguesia dos pequenos e médios Estados do sudoeste da Alemanha. A política de Bismarck também visava a desviar da luta de classes uma parte da classe operária mediante a incitação ao fanatismo religioso. Na década de 80, a fim de unir as forças reacionárias, Bismarck aboliu grande parte dessas medidas.

(5) Ver F. Engels, *Anti-Duhring*, terceira parte; O Estado, a família e a educação.

(6) O Programa de Erfurt, da socialdemocracia alemã, foi aprovado em outubro de 1891 no congresso de Erfurt para substituir o Programa de Gotha de 1875, e representou um passo adiante em relação a este último porque nele se repudiava as exigências lassalleanas. No entanto, também continha graves erros; não

tratava da teoria da ditadura do proletariado, das exigências de derrubar a monarquia e fundar a república democrática. Em junho de 1891, Engels criticou o projeto desse programa. (K. Marx e E. Engels, “A crítica do projeto de programa do Partido Socialdemocrata de 1891”, *Obras Completas*, vol. XXII.)

(7) Refere-se à “Introdução” de F. Engels ao folheto de K. Marx *A guerra civil na França*, 3ª edição alemã.

(8) Enciclopedistas: grupo de ideólogo civilizadores franceses do século XVIII, que se unam para publicar a *Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* (1751-1780) e por isso se denominam assim. Seu organizador e editor chefe foi Denis Diderot. Os enciclopedistas estavam categoricamente contra a igreja católica, a escolástica e o privilégio do sistema feudal, e desempenharam um papel nada insignificante na preparação ideológica da revolução burguesa na França de fins do século XVIII.

(9) Construção de Deus: corrente religioso-filosófica hostil ao marxismo, aparecida no período da reação stoliniana entre uma parte dos intelectuais do Partido, que se desviaram do marxismo depois da derrota da revolução de 1905-1907. Os construtores de Deus (Lunacharski, Bazárov e outros) pregavam a criação de uma religião nova, “socialista” tentavam reconciliar o marxismo com a religião. Em uma época, Máximo Gorki se uniu a eles. A reunião da redação ampliada do *Proletário* condenou essa corrente e em uma resolução especial declarou que a fração bolchevique não tinha nada em comum com tal desvio do socialismo científico.

(10) *Veji* (“Jalones”) publicação dos kadetes; surgiu em Moscou na primavera de 1909 com artigos de N. Berdiáiev, S. Bulgákov, P. Struve, M. Guerchenzon e outros representantes da burguesia liberal contrarrevolucionária. Nos artigos sobre os intelectuais russos, os “vejistas” tentavam difamar as tradições democráticos-revolucionários da Rússia, difamavam o movimento revolucionário de 1905 e agradeciam ao governo czarista por ter salvo a burguesia “com suas baionetas e prisões”. A publicação chamava os intelectuais a se colocar a serviço da autocracia. Lênin comparava o programa de *Veji*, tanto em filosofia como em ensaios, com o de moskovskie Viédomosti, jornal das Centúrias Negras, chamava a publicação de “enciclopédia da apostasia liberal”, que “é uma torrente contínua de lodo reacionário, vertido sobre a democracia”.

